



FEMINISMURBANA

um projeto teórico político

ROSSANA BRANDÃO TAVARES
DIANA HELENE RAMOS

LETRCAPITAL



Copyright © Rossana Brandão Tavares e Diana Helene Ramos, 2023

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os
meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto
REVISÃO Das autoras
PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães
CAPA Rossana Brandão Tavares
Foto: Rossana Brandão Tavares
Textura: Imagem de tirachard no Freepik

Conselho Editorial

Gabriela Leandro Pereira

Paula Freire Santoro

Rachel Barros de Oliveira

Tatiana Dahmer Pereira

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

F374

Feminismurbana: um projeto teórico político [recurso eletrônico] / [organização]
Rossana Brandão Tavares, Diana Helene Ramos. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital,
2023.

Recurso digital ; 17 MB

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-853-8 (recurso eletrônico)

1. Direito das mulheres - Brasil. 2. Mulheres da cidade. 3. Mulheres - Condições sociais.
4. Violência contra as mulheres. 5. Livros eletrônicos. I. Tavares, Rossana Brandão.
II. Helene, Diana Ramos.

23-83478

CDD: 320.5622

CDU: 141.72(09)(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3353-2236 / 2215-3781 / 993801465
www.letracapital.com.br

Dedicamos este livro
as nossas filhas de 7 anos,
Maria Clara e Lola.

SUMÁRIO

6

Prefácio

POR CIDADES FEMININAS FEMINISTAS

Raquel Rolnik

8

Apresentação

13

Sessão 1

**O FEMINISMO NO CAMPO DA ARQUITETURA E
URBANISMO - UMA CONCILIAÇÃO NECESSÁRIA**

14

Indisciplina Epistemológica: viradas metodológicas
para o campo da Arquitetura e Urbanismo

Rossana Brandão Tavares

Diana Helene Ramos

38

Gênero e estudos urbanos

Diana Helene Ramos

Rossana Brandão Tavares

47

Feminismo em voz alta pelo direito à cidade

Rossana Brandão Tavares

52

A urbanização capitalista como tecnologia:
colonialidade, racialização e cis-hétero-patriarcado

Diana Helene Ramos

Mariana Albinati

Maria Beatriz Andreotti

Kaya Lazarini

72

Sessão 2

**REFLEXÕES A PARTIR DO CORPO E DO LUGAR SOCIAL
DAS MULHERES NAS CIDADES CAPITALISTAS**

73

Esparramando o corpo pelas cidades

Rossana Brandão Tavares

81

Uma mãe urbanista: Jane Jacobs

Diana Helene Ramos

87

As áreas exclusivas para mulheres no transporte
público, o que fazer?

Diana Helene Ramos

Rossana Brandão Tavares

- 95 "As primeiras a serem expulsas são as prostitutas":
segregação generificada e "estigma de puta"
Diana Helene Ramos
- 104 Como os problemas socioambientais nas cidades
impactam a vida das mulheres?
Rossana Brandão Tavares
Diana Helene Ramos
- 111 Petrópolis, a cidade que caiu junto com as mulheres
Rossana Brandão Tavares

Sessão 3

114 AS LUTAS URBANAS DOS MOVIMENTOS DE MULHERES - ENTRE A CASA E A RUA

- 115 Gênero e direito à cidade a partir dos movimentos
de luta por moradia
Diana Helene Ramos
- 142 A luta das mulheres na Favela da Providência e os
espaços generificados em resistência
Rossana Brandão Tavares
- 162 A Marcha das Vadias: o corpo da mulher e a cidade
Diana Helene Ramos
- 177 Instáveis territorialidades e a potência de um corpo
em aliança: políticas urbanas excludentes e disputas
a partir da mandata Marielle Franco
Rossana Brandão Tavares
- 187 Imaginando inversões, pelo direito à cidade
Rossana Brandão Tavares

Posfácio

200 POR UMA INDISCIPLINA MOBILIZADORA: O PROJETO TEÓRICO, DISCURSIVO E POLÍTICO FEMINISMURBANA **Fernanda Sanchez**

- 203 REFERÊNCIAS
- 213 AGRADECIMENTOS

Prefácio

POR CIDADES FEMININAS FEMINISTAS

RAQUEL ROLNIK

Este livro nos ajuda a pensar a questão do direito das mulheres à cidade, trazendo à tona múltiplas camadas de exclusão e desigualdades que marcam de uma forma muito diversa a experiência concreta de homens e mulheres no ambiente urbano. Mais do que isto, o livro nos ajuda a tornar visível e entender uma das dimensões mais ocultas e persistentes da violência de gênero, que é um elemento estruturador na relação das mulheres com a cidade.

Desde logo é preciso dizer que a cidade reflete, amplifica e reproduz uma visão masculina e branca de quem a imaginou e que corresponde exatamente a quem historicamente deteve o poder de determinação sobre como se organizam os espaços urbanos, à sua imagem e semelhança. Ou seja, a partir das próprias necessidades e experiências dos sujeitos masculinos brancos. Por exemplo, a mobilidade, muito determinante para a conformação da cidade, é totalmente pensada na relação casa-trabalho e não na multiplicidade de percursos que a maior parte das mulheres fazem em seu cotidiano multitarefa.

Não podemos deixar de assinalar o papel do medo na experiência concreta das mulheres que, por exemplo, adotam uma série de cuidados antes de sair de casa. A violência de gênero define horários e percursos: a escolha de trajetos que muitas vezes são mais longos, mas menos perigosos; os horários menos

expostos a um transporte superlotado, onde a mulher pode ser vítima de assédio, mesmo que isso implique em acordar mais cedo. A apreensão de passar por uma rua mal iluminada. O que significa concretamente a impossibilidade do pleno direito de ir e vir, um direito básico, mas presente apenas no deslocamento dos homens brancos. Sim, porque raça, além de gênero, também é um marcador de desigualdade. O medo de ser abordado pela polícia, por exemplo, também faz parte da experiência concreta dos homens negros em seus deslocamentos pela cidade.

Se tomarmos um outro tema, a moradia, as mulheres também são as que se encontram hoje nas situações mais precárias. Dados da Fundação João Pinheiro mostram que 60% dos que vivem em condições inadequadas de moradia hoje no Brasil são mulheres. Mas estamos falando também de mais de 600 mil mulheres que estão ameaçadas de despejo neste país, de acordo com levantamento, divulgado em fevereiro de 2023, pela Campanha Despejo Zero. Aqui trata-se de uma experiência urbana marcada pelo medo de perder a casa, de não ter como e onde proteger e alimentar sua família, de ter que submeter a locais aonde proteger e alimentar a família envolve sacrifícios de várias ordens: dos desertos alimentares de periferias sem acesso a comida saudável aos percursos longos desconfortáveis e inseguros que já mencionamos.

Mulheres de todo o mundo hoje lutam não apenas por salários iguais e ascensão às posições de poder, mas também por um urbanismo feminino e feminista, capaz de refazer este modelo excludente de cidade – que impõe o medo como experiência –, rumo à cidade do cuidado e do acolhimento e da liberdade dos corpos em movimento. Este livro é sem dúvida elemento essencial desta luta.

Apresentação

Esse movimento de celebração dos 10 anos do nosso blog Feminisurbana (<http://feminisurbana.wordpress.com>), não é apenas revisitar esta parceria que começou durante o doutorado sanduíche, mas foi um processo de *reimaginar*, *compartilhar* e *falar*¹ para colegas e mulheres sobre essa trajetória como acadêmicas feministas.

Antes dessa época, nos conhecíamos, sem nos conhecer. Com muitos amigos e amigas, histórias, trabalhos, encontros de estudantes de arquitetura e urbanismo, e viagens em comum, nos descobrimos, ambas cursando doutorado no mesmo andar do prédio da Reitoria da UFRJ, na Ilha do Fundão no Rio de Janeiro, em programas de pós-graduação distintos: IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional e PROURB - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo.

Nos (re)conhecemos em um evento na associação de moradores do bairro que residimos em Paris, por conta do Dia Internacional das Mulheres, em 2013. À época muita coisa acontecia, anunciando na Europa e no Brasil a ascensão de movimentos ultraconservadores, de extrema-direita e fascista, que fizeram o movimento feminista mobilizar agendas de luta e narrativas sobre nossos corpos e valores, cultura e política, em especial, sobre as mulheres nos espaços públicos nas cidades e a cultura do estupro. Naquele momento, mesmo tendo tido uma trajetória de proximidade com os feminismos há quase 10 anos, enfrentamos desafios significativos como pesquisadoras,

¹ Inspirada pelas reflexões de Debora Diniz e Ivone Gebara. Cf. DINIZ, Debora; GEBARA, Ivone. *Esperanças feminista*. Rio de Janeiro. Rosa dos Ventos, 2022.

pois estávamos desbravando investigações com pouquíssimo lastro no campo da arquitetura e urbanismo e no planejamento urbano. Nossa esperança era que na França, país de referência do feminismo mundial, conseguiríamos juntar forças e materiais de pesquisa, justamente pela história de suas intelectuais e feministas do século XX, mas enfrentamos a dificuldade da colonialidade teórica e política europeia, mesmo com o avanço notório do pós-colonialismo entre investigações de pessoas do sul-global na França, leituras traduzidas dos feminismos negros, dos países árabes, e até das latino-americanas.

Nossas pesquisas² geravam curiosidade, apesar disso. Fomos acolhidas por grupos de investigação feminista e de gênero, no campo da geografia³, da sociologia⁴, da antropologia⁵, da ciência política⁶. Fomos encorajadas por muitas colegas de outras áreas do conhecimento que nossos trabalhos faziam sentido e eram significativas. Contudo, acreditávamos que esse movimento individual de ambas deveria ser mais amplo e compartilhado.

E assim surgiu a ideia de, entre lamentações, crises, medos, críticas, assédios, alegrias, abraços, amizades e esperanças, montar um blog que pudesse reunir textos, artigos, autoras, livros nacionais e internacionais tanto em urbanismo como de outros campos disciplinares que tratassem das desigualdades de gênero, dos feminismos a partir do espaço urbano, dos territórios. Em pouco tempo, o blog ganhou repercussão e acessos de várias partes do mundo. Divulgamos eventos, reflexões e trabalhos pessoais e de colegas, fizemos enquetes e compartilhamos o melhor que pudesse reunir pesquisadoras na mesma busca que nós. Até hoje,

² Com a orientação de Rachel Coutinho e Soraya Simões, nos trabalhos de Rossana B.T. e Diana H.R., respectivamente.

³ Marianne Blidon, professora associada da Paris 1-Pantheon Sorbonne University e seu grupo de investigações sobre Geografia da Sexualidades, no Instituto de Geografia.

⁴ Helena Hirata, diretora emérita de pesquisa no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), vinculada ao Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris (CRESPPA), equipe Genre, Travail, Mobilités (GTM), juntamente com Danièle Kergoat.

⁵ Daniel Cefaï - professor de antropologia na École des Hautes Études en Sciences Sociales, supervisor do doutorado sanduíche de Diana H. R. pelo PDSE/CAPES do IPPUR/UFRJ.

⁶ Cecile Blatrix, professora de ciência política na AgroParisTech, supervisora do doutorado sanduíche de Rossana B.T. pela CAPES/COFECUB, em projeto coordenado pela profa. Ana Lucia Britto PROURB/UFRJ.

mesmo tendo atualmente uma regularidade menor de postagens, nosso blog tem sido acessado com frequência, de acordo com as estatísticas da plataforma que abriga nossa página.

Em razão disso, achamos a oportunidade da publicação com recursos da FAPERJ⁷ uma boa forma de manter o espírito de 2013 e reunir agora, de forma revisada, artigos e textos produzidos por nós, tanto individualmente como em conjunto e com outras parcerias acadêmicas, em versões adaptadas ao livro e a uma reimaginação desse projeto teórico discursivo e político que tem sido o *Feminismurbana*.

Assim, organizamos esse livro em 3 sessões. Foram selecionados textos individuais, e em coautoria, das autoras desta publicação. Conscientes ao longo desse processo de compilação do nosso trabalho que nossa produção em parceria tem suas contradições, mas que nos ensina e nos ajuda a reavaliar nossas trajetórias.

A primeira sessão chamada **“O feminismo no campo da Arquitetura e Urbanismo - uma conciliação necessária”** na qual reunimos textos publicados em periódicos, em páginas eletrônicas acadêmicas e site de referências em arquitetura. Apresentamos nossa trajetória como pesquisadoras e professoras, nossos caminhos teóricos e metodológicos, conceitos que temos disputado no campo da arquitetura e urbanismo e análises sobre a urbanização das cidades à luz das abordagens das teorias feministas. Apenas nesta sessão, incluímos o artigo em coautoria com outras pesquisadoras, pela sua pertinência temática, no debate sobre a urbanização e colonialidade, são elas: Diana Helene, Mariana Albinati, Maria Beatriz Andreotti e Kaya Lazarini.

Na sessão 2, **“Reflexões a partir do corpo e do lugar social das mulheres nas cidades capitalistas”**, organizamos artigos publicados no blog, alguns são um resgate de textos preparados para palestras e apresentações orais em congressos. Todos resgatam reflexões que produzimos nos últimos anos sobre as diversas dimensões dos

⁷ Projeto ARC 2019 - Auxílio ao Pesquisador Recém-Contratado, coordenação de Rossana B.T, intitulado “Corpos e práticas espaciais e os conflitos urbanos e socioambientais generificados nas centralidades da metrópole do Rio de Janeiro”.

nossos corpos nas cidades, atravessando experiências de luta corporificadas e situadas, no transporte público, como prostitutas, diante da injustiça e racismo ambiental nos territórios urbanos.

“As lutas urbanas dos movimentos de mulheres - entre a casa e a rua” é o título da sessão 3 que fecha esta publicação apresentando não só nosso compromisso com as lutas urbanas para a vida das mulheres, como o envolvimento direto ao longo de nossa trajetória com os movimentos sociais, com a educação popular, projetos participativos e com a incidência em políticas públicas de moradia e urbanas. Essa sessão do livro mostra especialmente como essas experiências corpográficas (JACQUES, 2008) imprimiram possibilidades de conceituação e propostas de inversões das análises espaciais.

O processo de elaboração deste livro foi muito interessante, pois revisitamos percepções, revisamos análises, termos, conceitos, compreensões sobre a relação entre os corpos feminizados e as cidades brasileiras, com o ensino e a pesquisa - indisciplinadas no modo de produzir conhecimento – e sendo reconhecidas entre nossos pares com prêmios até então inimagináveis para nós. Mas imaginamos, compartilhamos, desobedecemos e celebramos, mesmo ainda não sendo óbvio, os caminhos que estamos traçando. Estamos amparadas nesse processo, pois muita coisa depende de cooperação, de apoio, reconhecimento e também de institucionalidade.

Lembrando bell hooks, encontramos a teoria como uma forma de nos amparar, nos encontrar conosco e entre nós. Porque o feminismo não é um movimento só, é em bloco, em aliança, um modo de tornar possível a tomada de decisões sobre nossas vidas livremente, inclusive, como intelectuais, sem os dogmas e as disciplinas neutralizantes.

Esperamos que o livro também dê suporte e inspire muitas outras intelectuais feministas para construirmos uma perspectiva ampla e transformadora de nossas práticas. E esse projeto é político, teórico e prático. Conscientes que nossa produção em parceira tem suas contradições, mas nem por isso, as mesmas, não possam nos ensinar e nos ajudar a reavaliar nossas trajetórias.

Neste momento de celebração, as lembranças emergem... são nossas vivências como mulheres atravessadas pelo patriarcado e a heteronormatividade, na rua, em casa, nas relações de poder, como estudantes na universidade onde escutávamos sobre nossos corpos apenas nas tais inspirações da arquitetura de Brasília, na domesticidade das moradias, nas referências majoritariamente masculinas de arquitetos e urbanistas, nas falas que arquitetas são “boas” em decoração, de que acadêmica feminista é no mínimo questionável... Por isso, esse livro é sim um levante de nós e de todas que se sentirem representadas ou que compartilham em alguma dimensão do mesmo sentimento. Não usarão mais a palavra progresso para justificar a naturalização das violências e da invisibilidade das mulheres, todas nós.



Figura 1 - Imagem do blog Feminismurbana, primeiro post publicado dia 15 de julho de 2013: são 77 posts desde o lançamento.

Sessão 1

O FEMINISMO NO CAMPO DA
ARQUITETURA E URBANISMO
- UMA CONCILIAÇÃO
NECESSÁRIA

INDISCIPLINA EPISTEMOLÓGICA: VIRADAS METODOLÓGICAS PARA O CAMPO DA ARQUITETURA E URBANISMO

ROSSANA BRANDÃO TAVARES
DIANA HELENE RAMOS

*Esse texto é uma versão do artigo publicado originalmente na Revista Indisciplinar, em 2021, premiado como melhor artigo em periódico no Prêmio ANPARQ 2022.

Cf. TAVARES, R. B.; RAMOS, D. H. . Indisciplina Epistemológica: Viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo. *Indisciplinar*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 232-277, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/38147>.

Desde os anos 1960, quando se inicia uma profusão de críticas ao modernismo, inúmeras vertentes buscam trazer novas perspectivas para explicar os equívocos da teoria e da prática no campo da Arquitetura e do Urbanismo (AU). Não só arquitetas/os, mas teóricas/os de outras áreas como, por exemplo, Henri Lefebvre e Jane Jacobs, influenciaram o pensamento crítico contemporâneo associado ao direito à cidade. As críticas e propostas metodológicas de análise do espaço também têm destaque, sobretudo, nas práticas universitárias. Se, até então, a industrialização e a urbanização eram vistas como caminhos progressivos em direção a uma ideia de desenvolvimento (LANDER, 2005), na atualidade, essas “verdades” passam a ser desveladas por diversas teorias contemporâneas.

É preciso lembrar que, de forma geral, o ensino de AU no Brasil é profundamente marcado pelo modernismo (MOASSAB e NAME, 2020; LIMA, 2020; PINA et al, 2020) e seus valores de universalidade, neutralidade e racionalidade, que evocam a padronização e projetos funcionalistas pensados em função de uma ideia de “homem universal”, que na realidade se constitui de uma pessoa do gênero masculino, cis heterossexual, branco e europeu. Certamente, cada vez mais essa questão tem atravessado novas práticas de ensino, contudo ainda há desafios impostos diante da influência do mercado profissional (SARMIENTO, 2017) e da própria lógica produtivista exigida nas universidades.

Este capítulo visa apresentar possibilidades de *viradas epistemológicas* - ou *viradas de mesa*, nos termos de Ana Clara Ribeiro (2010) - à luz das teorias feministas, interseccionais e decoloniais, avaliadas segundo nossa experiência acadêmica, como *indisciplina*. Essa é a motivação estrutural que parte de uma observação e vivência sobretudo como professoras e pesquisadoras de perspectivas contra hegemônicas e questionadoras do ponto de vista teórico-metodológico do cartesianismo insistente (muitas vezes velado). Perspectivas estas entendidas como *indisciplina* contra a ordem e normas na produção hegemônica do conhecimento. Ou seja, este texto considera a epistemologia feminista não apenas formalmente. Pelo contrário. Discutimos sua importância e potência de virada de como instrumento *encarnado* na realidade social, também como sujeitas de pesquisa, em favor das mulheres (HARDING, 1987; SARDENBERG, 2001; RIBEIRO, 2010; SARMIENTO, 2017). Por isso, esse texto também é um meio também de questionar “aspectos do processo científico, com base na sua parcialidade (do processo) e, portanto, é distorcido em seus objetivos, estrutura, epistemologia e métodos de investigação”, para nos libertar das restrições normais da ortodoxia masculina científica (CUTHBERT, 2021, p.152), ou seja, de uma discriminação metódica do ensino ao exercício profissional, seja do ensino-pesquisa-extensão, seja de projeto e planejamento.

As críticas contemporâneas à epistemologia hegemônica, vem pautando a necessidade de uma abordagem mais complexa sobre a realidade social, que avance para além do recorte de classe: uma visão interseccional que abarque as diversas condições de opressão estruturadas pela colonialidade capitalista e o patriarcado que demandam uma compreensão interescolar dialógica, transformando-se na diferença e na diversidade (FREIRE, 1996; LEFEBVRE, 1970; HOOKS, 2020); e reflexiva dialética da própria dimensão transdisciplinar para trabalhar a complexidade destas diferenças (MORIN, 2005; BRANDÃO, 2014). O cotidiano, as experiências, as reflexões, as resistências e rupturas que se estabelecem de forma paradoxal no espaço (“lugar” da nossa produção epistemológica) constituem e interferem no processo de produção do conhecimento. Não por acaso iremos evocar essas vertentes ao longo do texto, trazendo questionamentos e caminhos possíveis diante dos desafios epistêmicos e também sociais, culturais e políticos atuais. Assim, buscamos refletir a partir de experiências e práticas menos eurocentradas, encarnadas no sul global e que escapam das armadilhas epistemológicas aos quais ainda estamos presas ou vinculadas. É preciso dar um giro que coloque no centro nossas experiências como sujeitas onde as desigualdades sociais de gênero, classe, raça, sexualidade e geração sigam emergindo problemáticas diferenciais que historicamente têm sido indiferenciadas .

As referências acionadas a seguir, estão associadas fundamentalmente a teoria feminista e interseccionalidade e a uma crítica à colonialidade. Para tanto, recorreremos às categorias de análise, tais como: sujeitos versus objeto de pesquisa, corpo e espaço, plano e projeto, práticas espaciais, experiências participativas, interescolaridade etc. Buscando compor formas de ensino-aprendizagem mais focadas no processo do que no produto e atentas ao que estudantes dialogicamente aprendem e nos ensinam, ou *ensinagem*⁸ (ANASTASIOU e ALVES, 2005).

⁸ Prática social, crítica e complexa em educação entre professor/a e estudante.

Grande parte dessas reflexões aqui apresentadas expressam práticas de ensino em sala de aula, articuladas à pesquisa e extensão, considerando as oportunidades de aberturas, diálogos, para uma virada epistemológica.

METODOLOGIA E MÉTODO NO CAMPO DA ARQUITETURA E DO URBANISMO

“Cheguei à teoria porque estava machucada - a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguiria continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender - aprender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura” (HOOKS, 2017, p. 83).

A linguagem é uma performance cultural que tende a ser conservadora em relação aos costumes, às lutas e às reivindicações políticas. Em grande medida, delimita não só valores morais de uma sociedade como também ideológicos. A ideia de ordem social de um tempo histórico atravessa múltiplas dimensões sociais e a linguagem congrega um conjunto de ideologias que baseiam o senso comum. Uma das expressões mais significativas desse contratempo é a inflexão de gênero. O uso do o e a, e até o e, por feministas e pessoas LGBTQIA+ configuram uma afirmativa que pretende abarcar a diversidade de sujeitos. Paul Preciado afirma em seu texto “Manifesto Contrasexual” (2014) que:

O sistema sexo/gênero é um sistema de escritura. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados. A (hetero) sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém nascido, deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetições e de recitações dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais (Ibidem, p. 26).

Recorrentemente considerado uma tolice, esse movimento é revelador de como a linguagem é fruto e também ferramenta para perpetuação de uma lógica dominante que se justifica pela história e pela técnica, e como determinadas formas de ver o mundo se naturalizam. Para Grada Kilomba “a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência [...] informa-nos constantemente de quem é *normal* e de quem é que pode representar a *verdadeira condição humana*” (2019, p. 14).

Quando nos deparamos com os estudos sobre métodos em AU, é válido um raciocínio semelhante. O primeiro ponto a ser destacado é que, de forma bastante recorrente, *método* e *metodologia* são tomados como sinônimos e reproduzem o sentido de ciência e racionalidade positivista instrumental, como um caminho único onde é possível a reprodução de modos pré-definidos de pesquisa e de ensino (CARDOSO, 1971). Essa abordagem reproduzida historicamente entre professores/as e pesquisadores/as nas universidades, mesmo diante de uma disciplina notoriamente multi e transdisciplinar, tem justificado inclusive que metodologias feministas sejam enquadradas como específicas, ou como “fora da curva”, expressão de uma perspectiva *indisciplinada*, fora da ordem. Um imperativo epistemológico concebido, percebido e vivido⁹. Tomando emprestado o pensamento lefebvriano, o concebido que perpetua a cientificidade, da racionalidade fechada, do espaço da dominação instituída; o percebido relacionado à realidade cotidiana, das práticas sociais e espaciais, da dimensão do corpo e do sensível; e o vivido ligado ao subterrâneo da vida onde reside a potência de viradas frente ao concebido e percebido. É do vivido que refletimos e propomos.

Assim, parece ser significativa a distinção entre os dois termos, *método* e *metodologia*, já que temos observado que a compreensão equivocada sobre metodologia se conforma como um dos impedimentos para a consideração das abordagens feministas de

⁹ Reflexão a partir da tríade Lefebvriana (2000) de espaço concebido/percebido/vivido.

maneira ampliada na área de AU, e em certa medida, conduzir a um reaprender a olhar nosso principal objeto, o espaço e as cidades (TAPIA, 2020).

Metodologia é um conjunto de estudos teóricos, das bases filosóficas e epistemológicas dos métodos, para a produção do conhecimento em uma determinada área ou abordagem, ou seja, um campo de estudo onde se busca os melhores métodos segundo paradigmas e perspectivas teóricas e epistemológicas. Por sua vez, o método é o caminho de pesquisa para explicar, experimentar, descrever ou propor algo a partir de um problema que por sua vez se relaciona a um tema, a um objetivo e sua relevância. São atividades sistematizadas as quais possibilitam traçar o caminho a ser seguido para alcançar os objetivos de pesquisa e, por sua vez, aos conhecimentos válidos (LAKATOS e MARCONI, 2003). Tudo isso, tendo em mente princípios e pressupostos teóricos, ritos, procedimentos, planejamento para o uso de técnicas e ferramentas de pesquisa para atingir um resultado, confirmar ou não uma hipótese. Em síntese, contribuir para reconstruir constantemente o conhecimento científico, e realizar o *ciclo gnosiológico* proposto por Paulo Freire (1997) quando se articula o conhecimento já existente e difundido com o por vir, num exercício da *do-discência*¹⁰ e da pesquisa para autorreflexão e aprendizagem coletiva.

Epistemologia significa o estudo desse processo (e não necessariamente o resultado) gnosiológico, ou seja, nossa capacidade de avançar, e os limites de conhecer e analisar a realidade, com intuito de aprofundamento da ciência do ponto de vista lógico, filosófico, linguístico, sociológico, transdisciplinar, político, e, também, histórico¹¹. Por isso, concordamos com Linda Alcoff (2016) sobre a avaliação de que a epistemologia tem sido produzida ainda de forma autoritária e totalitária, numa lógica protocolar da teoria para o domínio e imposição da

¹⁰ Paulo Freire (1997) definiu a *do-discência* como a mutualidade inseparável entre educadores/as e estudantes no processo de ensinar-aprender, a partir da sua compreensão dialógica (relação) de pedagogia.

¹¹ Segundo Cecília Sandenberg (2001, p. 10) “a crítica feminista historiciza a ciência”.

discursividade no e do ocidente europeu/estadunidense. Uma epistemologia situada fora desses contornos permite julgamentos contra reivindicações de reconhecimento da produção do conhecimento para além desses domínios, inclusive à luz das experiências das mulheres latino-americanas, negras, indígenas, por exemplo. É preciso, segundo a educadora e feminista negra bell hooks, situar criticamente o “papel da educação como ferramenta de colonização” (HOOKS, 2020, p. 55).

Isso fica explícito na bibliografia básica das disciplinas teóricas e práticas dos cursos. Como colocado por Leo Name e Andréia Moassab na introdução do livro “Por um ensino insurgente de arquitetura e urbanismo”: o ensino na área vem sendo conduzido por uma “colonialidade do saber”, nossas escolas pouco debatem “a produção arquitetônica do continente latino-americano ou a sua herança construtiva e de ocupação espacial indígena e africana” (MOASSAB e NAME, 2020, p. 15). Em ambientes das faculdades e escolas de AU, como bancas, reuniões de colegiado, seminários de ensino, etc.; isso fica claro diante dos tensionamentos e resistências. Falas e propostas que evocam novas abordagens, sobretudo, feministas, nesse cotidiano acadêmico, são enquadradas e colocadas como específicas, apontando para reducionismo e desqualificação. Nossa hipótese é que não é só um desconhecimento sobre a teoria feminista, é uma indiferença epistêmica.

Assim indagamos: quantas autoras do sulglobal tanto da teoria social quanto de AU nos aproximamos nos nossos processos de formação? Segundo Ana Gabriela Goudinho Lima, as mulheres seguem “eclipsadas nos textos” acionados no nosso campo: “nomes e substantivos masculinos, acompanhados pelas obras feitas por homens e fotografias de arquitetos com suas vestimentas e atitudes típicas da profissão, criam um universo em que inexistem os modelos femininos” (LIMA, 2020, p. 182). Essa é uma das razões pela qual a epistemologia feminista e suas abordagens teóricas e metodológicas são vistas como uma perspectiva específica, porque o olhar patriarcal essencializador

conforma um regime de submissão da experiência e de reflexão a partir da experiência, dos interesses e do olhar masculino. Um exemplo em AU é a insistência numa perpetuação unicamente dicotômica entre espaço público e privado, uma divisão “dual e artificial” (MUXI MARTINEZ, 2018), pois os corpos e práticas espaciais já estão previamente definidos, naturalizados. Não por acaso, a ideia de espaço urbano é recorrentemente associada ao público, universal e masculino; e o privado, “específico”, feminino e desagregado do urbano:

El interior, lo cotidiano ha sido considerado secundario y relativo; el exterior, lo público se pretende principal y absoluto. La experiencia masculina queda formulada como neutral, objetiva, racional y universal, frente a la subjetividad, irracionalidad e irrelevancia de la experiencia femenina (Ibidem, p.16).

O modo como tem sido estruturada a disciplina de Métodos de Pesquisa na EAU/UFF é representativa desse esforço de incorporar e encarnar de forma dialógica e reflexiva o concebido, o percebido e o vivido. No intuito de tensionar a invisibilidade feminina como autoras e a própria perspectiva do universal eurocêntrico das referências, num diálogo constante com a turma, já que estudantes também podem apresentar suas referências acadêmicas e suas reflexões. Uma proposta de *ensinagem* em AU considerando a nossa transdisciplinaridade e possibilidade de troca. Mesmo assim, é desafiador na prática. Isso porque, um padrão, em sala de aula, é a insistência de grande parte dos discentes em solicitar por um rito normativo que se imponha e os coloque, mesmo nos últimos períodos, com dificuldades significativas de confrontar ou propor novas condutas de pesquisa e análise do espaço, como as de articulação propositiva. Como também observou bell hooks: “a maioria dos estudantes resiste ao processo do pensamento crítico; ficam mais à vontade com o aprendizado que lhes permite permanecer passivos” (2020, p. 35). Assim, o pressuposto da experimentação teórica e prática da AU é o exercício de uma *indisciplina*, crucial para

gerar autonomia crítica tanto do ponto de vista teórico quanto prático. Um exemplo é, inclusive, a desarticulação de abordagens metodológicas de pesquisa com as de projeto. Metodologia de projeto é também um campo de estudo, algo mais abrangente que se relaciona também aos paradigmas e perspectivas teóricas no campo da AU, que por sua vez contornam o processo de definição dos caminhos de elaboração de um projeto. Nesse sentido, metodologia de pesquisa e de projeto estão relacionadas, e não apenas complementares. Concordamos que dificilmente metodologia de pesquisa está desarticulada de uma abordagem metodológica de projeto, e vice-versa. Quando isso se estabelece (e isso é muito comum), ou seja, uma desarticulação entre ambos, assistimos apenas não só a reprodução de exercícios de projeto, como a falta de uma oportunidade de construção autônoma, dialógica, reflexiva e crítica de projeto diante da realidade vivida e experimentada pelas/os estudantes.

Aí reside as possibilidades de trazer as abordagens feministas interseccionais (leia-se encarnada e situada) neste contexto latino-americano e brasileiro que ainda prima por regras e normas que, por sua vez, dificultam na prática política e profissional menos elitista, eurocentrada e reticente com as perspectivas que trazem à tona as desigualdades de gênero, sexualidade e raça. No Brasil, temos tradição e somos referência internacional em pesquisas e práticas no auxílio às políticas públicas pela ampliação do direito à cidade, de redução da precariedade urbana e habitacional: projetos de moradia popular auto gerenciáveis, projetos de urbanização de favelas, Estatuto das Cidades, etc. Contudo, continuamos a ser uma profissão para poucos. Segundo dados do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e Instituto Datafolha¹² (2015), apenas 14,6% das pessoas pesquisadas contrataram um/a arquiteto/a para construir ou reformar imóvel residencial ou comercial, e esse índice de contratação está relacionada à renda, à escolaridade, à geração, raça e ao gênero: homens brancos e mais velhos têm mais

¹² <https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>

chances de reformar e construir. Considerando que o perfil social mais vulnerável é a mulher pobre e negra, é preciso trazer à tona o olhar interseccional sobre a realidade brasileira, pois a repercussão de nossas abordagens ainda é bastante limitada na vida cotidiana.

Nos aliamos às reflexões da arquiteta e urbanista Laura Sarmiento (2017) que avalia, diante das evidentes críticas do campo profissional AU, sobre como a estrutura de formação e atuação se direciona principalmente a ser funcional ao mercado. Desta forma, parece fazer sentido a análise de que é preciso humanizar o campo que tensione a própria lógica capitalista que desumaniza sujeitas/os e objetos de pesquisa; uma episteme que construa um modo de conhecer e defender a vida no sentido mais amplo. “Son *epistemologías vivas*¹³ que no cierran cuestiones sino que respetan el carácter provisorio de todos los aspectos de la vida, así como lo es también el conocimiento. El conocimiento se crea con la vida y no sobre la vida” (SARMIENTO, 2017, p.103).

Em experiências de ensino, particularmente, em metodologia de pesquisa, projeto e planejamento urbano, há uma tendência de escapar ao aprofundamento teórico com vistas ao ensaio e exercício partindo de um paradigma teórico (NESBITT, 2008) ou de perspectivas epistemológicas. O resultado acaba por reprisar referências, numa espécie de reedição. Até mesmo aqueles trabalhos que buscam discutir as desigualdades de gênero e raça. Um modo afeito a criação de linguagens e imagens facilmente capturadas pelo dito mercado profissional de AU. Distante de uma perspectiva crítica sobre a construção social e histórica dessas abordagens. Na disciplina de metodologia (e também de projeto) há uma expectativa que os/as estudantes aprendam os “caminhos das pedras” da pesquisa na qual o *método* é apenas a mobilização de técnicas e instrumentos de investigação: questionário, entrevistas, observação participante, etc. Numa certa ilusão,

¹³ Grifo nosso.

mesmo que inconsciente, de apreensão de procedimentos de observação, experimentação e interpretação, que dê uma aura de validade científica buscando as ideias ainda muito presentes de neutralidade, objetividade e universalidade.

Um caso exemplar é o debate sobre o racismo. A discriminação racial é uma ideologia social e política, mas também se pretende ser uma teoria, baseada em dados e leis da biologia, sociologia, psicologia, transformando diferenças étnicas e culturais para justificar desigualdades por distinções biológicas naturais, e por conseguinte, a invisibilidade ou mesmo desprezo pela produção a partir desses corpos e de determinados territórios (CHAUÍ, 2012; HOOKS, 2015; KILOMBA, 2019).

Para o desenvolvimento científico, para a produção da novidade no ensino, se faz necessário fugir da pretensa ideia de seguir à risca procedimentos pré-estabelecidos. O rigor do trabalho científico deve se comprometer com as reflexões autênticas de produzir conhecimento comprometidos com a novidade, essência da ciência (CARDOSO, 1971). Buscamos realizar de forma explícita essa tentativa em uma disciplina optativa, quando do retorno remoto das aulas desde o início da pandemia da COVID-19. Neste processo de experimentação conceitual de projeto urbano, em disciplina optativa proposta, apresentamos e discutimos autoras e autores incomuns no currículo. A leitura de Donna Haraway (Manifesto Ciborgue) e Paola Jacques (corpografia), provocou um exercício solicitado com base no cotidiano pandêmico das/os estudantes. Um dos trabalhos apresentados, dentre outros também surpreendentes, foi da aluna Luiza Matias que ensaiou sua corpografia do cotidiano a partir dos mamilos, abordando os limites da experiência do corpo feminizados tanto no espaço virtual como no espaço público da cidade. São mamilos masculinos ou femininos? O corpo e a forma de performá-lo nos espaços define como lidamos com ele e como eles interferem na nossa vida urbana cotidiana?

A epistemologia feminista vem nos apresentando de forma contundente a importância da experiência, em especial, da/o

sujeita/o de pesquisa, numa ampla articulação entre o real e o teórico, como Miriam Cardoso afirma, entendendo o “método como parte de um corpo teórico integrado, em que ele envolve técnicas, dando-lhes razão” (1971, p. 3). Nesse sentido, a criatividade em exercícios de projeto sem uma orientação teórica recai no idealismo; ou apenas a uma repetição despolitizada, adestrada, alienada e alienante.

Como veremos a seguir, a importância do ponto de vista da/o pesquisador/a, da sua trajetória e da sua experiência, baliza as escolhas, análises e propostas apresentadas: “todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específica” (KILOMBA, 2019, p. 58). Da ótica das mulheres, tal questão justifica que o debate de gênero não é apenas mais um tema, uma especificidade a ser acrescida aos ritos metodológicos da AU, mas sim uma perspectiva ontológica e epistemológica, de encontro com os seus corpos (social e político) que disputam novas linguagens por meio deles na pesquisa, no trabalho. Ao contrário da epistemologia cartesiana positivista, esse ponto de partida é o que faz sentido e se justifica.

Portanto, faz sentido apresentar experiências de ensino atravessadas por epistemologias ligadas ao debate de gênero, sexualidade, raça e colonialidade. Escolha que tem gerado propostas interessantes, como a epistemologia da existência (SANTOS, 1996), da multiplicidade (SANDERCOK, 1998); da laje (FREIRE-MEDEIROS; NAME, 2019), do armário (SEDGWICK, 2007), *queer* (AHMED, 2006), decolonial (MOASSAB e NAME, 2020; LUGÓNES, 2020; LANDER, 2005; QUIJANO, 2005; HALL, 2016), e as múltiplas abordagens feministas. Assim, reclamamos pela interseccionalidade epistemológica corporificada, como uma espécie de reconquista, de uma retomada de *viradas de mesa*¹⁴, pelo cotidiano e para o cotidiano.

¹⁴ Nos termos de Ana Clara Ribeiro (2010).

POR UMA OUTRA EPISTEMOLOGIA: A CRÍTICA FEMINISTA E DECOLONIAL

Quando eles falam, é científico,
quando nós falamos, não é científico.
Universal / específico;
objetivo / subjetivo;
neutro / pessoal;
racional / emocional;
imparcial / parcial;
eles têm fatos, nós temos opiniões;
eles têm conhecimento; nós, experiências.
(Grada Kilomba, 2019, p. 52)

Em uma das atividades de debate e elaboração coletiva de conhecimento propostos em nossas salas de aula de projeto, dividimos a turma para discutir e elencar em grupos como seria a cidade ideal para certos agrupamentos: mulheres, crianças, idosos, pessoas racializadas, pessoas LGBTQIA+, cadeirantes, deficientes visuais e auditivos, etc. (isso muda a depender do tamanho da sala). Na atividade, cada grupo deve elaborar, separadamente, a cidade ideal para cada um desses grupos sociais e, em seguida, expor para sala suas respectivas propostas. Durante a apresentação, as/os professoras/es organizam os temas conforme as diretrizes que vão surgindo, muitas delas bastante semelhantes: prioridade aos pedestres, diminuição dos veículos individuais, calçadas largas e niveladas, mais áreas verdes, atenção às atividades de cuidado, melhoria dos espaços públicos, espaços que propiciem a diversidade, etc. Após essa atividade, debatemos sobre a ideia de “minorias sociais”: colocamos no quadro a porcentagem (a partir de dados do IBGE) de cada um desses grupos considerados “específicos”, no universo total da população brasileira. A atividade demonstra que, estes grupos, somados, compõem a grande maioria da população, e que o homem branco, jovem, cis heterossexual e sem problemas de capacidade, constitui, na verdade, uma pequena minoria. Em

geral, no debate, se chegam às seguintes indagações: Para quem a cidade é projetada? Quem se constitui de fato como “minorias sociais”? Quem são aqueles que constituem a maioria, mas são minorizados socialmente e, por essa razão, desconsiderados no desenho das cidades?¹⁵

Edgardo Lander pontua em sua obra sobre a colonialidade do saber que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir da América Latina e das epistemes que nos são próprias. Assim, é importante situar que “a crítica ao eurocentrismo é uma crítica à sua episteme e à sua lógica, que operam por separações sucessivas e reducionismos vários” (2005, p. 3), como veremos a seguir. Segundo Grada Kilomba, essas críticas surgem para pautar que a produção de conhecimento “não se resume a um simples estudo apolítico da verdade”, mas que se constitui como uma forma de reprodução de relações hierárquicas e violentas de poder raciais, coloniais, de gênero e sexualidade. Ademais, “definem não somente o que conta como verdadeiro, bem como em quem acreditar. Algo passível de se tornar conhecimento torna-se então toda epistemologia que reflete os interesses políticos específicos de uma sociedade branca colonial e patriarcal” (2016, p. 4).

Nesse contexto, uma importante crítica à produção hegemônica do conhecimento começa a ser elaborada por militantes e teóricas feministas no começo dos anos 1970. A formulação de uma epistemologia feminista foi um esforço em transcender a epistemologia positivista (moderna e hegemônica) e a alienação causada por métodos de pesquisa e definições do conhecimento que desvalorizaram e/ou ignoraram as experiências vividas, e se recusavam a considerar o conteúdo político da criação de saber. No final do século XX, o termo

¹⁵ Metodologia realizada pelas autoras do artigo nas disciplinas de Projeto Urbano na UNIGRANRIO e Introdução ao Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo na FAU/UFAL.

gênero como categoria de análise, inexistente até então, surge como um ato político: reivindicar certo campo de definição e insistir, segundo Joan Scott (1995), no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo: a partir de uma divisão baseada no sexo (uma relação biológica) se estabelecem relações sociais/culturais, no dualismo feminino/masculino se constrói todo um sistema de significados (*Ibidem*, p. 15). Nesse sentido, o termo emerge na terminologia científica como uma busca pela legitimidade acadêmica dos estudos feministas. Da mesma forma, é criado o termo *patriarcado*, para nomear uma estrutura de poder antes não nomeada e, portanto, invisibilizada e naturalizada. Heleieth Saffioti ressalta que ambas as categorias, patriarcado e gênero, são complementares, e que sua nomeação é fundamental para desvelar essa estrutura de dominação-exploração” (SAFFIOTI, 2004, p. 56).

Da mesma forma, Aníbal Quijano (2005) cunhou o conceito de colonialidade para dar luz a um sistema de poder que, segundo ele, transcende o colonialismo histórico e continua operando após a independência ou a descolonização, e é chave de uma constituição específica do sistema-mundo moderno-colonial. O posicionamento da Europa como centro da civilização, da modernidade e responsável por levar o desenvolvimento aos outros povos, somente foi possível devido a criação da colonialidade como um sistema que classifica e distribui a população mundial nos termos de uma forma de construção de identidade que ficou conhecida como raça. A colonialidade como “lado oculto da modernidade” serviu de justificativa tanto para os genocídios coloniais como para o apagamento e invisibilização (epistemicídios) das formas de conhecimento dos povos racializados (QUIJANO, 2005, p. 117, 118 e 121). Assim, para dar visibilidade ao papel estrutural da racialização, são criados mais dois termos fundamentais para a análise social: a *supremacia branca* e a *branquitude*. Essas nomeações são cruciais para a desnaturalização desta estrutura de poder, pois permanecer sem nome, como “um centro ausente”, é exatamente

o que garante a construção da identidade branca como centro de tudo e “sinônimo de humano”. Sua invisibilidade é o que permite às pessoas brancas continuar definindo o que é normal e o privilégio de se constituir como norma: não demarcando sua identidade, mas racializando as “outras” (KILOMBA, 2016, p. 8). Maria Lugones vai complexificar a análise da colonialidade, pensando a intersecção entre raça e gênero. Ela vai demonstrar que, durante a colonização, se estabelece um “sistema moderno/colonial de gênero” de dupla inferiorização racial e subordinação generificada (LUGONES, 2020, p. 67).

Agregando críticas tanto às teorias decoloniais quanto ao feminismo hegemônico e branco, que não levam em conta as desigualdades raciais, de classe, de gênero e sexualidade de forma articulada em suas propostas de análise, as feministas negras vão construir uma contundente abordagem teórico metodológica de compreensão da realidade social: a interseccionalidade. Uma ferramenta “usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis heteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí” (AKOTIRENE, 2018, p. 14). O termo como conhecemos hoje, foi cunhado por Kimberlé Crenshaw (2012) na década de 1980, no entanto, muitas intelectuais e feministas negras já abordavam essa maneira de observar o mundo antes da sua criação, como a brasileira Lélia Gonzalez: “O fato é que, enquanto mulher negra sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais” (GONZALEZ, 1983, p. 225).

Para Patrícia Hill Collins as teorias feministas interseccionais desmascaram na produção de conhecimento hegemônica, um eixo filosófico central dos sistemas de opressão de raça, classe, gênero e sexualidade: o “constructo da diferença dicotômica por oposição” (COLLINS, 2016, p. 108). As dicotomias branco/preto, masculino/feminino, razão/emoção, fato/opinião, sujeito/objeto, entre outras; estruturam o reducionista e estereótipos do “pensamento dualístico”, característico da forma hegemônica

da produção de conhecimento e componente ideológico central dos sistemas de dominação na sociedade ocidental. Uma característica fundamental desse “constructo é que a diferença não é complementar, no sentido de que as metades da dicotomia não se realçam entre si”. A partir da criação de categorias que denominam e separam aquelas “outras”, não masculinas, não europeias e não brancas em “metades dicotômicas” diferentes e inerentemente opostas; em seguida, se organiza uma hierarquização, as que tem valor e as sem valor, onde cada metade das dicotomias deve subordinar-se a outra metade: “implica relações de superioridade e inferioridade, relações hierárquicas que se enredam com economias políticas de dominação e subordinação” (*Ibidem*, p. 108 e 109). Tal lógica de organização dos arranjos sociais não considera a complexidade das relações, suas possíveis sobreposições e conexões, nem como as desigualdades se expressam e podem determinar diferenças.

Assim, a partir de uma naturalização dessas múltiplas separações, e de uma estereotipização entre a “regra/modelo/normar/dominante” e os “outros” se estruturam as bases do Iluminismo e de uma ideia de progresso, racionalidade, civilização e desenvolvimento, marcadamente ocidental, masculino, cis heterossexual e branco. Segundo o Stuart Hall, tal conformação estabelece um sistema de representação, “uma forma inteira de pensar e falar”, um conjunto de imagens e ideias que se compõem de forma conjugada a partir de diversas dicotomias: “ocidental = urbano = desenvolvido [masculino/branco/hétero/cis]; ou não ocidental = não industrial = rural = agricultor = subdesenvolvido [feminino/racializado/não-hetero/trans]”, estabelecendo um sistema de relações globais de poder nas quais o Ocidente é o signo da sociedade “desenvolvida, industrializada, urbanizada, capitalista, secular e moderna” (HALL, 2016, p. 2-4 e 348).

As críticas feministas, interseccionais e decoloniais pautam que conceitos tradicionais da epistemologia hegemônica devem ser reavaliados, redefinidos e reconstruídos. Dessa

forma, são contestados conceitos fundamentais dessa ciência: a universalidade, a neutralidade, objetividade, as noções de sujeito, a racionalidade, etc. De modo geral, o pressuposto básico dessas críticas é o de que não existe conhecimento neutro nem absolutamente objetivo, que “todo conhecimento se constrói a partir de um posicionamento social (histórico, cultural) específico, refletindo não a ‘verdade’, mas o que se pode apreender da perspectiva que se tem desses diferentes ângulos” (SARDENBERG, 2001, p. 16). Tais princípios são contestados em favor de um pensamento conscientemente embutido de valores e propósitos, politizado e muitas vezes militante, que tem como seu maior objetivo vencer o abismo entre a teoria e a prática. Criticam também a centralidade do conhecimento científico hegemônico sobre outros saberes e outras formas de conhecimento, principalmente os saberes baseados na experiência. Assim surgem os princípios que têm a experiência como ponto de partida; que possuem como horizonte não a pesquisa em si, mas a mudança social; e quem situa o lugar e o ponto de vista de quem pesquisa e sua relação com o tema e os/as sujeitos relacionados a ela.

Donna Haraway (2009), elabora a ideia da construção de um “saber localizado”, defendendo que todo conhecimento é situado. Como já pregava Paulo Freire na década de 1980: “a cabeça pensa onde os pés pisam”. Isto é, ao contrário das ideias de neutralidade objetividade que ocultam o olhar do/a pesquisador/a, o situado desmascara que todo conhecimento é elaborado a partir de onde se olha. Assim, essas outras epistemes valorizam o ponto de vista, ou como a militante trans LGBTQIA+, Indianare Alves Siqueira que prefere usar a expressão, o “ponto de vida”.

Em decorrência da “politização das histórias de vida” e de um método que valoriza “relatar a si mesma” (BUTLER, 2015), surge um dos mais importantes conceitos metodológicos da abordagem interseccional, elaborado por Patrícia Hill Collins, a noção de “Outsider within” (forasteira de dentro): uma

pesquisadora negra com acesso ao mundo acadêmico branco, contudo, situada nas margens de dois mundos - o hegemônico e o contra hegemônico (COLLINS, 2016). Um ponto de vista especial por conseguir enxergar a sociedade por meio de um amplo espectro: “seria como dizer que a mulher negra está num não lugar, mas mais além: consegue observar o quanto esse não lugar pode ser doloroso e igualmente atenta também no que pode ser um lugar de potência” (RIBEIRO, 2017, p. 28).

Construir conhecimento passa a ser uma forma de dar visibilidade a saberes e vozes plurais, e nesse sentido, se destaca a potência e o “privilegio epistêmico” (COLLINS, 2016) das margens e dos pontos de vistas subalternizados, “de las respuestas de quienes han sido definidos dentro de la naturaleza y hechos pasivos y sin poder: la madre tierra, las mujeres y las culturas colonizadas” (SHIVA, 1995, p. 54), construindo um saber estabelecido “a partir dessa troca entre sujeitos estruturalmente situados em posição subordinada” (SARDENBERG, 2001, p. 18).

Seguindo esta mesma lógica, bell hooks (2019b) demonstra a potência de uma compreensão mais complexa do território pelos habitantes de espaços periféricos nas cidades, estes que, por se deslocarem frequentemente atravessando longas distâncias entre casa e trabalho constroem uma compreensão sobre ambos espaços, pois, diferentemente dos que habitam as privilegiadas áreas de centralidade e nunca se deslocam às periferias, aqueles observam a cidade “tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora” (HOOKS, 2019a, p. 23). Ou seja, as experiências cotidianas e os conhecimentos adquiridos nas “margens” possibilitam a construção de um retrato mais abrangente da complexidade urbana. Nesse sentido, propostas contra hegemônicas tanto teóricas quanto práticas de projeto no campo da AU tem levado em conta a potência das histórias de vida, da vivência cotidiana e da experiência no território daquelas e daqueles normalmente invisibilizados pelos

modelos universais de abordagem¹⁶. Como afirma a urbanista indiana Ananya Roy: “o urbanismo subalterno, com sua ênfase no subalterno como agente político, é uma recuperação do suplemento da modernidade, o Outro colonizado” (2011, p. 13).

Tais experiências estão reconstruindo certos paradigmas do nosso campo, como por exemplo, ideais acerca do espaço público como “um espaço de todos”. Nadia Monnet (2013) desvenda em seu texto sobre a flanância feminina; de como o espaço público “não é um simples espaço livre”, nem mesmo um espaço coletivo apropriável por todos. Essa reflexão remete à lembrança de afirmação de uma aluna de mestrado, relembando suas aulas de projeto na graduação: “o que significa espaço de contemplação da paisagem na prática? onde eu moro, no subúrbio carioca, ninguém contempla, muito menos mulher...”. Assim como ela, Monnet vai desvendar como o espaço público é particularizado, orientado, modelado e construído, a partir de sua experiência como mulher circulando na cidade:

sua vocação igualitária, seu princípio de acessibilidade, que em teoria o governa, está longe de ser uma realidade na prática. Todo mundo não é admitido em um espaço da mesma maneira. Alguns/mas podem desfrutar de mais liberdade que outros (MONNET, 2013, p. 220 e 221).

Por isso também, faz sentido para as nossas reflexões sobre a potência de *viradas epistemológicas* a análise crítica da planejadora urbana Leonie Sandercock em seu livro “Making the Invisible Visible” (1998). Ela chama de “História Oficial” do planejamento, o que foi deixado de fora - abordagens de gênero, classe, raça e sexualidade de suas práticas. Para isso, defende abordagens de

¹⁶ Destacamos aqui algumas outras referências feministas não acionadas ao longo do texto, mas que estão realizando experiências nesse sentido, tanto no campo prático de atuação profissional como na academia: COL·LECTIU PUNT 6, 2019; GONZAGA, 2011; HELENE, 2015; PEREIRA, 2015; RUBINO, 2017; SANTORO, 2008; TAVARES e BONADIO, 2020; entre muitas outras.

planejamento e projeto que valorizam a história oral e narrativa da experiência como uma forma ancestral de representar as cidades e suas dinâmicas: “ao contar novas histórias sobre nosso passado, nossa intenção é remodelar nosso futuro” de modo a construir “novas histórias coletivas” (*Idem*, 2005, p. 17 e 23), isto é, de certo modo estabelecer uma *virada* em nosso campo epistemológico.

A CENTRALIDADE DO PROBLEMA EPISTEMOLÓGICO

Linda Martín Alcoff avalia que o problema epistemológico deve ser central para a próxima fase da luta revolucionária: “Cientificismo, positivismo, autoridade masculina, elitismo e eurocentrismo devem ser desembaraçados do processo pelo qual um conhecimento libertador é desenvolvido”. Nesse sentido, a autora afirma que é importante valorizar a análise que não comete o erro de individualizar a agência epistêmica nem descontextualizar a verdade, mas sim mostrar “como as considerações políticas podem, em alguns casos, ser legitimamente muito importantes para a justificação” (ALCOFF, 2016, p. 130 e 134).

Ao nos debruçarmos sobre o debate das epistemologias e perspectivas teórico-metodológicas, não é mais possível ignorar que as “colonialidades do poder, do ser e do saber” (CURIEL, 2020) assumiram, e ainda assumem, obstáculos relevantes para o desenvolvimento de novas formulações e práticas acadêmicas no ensino, na pesquisa e na extensão em arquitetura e urbanismo. O feminismo decolonial proposto María Lugones (2020) contribui para entender como a desumanização, associada a um padrão geocultural de gênero e raça, historicamente construído pela colonialidade, impôs um tipo de racionalidade técnico-científica e epistemológica que, por sua vez, interfere profundamente numa visão considerada neutra, universal e objetiva sobre a realidade, os sujeitos, os corpos e o espaço. Nesse sentido, nosso campo está pautado por propostas analíticas e ações práticas (que não se

restringem ao projeto) a partir de formulações teóricas tidas ainda como inquestionavelmente válidas em nosso país, mesmo que elas dialoguem não só com uma visão eurocentrada com tempos passados e realidades sociais, culturais e políticas distintas. *Não é jogar o bebê fora junto com a água do banho*, até porque é preciso entender os processos de ruptura, como dialéticas e relacionais, com o tempo e o espaço. Não é um resultado, mas um processo que precisamos construir.

Desta forma, este capítulo traz reflexões e experiências de contrastes epistemológicos que temos realizado a partir das teorias feministas. São debates que apontam para possibilidades de novas abordagens metodológicas no ensino de AU. Para além da apresentação de métodos tradicionalmente aplicados à teoria e a prática, temos buscado trazer questões sobre metodologia e paradigmas teóricos com intuito de revelar a importância da apropriação destes aspectos no exercício e na pesquisa em AU, como pressupostos fundamentais para a construção de *viradas de mesa (indisciplina)*. Fica claro nas abordagens de alunos e alunas que a preocupação com resultados hegemonicamente considerados eficientes ou aceitáveis, a partir da bibliografia básica ou mais difundida entre as faculdades, torna-se uma camisa de força para a reflexão crítica e inclusive para o exercício criativo.

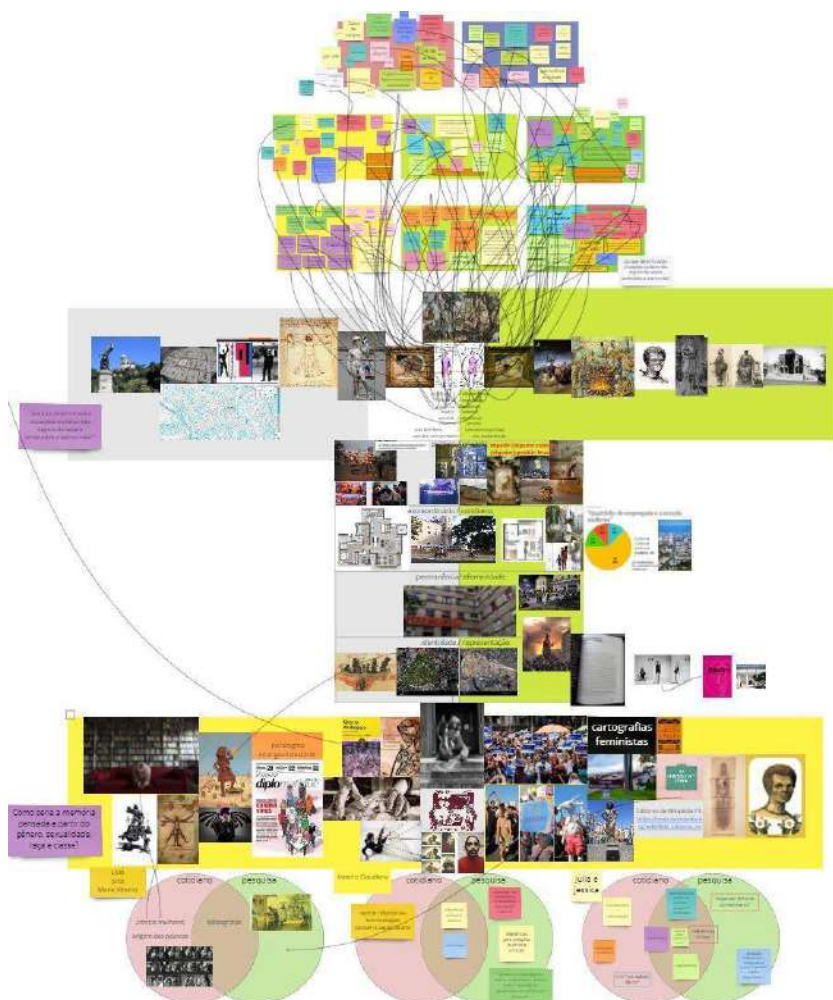


Figura 2 - Diagrama coletivo final realizado em ambiente virtual (plataforma colaborativa visual MIRO) ao longo das aulas da disciplina “Memória e Epistemes Feministas: Efemeridade e Permanência na Cidade e na Arquitetura” (Curso livre Escola da Cidade - profa. Maria Beatriz Andreotti; Kaya Lazarini; Diana Helene Ramos).

Fonte: Acervo próprio (para ver com detalhes acesse o link: https://miro.com/app/board/o9f_lJBnHbs=/)

Diante da conjuntura atual, quando estamos desafiadas a romper paradigmas e construir narrativas que dialoguem e envolvem a sociedade por meio daquilo que nos afeta individual e coletivamente, parece ser um caminho para desconstruir

a colonialidade do saber e uma perspectiva essencialista de conceitos e soluções. Com isso, buscamos debater que caminhos precisamos construir para mobilizar artifícios que escapem a mera referência de trabalhos e bibliografias que acabam por reproduzir pensamentos e formas de existência majoritariamente vinculadas às cidades europeias e norte-americanas e aos corpos adultos, cis masculinos, sem discapacidades e brancos como modelo. A intenção é discutir a pertinência do caminho pedagógico escolhido e discorrer em que medida as epistemologias feministas, interseccionais e decoloniais, para além de um posicionamento político-acadêmico, revelam chaves conceituais, teóricas e metodológicas. O maior desafio é a desmistificação das narrativas e preconceitos acadêmicos.

O pré-julgamento, a desqualificação intelectual e teórica de considerar de forma estruturante, do ponto vista epistemológico, experiências corpóreas e territoriais de si, provoca como consequência uma episteme do silêncio e silenciadora. “Seu silêncio não vai proteger você. [...] Na transformação do silêncio em linguagem e em ação, é essencial que cada uma de nós, estabeleça ou analise seu papel nessa transformação e reconheça que seu papel é vital neste processo” (LORDE, 2019, p.51-55).

É preciso reconhecer o legado dos movimentos feministas, antirracistas e decoloniais para a academia, pois conseguimos assumir uma agenda de investigação que aponta e propõe como incorporar as amplas e diferentes experiências humanas (ALCOFF, 2016). Nesse sentido, se torna urgente repensar os caminhos edificados até aqui no campo epistemológico de AU, direcionando transformações disciplinares profundas e a construção de novos caminhos, engajados e militantes de pesquisa, ensino e extensão; para a consideração desta indisciplina epistemológica como alternativa, na busca de perspectivas dialéticas, disruptivas e insurgentes de ação da ciência, e não apenas de compreender e interpretar.

GÊNERO E ESTUDOS URBANOS

DIANA HELENE RAMOS

ROSSANA BRANDÃO TAVARES

*Esse texto é uma versão do artigo publicado originalmente na revista Archdaily Brasil, em 2017.

Cf. HELENE, Diana; TAVARES, Rossana B. Gênero e estudos urbanos - uma conciliação necessária. ArchDaily, 11 out 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/881263/genero-e-estudos-urbanos-uma-conciliacao-necessaria>

Algumas iniciativas recentes demonstram o ressurgimento do movimento feminista em uma nova onda¹⁷ que tem afetado diversos campos da sociedade brasileira. Toda essa movimentação de debates e ações realizadas pelas lutas das mulheres tem reverberado em diferentes áreas do conhecimento, e a Arquitetura e o Urbanismo não estão de fora. No campo da arquitetura, por exemplo, se destaca a criação do grupo “Arquitetas invisíveis”, em Brasília (2014), um grupo voltado para dar visibilidade à prática arquitetônica de mulheres. Assim

¹⁷ Na semana de 30/07 a 04/08 de 2017 aconteceu no campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, o 13º Congresso Mundos de Mulheres conjuntamente ao Seminário Internacional Fazendo Gênero 11. Os dois eventos integrados reuniram cerca de 10 mil mulheres de todo Brasil e de diferentes países. Mulheres negras, indígenas, asiáticas, lésbicas, mulheres trans, não binárias, mulheres sem-terra, sem-teto, prostitutas e outras trabalhadoras pautaram as mais diversas reivindicações. A massificação de participantes encontrada nesse evento é um exemplo, dentre muitos, que demonstra a emergência de uma nova onda feminista no Brasil, ou do crescimento do chamado pós-feminismo. Isso acontece conjuntamente com o fortalecimento de outros movimentos sociais, em função da emergência das redes sociais, mas também das melhorias sociais trazidas pelos últimos governos de esquerda no Brasil.

como o surgimento de alguns grupos de pesquisa, trabalhos de graduação, dissertações, teses e debates públicos sobre a questão. Iniciativas especialmente de estudantes e jovens arquitetas.

A tese de livre docência da professora Silvana Rubino: “Lugar de mulher. Arquitetura e design modernos, gênero e domesticidade”, é outro exemplo de produção acadêmica brasileira no campo dos estudos que relacionam gênero com a arquitetura e o urbanismo. A partir da análise entre a produção de arquitetas mulheres e o espaço doméstico, a autora investiga como a presença feminina foi responsável por uma revolução simbólica no campo da produção do espaço. Para isso, recupera a história de como os saberes desenvolvidos na arquitetura, na engenharia e no design operam uma série de inovações nas quais as mulheres desenvolvem um importante papel, mas que, na maior parte das vezes, é apagado e invisibilizado. Entretanto, a discussão acerca das desigualdades de gênero no urbanismo ainda é recente no Brasil. Há cerca de três décadas urbanistas estadunidenses, canadenses e europeias têm estudado a questão urbana numa perspectiva feminista. Sobretudo no campo da Geografia, o debate sobre o espaço e gênero tem ganhado importância, com diversas revistas sendo produzidas, congressos e rede de pesquisadores dedicados ao tema. Pesquisas sobre cidade e gênero também vêm ganhando amplitude na América Latina (Argentina, Nicarágua, México, Colômbia etc.). No entanto, no Brasil, mesmo com trabalhos realizados por movimentos sociais e ONGs, esta problemática ainda é pouco pautada pela academia. É possível encontrar algumas geógrafas/os e antropólogas/os brasileiras/os que se debruçam sobre o estudo do espaço a partir da perspectiva de gênero, no entanto, entre arquitetas e urbanistas ainda são poucos os trabalhos. Vale dizer ainda, que a realidade e a problemática urbana de gênero no Brasil têm suas particularidades, da mesma forma os feminismos, que necessitam e devem ser estudados a partir de suas especificidades.

Em 2017, o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU) publicou dois materiais destinados especialmente ao debate

entre espaço urbano e gênero, a partir da reflexão de diferentes mulheres sobre a cidade, sob temas e abordagens múltiplas. São textos curtos, em formato eletrônico, que agregam de forma plural temas relacionados ao direito à cidade das mulheres como: mobilidade, habitação, raça, políticas públicas, movimentos sociais, etc. Além de sistematizarem a experiência nos diferentes campos de atuação do Instituto, os textos organizam uma série de importantes dados e estatísticas sobre acessibilidade, violência e desigualdades espaciais na vida cotidiana das mulheres nas cidades brasileiras. As publicações são de grande relevância por constituir uma das poucas obras sobre o tema no contexto brasileiro¹⁸.

Talvez muitos digam que este tema surge como interesse por conta do ressurgimento do movimento feminista na cena pública. Mas é importante ressaltar que militantes e acadêmicas feministas não deixaram de pautar o debate e produzir reflexões significativas. É nesse contexto que surge o interesse de ambas as autoras deste, Diana Helene e Rossana Tavares, na temática de gênero e cidade, no início dos anos 2000. De fato, a pesquisa acadêmica de ambas se inicia com o doutorado em 2011, uma no Programa de Pós-graduação e Urbanismo (PROURB) e outra no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) na da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Acreditamos ser uma grande conquista uma delas ter ganhado o prêmio de melhor tese na área de Planejamento Urbano (Prêmio CAPES de Tese 2016), o que demonstra como investigações sobre as desigualdades de gênero começam a ganhar espaço e sair da marginalidade nos debates sobre a cidade.

Logo nos defrontamos com os desafios. Do consenso da relevância da questão, até a busca por referenciais em nosso campo que não fossem estrangeiras. A própria difusão dos

¹⁸ É importante ressaltar que o artigo foi escrito em 2017, quando ainda eram poucas as produções científicas sobre a problemática de gênero no urbanismo. Apesar de se notar que atualmente o tema vem crescendo de maneira exponencial e já pode-se encontrar várias dissertações e teses dedicadas ao assunto.

trabalhos acadêmicos da América Latina não estava tão acessível. E assim, nos aventuramos na busca de entender de forma bastante preliminar, como as teorias feministas poderiam nos apresentar chaves de reflexão para entender como as mulheres na sua diversidade experimentam o urbano de forma diferente e desigual. Com isso, apontar para proposições metodológicas para as nossas cidades, também plurais, diversas e desiguais.

Das prostitutas às mulheres residentes em bairros periféricos e favelas, investigamos as contradições que nos empurram para a segregação socioespacial. Uma segregação que não se limita ao território urbano, mas ao paradoxo de estar e resistir ao machismo em diversos lugares da cidade. As normativas sociais e urbanas expressam que o modelo e a perspectiva a ser seguida é a masculina. A experiência das mulheres no transporte público no horário de pico, ou mesmo nos períodos da madrugada, por exemplo, são distintas. Antes de sair de casa, planejamos nosso horário e rota em função de diversos fatores, um deles é o medo do assédio, da violência contra seu corpo, dos horários que precisamos sair e chegar em função das tarefas domésticas. O pior disso tudo é a relativização ou mesmo a indiferença desse sentimento.

Renegadas ao posto daquelas que cuidam cotidianamente das crianças, o espaço da casa familiar e as atividades relacionadas ao seu entorno alçam uma importância muito maior para mulheres do que para o gênero masculino, este que muitas vezes permanece a maior parte do tempo fora do cotidiano familiar, pois trabalha em outra cidade/ espaço, ou mesmo abandona completamente a família. Além disso, as desigualdades urbanas são sofridas de forma ainda mais intensa pelas mulheres. Longas distâncias no transporte diário entre casa e trabalho não significam apenas gastos maiores de tempo em deslocamento, mas também maiores chances de sofrerem violências e abusos vinculados ao gênero, no qual os transportes públicos representam um dos maiores espaços de ocorrência. Em geral, o número de deslocamentos

realizados pelas mulheres é mais intenso que os dos homens. Pois, geralmente, elas estão encarregadas de tarefas com múltiplos destinos relacionados ao ambiente doméstico. Quanto maiores as distâncias entre esses diferentes destinos, piores condições que estas enfrentam. Da mesma forma, falta de infraestrutura urbana de iluminação nas ruas, entre outros diversos exemplos são sofridos de forma mais dramática quando se é mulher. De acordo com Terezinha Gonzaga:

...demonstrar que o simples fato de serem mulheres, com as imposições e encargos da sociedade, interfere em sua mobilidade e em sua utilização do espaço público e privado, e que se acentua as dificuldades quando se tornam mães. Além de que a violência urbana manifesta-se de forma específica em relação às mulheres, com os espaços vazios, com terrenos abandonados e parques, sem segurança, com falta de iluminação pública e com itinerários dos ônibus mal planejados, contribuindo para a não proteção das mulheres (GONZAGA, 2011, p. 81).

Nesse sentido, a luta pelo direito à cidade e à moradia de qualidade, bem localizada no espaço urbano e com segurança de posse é uma das características imprescindíveis dos movimentos de moradia, que não por outra razão, têm um número bastante expressivo de mulheres nos postos de liderança e em sua composição.

Nas lutas anti-gentrificação as mulheres também se destacam. Como outros grupos vulneráveis, as mulheres representam grande parte daqueles que são expulsos nestes processos, sobretudo aquelas que carregam outras intersecções como raça, classe, etc. Por se constituírem aquelas com os mais baixos salários, são também as mais afetadas com os processos de “enobrecimento” de bairros causados pela gentrificação. De modo a defender seus espaços de vida e moradia, tendo em conta o debate anterior sobre a importância destes em suas vidas, geralmente uma grande soma de mulheres encabeçam os movimentos de resistência à gentrificação. Uma mulher exemplar dessas ações foi autora Jane Jacobs, que escreveu o célebre livro “Morte e vida

de grandes cidades” a partir de sua experiência como moradora, mãe e ativista contra os projetos de planejamento urbano que ameaçavam seu bairro em Nova York¹⁹.

É importante ressaltar que as prostitutas sofrem múltiplos processos de segregação nas cidades brasileiras. Em função dessas características, a maneira de atuar destas enquanto movimento social é profundamente marcada por uma organização de resistência que resulta em uma luta pelo seu direito à permanência e livre circulação na cidade, bem como pela segurança e a manutenção de sua integridade física e moral no espaço citadino. Como um ótimo exemplo, a primeira associação de prostitutas criada do Brasil, na Vila Mimosa, Rio de Janeiro, se estruturou em função da necessidade de se proteger de um processo de remoção que sofriam em função de um projeto de intervenção urbana.

Por essa razão, vale destacar ainda a importância do movimento organizado das prostitutas e sua resistência, na disputa das simbologias e classificações aplicadas às mulheres em geral e ao uso da cidade feito por elas. Isto porque, em diversos processos de intervenção urbana, não apenas as mulheres prostitutas podem ser alvos de expulsão, mas todas aquelas que representam uma oposição à cidade patriarcal, branca, heteronormativa e eurocentrada. Isto é, todas aquelas associadas a uma feminilidade “fora do padrão” e, portanto, sujeitas às consequências segregatórias e violentas decorrentes do chamado “estigma de puta” (HELENE, 2015)²⁰.

A partir dessas diferentes formas de reivindicação do espaço da cidade engendradas pelos movimentos urbanos de moradia e o movimento organizado de prostitutas - perambulando entre as dicotomias simbólicas rua/casa, público/privado e puta/esposa -

¹⁹ A atuação de Jane Jacobs no planejamento urbano sob uma perspectiva feminista será discutida com mais profundidade no artigo “Uma mãe urbanista: Jane Jacobs”, na Sessão 2.

²⁰ O conceito do estigma de puta, e as questões relativas a segregação da prostituição serão discutidas com mais profundidade no artigo As primeiras a serem expulsas são as prostitutas: segregação generificada e “estigma de puta”, na sessão 2.

podem-se levantar pontos de contato e interação que demonstram práticas espaciais de resistência e de luta por permanência e acesso à infraestrutura urbana de qualidade, uma disputa por direito à cidade no âmbito do gênero, gerando paradoxalmente “espaços generificados de resistência”²¹ (TAVARES, 2017).

COMO A ARQUITETURA E URBANISMO CAPTURAM ESSAS QUESTÕES?

Esse desafio é grande. Mas a nossa pista é que precisamos estar atentas aos interesses práticos e as práticas sociais das mulheres.

Fora do Brasil, há ótimos exemplos de experiências práticas do urbanismo feminista que vêm despontando como alternativas para se pensar a cidade e seus equipamentos coletivos de uma outra forma. Principalmente na busca por uma aliança das dicotomias entre a esfera produtiva e a esfera reprodutiva, que separam e hierarquizam, no espaço da cidade, os papéis atribuídos aos homens e às mulheres. Além disso, o urbanismo feminista desafia a premissa de que o planejamento é neutro. Nesse sentido, reafirma a ideia de que nossas cidades e bairros foram configurados por meio dos valores de uma sociedade capitalista e patriarcal, nos quais, é importante ressaltar, que esta forma física dos espaços urbanos contribui para perpetuar esses mesmos valores. Em resposta, o planejamento urbano feminista propõe práticas para transformar as divisões típicas das cidades capitalistas e patriarcais, por meio da reorganização dos espaços públicos a partir da ótica da vida cotidiana. Isto é, transfere a centralização de recursos dos espaços produtivos para os espaços onde “a vida acontece”: a casa, o bairro, os centros urbanos, os subúrbios e as periferias²².

²¹ O conceito é melhor apresentado no artigo “A luta das mulheres na Favela da Providência e os espaços generificados em resistência” na sessão 3.

²² A cooperativa Col·lectiu Punt 6, em Barcelona (Espanha), é uma referência nesse sentido. São 10 anos de experiência em processos de planejamento participativo com

Projetar a partir da vida cotidiana é importante pois é possível desenhar relações complexas entre os espaços privados, coletivos e públicos que possam apoiar, cuidar, relacionar as atividades que desenvolvemos no dia a dia: as atividades que ocorrem na comunidade e esfera pessoal, articulando as atividades que fazem parte tanto do trabalho produtivo como do reprodutivo. Os espaços que respondem às necessidades da vida cotidiana são os espaços que permitem cuidar de nós mesmos e de outras pessoas, promover espaços de troca e apoio mútuo e fortalecer os laços comunitários. Espaços cujas qualidades respondem tanto a vida doméstica, como a vida na comunidade e na vida pública.

Por essa razão, vale destacar ainda a importância do movimento organizado das prostitutas e sua resistência, na disputa das simbologias e classificações aplicadas às mulheres em geral e ao uso da cidade feito por elas. Isto porque, como relatado anteriormente, em diversos processos de intervenção urbana, não apenas as mulheres prostitutas podem ser alvos de expulsão, mas todas aquelas que representam uma oposição à cidade patriarcal, branca, heteronormativa e eurocentrada. Isto é, todas aquelas associadas a uma feminilidade “fora do padrão” e, portanto, sujeitas às consequências segregatórias e violentas decorrentes do chamado “estigma de puta” (HELENE, 2015).

A partir dessas diferentes formas de reivindicação do espaço da cidade engendradas pelos movimentos urbanos de moradia e o movimento organizado de prostitutas - perambulando entre as dicotomias simbólicas rua/casa, público/privado e puta/esposa - podem-se levantar pontos de contato e interação que demonstram práticas espaciais de resistência e de luta por permanência e

enfoque feminista. O grupo disponibiliza ainda as metodologias desenvolvidas na sua atuação empírica em seu sítio web por meio de uma série de manuais e guias de atuação. Como por exemplo diagnósticos participativos de avaliação do espaço urbano e da gestão urbana com a comunidade local; marchas exploratórias de reconhecimento e análise coletiva do bairro; cartografias, mapas coletivos, perceptivos, corporais e de mobilidade cotidiana; ferramentas participativas de análise da vida cotidiana, vídeos participativos (narrativas coletivas sobre o bairro); etc. Veja mais em: <https://feminismurbana.wordpress.com/2017/09/12/o-urbanismo-feminista-do-col%C2%B7lectiu-punt-6/>. Apesar da notória experiência do coletivo, refere-se a realidade europeia. Nosso desafio é pensar a partir da realidade brasileira e latino-americana.

acesso à infraestrutura urbana de qualidade, uma disputa por direito à cidade no âmbito do gênero, gerando paradoxalmente “espaços generificados de resistência” (TAVARES, 2017).

A construção do blog Feminismurbana foi motivada pela “quase-completa” ausência no Brasil de práticas, metodologias, debates, pesquisas, colóquios, seminários, teses, dissertações, artigos etc. sobre o tema. “Quase-completa” porque sabemos que há iniciativas isoladas que não estão mobilizadas coletivamente a fim de ganhar força no país. Por esta razão, gostaríamos que este blog fosse um instrumento de mobilização e de encontro, de troca de informações e experiências. Não esperamos, e nem desejamos, uma mera importação das pesquisas e atuação internacionais para a realidade nacional. Até porque, em alguns países, as reflexões entre urbanistas feministas já estão numa segunda onda, iniciada em meados dos anos 1980 e 1990, quando se fortalece uma grande crítica ao feminismo eurocêntrico e branco – o Black Feminism nos EUA, sobretudo. A realidade e a problemática urbana de gênero no Brasil têm suas particularidades, assim como o feminismo, por isso a nossa ideia é a construção.

FEMINISMO EM VOZ ALTA PELO DIREITO À CIDADE

ROSSANA BRANDÃO TAVARES

* Esse texto foi originalmente publicado, a convite, na página eletrônica do MRU - Manual da Resistência Urbana.

Disponível em: <https://www.redemru.com.br/post/feminismo-em-voz-alta-pelo-direito-à-cidade>

Falar sobre as cidades e o feminismo nos dias de hoje ainda é um desafio. Há muito preconceito, sobretudo, pela difusão de opiniões que reproduzem e retroalimentam estereótipos sobre as feministas e o conteúdo de nossos discursos. Isto tem a ver com machismo, sexismo e a misoginia ainda persistentes em nossa sociedade. É claro que não é uma realidade apenas brasileira, mas recentemente, temos assistido e vivenciado de forma muito radical o desprezo pelas mulheres ou tudo aquilo que se refere ao feminino e sua luta por sobrevivência, ou seja, misoginia. Essa ideia se relaciona com a história do machismo e coincide com a história da humanidade. Uma visão socialmente construída que naturaliza a suposta superioridade masculina, nos impondo papéis sexuais como um destino biológico, isto é, uma concepção sexista de mundo: tarefas domésticas, cuidado das crianças e idosos/as, por exemplo, como práticas da economia do cuidado exclusivamente femininos. Assim, a dicotomia homens-mulheres, não pode ser vista de forma isolada, isto quer dizer, que a perspectiva de gênero se conforma neste regime histórico de submissão das mulheres aos homens e das desigualdades de direitos (SAFFIOTI, 2013). Por isso, falar de gênero não é apenas sobre as mulheres. Sem dúvida, a pouca tradição no

urbanismo brasileiro, de incorporação desse debate, é um reflexo significativo do machismo, sexismo e misoginia histórico em nossa profissão e na sociedade. Uma visão de mundo que não representa a nossa experiência como mulheres no espaço urbano diante da dominação masculina.

Há controvérsias sobre a origem da luta feminista, até porque o reconhecimento do feminismo como movimento político e teórico é diferente entre os países centrais e latino-americanos ao longo da história. No Brasil, é possível resgatar histórias de luta de mulheres no Brasil-Colônia, mas podemos começar aqui pelo chamado feminismo “bem-comportado” sufragista²³ liderado por mulheres brancas, desde o século XIX e se estendeu até a conquista do voto em 1932, antes mesmo da França. Porém, é fundamental mencionar o feminismo negro brasileiro ainda pouco citado na história do feminismo brasileiro no século XX. Assim como nos EUA reivindicou desde anos 1940, pós ditadura Vargas, o debate sobre o corpo relacionando ao sistema colonial de poder, que perpetua a marginalidade dos corpos negros. Uma literatura de referência potente é da escritora Carolina de Jesus, “Quarto de Despejo - diário de uma favelada”²⁴. Livro que retrata sua vida na favela do Canindé em São Paulo, diz muito sobre sua experiência sendo negra e pobre. Reflexões que nos ajudam a problematizar como “empurramos” esses corpos para precariedade, para o risco, despejando-os para as periferias, para o quarto de empregada. O feminismo negro teve importância também na reafirmação da estética da beleza negra, no questionamento à hipersexualização dos corpos femininos, questionando a radical experiência de objetificação dos seus corpos e da sua existência.

²³ Movimento do sufrágio feminino, tem origem na França no século XVIII, defendia a extensão do direito ao voto às mulheres, antes apenas um direito dos homens.

²⁴ Sugestão de leitura: PEREIRA, Gabriela Leandro. “Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus”. São Paulo: ANPUR e PPGAU-UFBA, 2019.

Mais recentemente, a meu ver, é o feminismo negro que tem protagonizado e dado a tônica do movimento feminista no Brasil, tanto do ponto de vista da luta quanto da formulação teórica. Além dos direitos reprodutivos e trabalhistas que foram centrais nas reivindicações das últimas décadas, a questão do direito à cidade vira um tema essencial, em especial, sobre o assédio e a violência no espaço público das cidades.

ESPAÇO PÚBLICO E ESPAÇO PRIVADO

Não podemos negar que “a transição para capitalismo é uma questão primordial para a teoria feminista, já que a redefinição das tarefas produtivas e reprodutivas e as relações homem-mulher nesse período, ambas realizadas com máxima violência e intervenção estatal” (FEDERICI, 2017), demonstram como capitalismo e patriarcado não estão dissociados. Isso significa que nossa formação social capitalista se relaciona a concentração do poder, em especial, o poder econômico nas mãos dos homens. E por isso, tanto a questão do trabalho quanto da família é central para compreender uma dicotomia vista como fundamental nos estudos urbanos: espaço público e privado.

O primeiro ponto que quero destacar é que a experiência das mulheres no espaço urbano, nos ajuda em muitas dimensões tencionar o conceito de espaço, principalmente o de espaço urbano. Ainda para muitas de nós, a vivência urbana é experimentada a partir do espaço privado e a economia do cuidado. Nossa subjetividade e percepção do urbano é atravessada pelas tarefas domésticas: ir ao mercado, à farmácia, ao postinho de saúde, levar as crianças para escola, para o parque/prça... e depois retornar para os afazeres de casa, ou seja, trabalho doméstico não remunerado exercido sem apoio ou ajuda. Ao mesmo tempo, o número de domicílios chefiados por mulheres tem crescido no país, demonstrando que também a responsabilidade econômica, de provimento, tem recaído sobre nossos ombros. Fato que não

é novo para as mulheres mais empobrecidas, mesmo diante de salários inferiores. Dados do IBGE (2019) mostram que ainda ganhamos 77% dos salários dos homens no Brasil.

Enquanto entre os homens é mais comum não se responsabilizar pela economia do cuidado, a circulação deles pela cidade é geralmente pendular - casa-trabalho. A casa torna-se um lugar genuíno de repouso e descanso. Inclusive, é assim que o sistema de transporte público e mobilidade são estruturados em nossas cidades. As mulheres, fora o movimento casa-trabalho, realizam uma série de circuitos no espaço público, nos seus bairros e pela cidade, mais o receio do assédio, violência, estupro. Quando chegam em casa, certamente não vão repousar e descansar como eles, sem falar no risco à violência doméstica. Se vivem em periferias distantes, longe não só das supercentralidades, mas das pequenas centralidades de bairros residenciais, o isolamento doméstico expõe seu corpo e nos coloca ao risco da precariedade urbana - no mínimo do assédio nas ruas.

Logo, como separar o público do privado? As desigualdades de gênero na cidade não se restringem ao espaço público. A violência e as opressões são validadas e reconhecidas no público e também no privado. A dominação da vida privada feminina é defendida no universo de relações sociais, políticas, culturais e urbanas no público; e vice-versa. Por isso, o chamado espaço urbano é o espaço público-privado. São indissociáveis do ponto de vista da análise quanto das práticas sociais/espaciais²⁵.

Neste contexto de pandemia da Covid-19, a falta de políticas urbanas, com foco no acesso à moradia adequada, ao saneamento ambiental e mobilidade, de forma transversal às políticas de saúde, renda, saúde e educação são questões primordiais a serem resolvidas para garantia do direito à cidade, em especial, garantindo cidades mais seguras para as mulheres. Portanto, temos sobrevivido não apenas à violência física como também aos problemas urbanos e sociais de forma

²⁵ Nos termos de Henri Lefebvre, em *A produção do espaço* (2000).

diferente, justamente pelo aprofundamento, neste momento, das desigualdades de gênero.

Assim, pensar no direito à cidade a partir da vida das mulheres, não é planejar a cidade de forma especializada ou específica para atender às nossas demandas. Mas é planejar cidades para todos, porque sem o trabalho que historicamente nos foi destinado, as cidades simplesmente parariam. Por essa razão, vimos a pertinência das reivindicações pela Greve das Mulheres pelos 99% em 2019 (ARRUZA et al, 2019), porque questionamos o feminismo liberal que serve aos 1% mais ricos do mundo, que por sua vez ignora as alianças políticas coletivas e as possibilidades de uma luta internacionalista. Nossas demandas confrontam a lógica capitalista, neoliberal, racista e colonial. Hoje, a experiência da marginalidade como mulheres latino-americanas, negras e indígenas nos impõe novas abordagens e formulações práticas e teóricas. É um processo frente a uma crise generalizada que infelizmente tem mantido as cidades de pé, pois contam conosco, nos expondo ao déficit de moradia, de água de qualidade, à poluição, à aglomeração, ao isolamento, à violência, à escassez, às custas de nossa saúde física e psicológica, às custas dos bens públicos e da natureza. Por isso, um feminismo em voz alta pelo direito à cidade, porque nossas demandas são urgentes. É por uma vida melhor para todos e de todas as mulheres.

A URBANIZAÇÃO CAPITALISTA COMO TECNOLOGIA: COLONIALIDADE, RACIALIZAÇÃO E CIS-HÉTERO- PATRIARCADO

DIANA HELENE RAMOS

MARIANA ALBINATI

MARIA BEATRIZ ANDREOTTI

KAYA LAZARINI

*Este texto é uma versão de um texto originalmente publicado, a convite, numa coletânea sobre tecnologia para o desenvolvimento social.

HELENE, Diana; ALBINATI, Mariana; LAZARINI, Kaya; ANDREOTTI, Maria B. Um ensaio sobre a urbanização capitalista como tecnologia: colonialidade, racialização e cis-hétero-patriarcado. In: KLEBA, John et al (org.) *Engenharias e outras práticas técnicas engajadas* - Volume 3: Diálogos interdisciplinares e decoloniais. João Pessoa: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2022.

INTRODUÇÃO: O “CAUSO” DO CARIRI VELHO

Nosso texto se inicia com um “causo²⁶”: o relato de uma visita turística, ocorrida em 2010, para conhecer a região dos Lajedos do Cariri Velho, no Sertão da Paraíba. Lajedo é uma formação rochosa excepcional, composta de uma base de

²⁶ “Causo” é uma pequena história, acontecida e/ou inventada, narrada oralmente, típica de rodas de viola caipira. Na narrativa aqui relatada, a história, vivenciada por umas das autoras do texto, é descrita e “reinventada” aqui como base de reflexão. Tal caso já foi usado no artigo “Blema, o ‘causo’ da Água Encanada no Cariri Velho”,

granito de longa extensão, coberta de pedras (pedaços partidos dessa mesma base devido à constante mudança de temperatura) e da vegetação típica da região, a caatinga. Com origem de mais de quinhentos milhões de anos (período pré-cambriano), em algumas pedras são encontradas pinturas rupestres²⁷ atribuídas aos índios Cariris, que viviam no local. Na região, tais formações rochosas se localizam dentro de propriedades privadas de comunidades sertanejas, que durante muito tempo ficaram praticamente esquecidas pelo desenvolvimento hegemônico (WINGE et al., 2013; MENESES, 2020). Os visitantes, que seriam guiados por um residente da região, ao chegarem num dos sítios para conhecer o “Lajedo Bravo” foram alertados por sua mãe, Maria, que ele estava em viagem e por isso não poderia guiar o passeio. Insistiram: haviam vindo de São Paulo para conhecer a área, perguntando se ela não poderia levá-los. A senhora acabou concordando, e guiou o grupo sob o ponto de vista da sua história, suas relações e seu uso daquele lugar, bem antes do Lajedo virar um ponto turístico.

No local, havia pequenas lagoas nas fissuras da pedra, com o acúmulo de água da chuva. Maria mostrava quais dessas eram usadas para lavar a roupa: as mais especiais, com a água mais limpa. Ao contar, lembrava como ela e as outras mulheres sofriam antes da chegada da água encanada. A rede de água havia sido instalada há pouco tempo, uma iniciativa parte de um projeto do governo federal de levar água e luz para o Sertão. Parecia que fazia anos que ela não visitava essa área e, a cada momento, lembrava de uma história diferente. Ela ia então narrando as dificuldades dessas mulheres, pois tinham que caminhar bastante para chegar

publicado na revista *Tópos* (HELENE, 2017), derivado de um trabalho final da disciplina de pós-graduação “Sociologia das Técnicas”, realizada em 2011 (a última disciplina lecionada pela Profa. Dra. Ana Clara Torres Ribeiro, IPPUR/UFRJ, antes de sua partida deste mundo). Nesta publicação, partimos desse mesmo caso, porém com o olhar focado nas relações interseccionais e decoloniais, enfoque não abordado nos trabalhos anteriores. Publicar esse ensaio é também uma homenagem (homenagem feminista) a essa professora tão importante para pensar as relações entre o espaço, ser humano e tecnologia.

²⁷ Além da arte rupestre (a extensa maioria dos achados arqueológicos), foram encontrados na região artefatos líticos e sepultamentos (MENESES, 2020, p. 212).

até as lagoas mais limpas, carregando as trouxas de roupa por longas distâncias no sol quente e seco do Sertão. Na época de seca, quando não chove por meses, a caminhada até lá era também uma necessidade de sobrevivência. Por essas razões, as mulheres aproveitavam para acumular muita roupa de uma vez só e iam todas juntas lavar as roupas para terem companhia, proteção e ajuda umas das outras. “A gente lavava ali, e depois colocava em cima do granito do lajedo para ‘quarar’ no sol. Cada uma trazia uma comida e a gente colocava tudo junto, fazia piquenique... Ficava conversando... Nossa!! Faz tanto tempo que eu não vejo a Joana e a Luzia...”. Aos poucos a conversa, que inicialmente contava a vida sofrida sem a infraestrutura da água encanada, mudou para uma certa nostalgia das relações sociais que foram modificadas com a chegada do conforto do encanamento. Ao final, Maria ainda disse “Que coisa... nós moramos um do lado do outro e ninguém mais se encontra, cada um com sua torneira dentro de casa, cada um vendo sua TV sozinho dentro de casa.”

PROCESSOS SOCIOESPACIAIS E A INFLUÊNCIA DA TÉCNICA NA CONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Partimos aqui da premissa de que a urbanização é uma tecnologia. As redes de infraestrutura urbana de distribuição de água/luz ou de circulação, trazidas aqui como objeto instigador desta análise, são técnicas que configuram a própria forma do ordenamento territorial, parte estruturante, como veremos a seguir, de um paradigma branco/colonial/moderno, cis heteronormativo e capitalista, que conforma tanto as aglomerações humanas que chamamos de cidades, como a própria ideia de urbanização.

Segundo o geógrafo brasileiro Milton Santos (SANTOS, 2010, p.17) as relações sociais se apoiam nos objetos técnicos, e, dessa forma, constituem elos indissociáveis entre técnica e cultura: a história da técnica seria a própria história da

humanidade sobre a terra. Por essa razão, os fatos humanos deveriam ser examinados em função de um conjunto de técnicas (Idem, 2006, p. 19). Se pensamos que a técnica é um produto da natureza humana - “um conjunto instrumental crescentemente sofisticado de modos de intervenção” (LUZ, 2014, p. 7) - ela é meio (contexto) e mediação (instrumento): “as técnicas são meios instrumentais e sociais, com os quais o homem (sic) realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2006, p. 16). Nos lugares, as técnicas articulam um “sistema de ações”, ou um conjunto de ações sistemáticas, já que os sistemas de objetos e de ações conformam o espaço (RIBEIRO, 2005): “o espaço é, em todos os tempos, o resultado do casamento indissolúvel entre sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1994, p. 43).

É o que Santos nomeou de “meio-técnico-científico-informacional”, que consiste na transformação paulatina do espaço “natural” por meio do uso das técnicas, que se difundiram em função do processo de globalização e da propagação de novas tecnologias pelo mundo (Idem, 2010). Esse desenvolvimento tecnológico e seus processos de transformação da natureza e de construção do espaço, contribuiu para progressivas alterações nas relações territoriais, sociais e simbólicas, instrumentalizado por meio de uma visão com determinada racionalidade e objetividade do mundo (e dos lugares), conduzindo “uma organização sociotécnica do trabalho, do território e do fenômeno do poder” (Ibidem, p. 63).

A urbanização constitui, nesse contexto, uma forma específica de relação tecnologia-sociedade-natureza que é base material, meio e mediação das relações sociais capitalistas, cis heteropatriarcais, coloniais e raciais. Uma “crescente reorganização do ‘território’ como um espaço social estruturado em função das necessidades da produção fabril e da acumulação de capital” (FEDERICI, 2019, p. 25), isto é, constituída a partir de uma lógica pensada em função da produção do capital e, portanto, focada naqueles/as que desempenham o chamado trabalho produtivo. Tal sistema,

desconsidera as necessidades daqueles/as não inseridos/as, ou precariamente inseridos/as, na lógica do trabalho assalariado - grupo formado majoritariamente por mulheres, pessoas racializadas, idosos/as, crianças, pessoas com deficiências, entre outros. Marina Harkot²⁸ nomeia tais indivíduos invisibilizados no planejamento urbano de “corpos não-neutros”: tensionando o que hegemonicamente se construiu como “neutro” e “universal” nas abordagens técnicas sobre a cidade, estruturando uma invisibilização de certos corpos e de suas necessidades culturais e políticas. Segundo ela, na maioria das pesquisas e intervenções urbanas, as atividades e o comportamento desses grupos são amplamente ignorados (HARKOT, 2018, p. 45-46), postura que permite e reafirma as hierarquias estabelecidas pela divisão cis heterossexual, racial e colonial do trabalho.

Ademais, segundo Edgardo Lander, “ciência e tecnologia [no capitalismo] são concebidas não apenas como base do progresso material, mas como a origem da direção e do sentido do desenvolvimento” (LANDER, 2005, p. 17). Isto é, toda a ideia de “processo civilizatório” é fundamentalmente construída a partir de meios técnicos incorporados ao solo “como próteses” sob justificativas como: ampliar os horizontes da humanidade; proporcionar à sociedade humana mais “conforto”, menos esforço; e trazer facilidades que buscam respostas aos desejos do que é chamado de “evolução” (SANTOS, 2010 p. 63). A hegemonia do pensamento neoliberal ganha força pela sua capacidade de apresentar a própria narrativa como algo “objetivo, científico e universal” e sua visão da sociedade como a forma mais avançada da experiência humana, apesar de apoiada em condições histórico-culturais específicas (LANDER, 2005, p. 8) e, portanto, de não neutralidade. Tal forma colonial

²⁸ Marina Harkot foi uma urbanista, ativista e teórica brasileira. Em 2020, com apenas 28 anos, ela se deslocava em sua bicicleta em São Paulo quando foi brutalmente atropelada por um carro cujo motorista não parou sequer para prestar socorro. Marina foi morta por um modelo de cidade centrado no automóvel, na necessidade de velocidade da produção do capital, da produção incessante e contínua de mercadorias; um modelo de cidade que não pensa o tempo das atividades cotidianas da escala de reprodução da vida. Um modelo que diariamente tira a vida de pedestres e ciclistas.

de ver o mundo instaura uma hierarquia que classifica se um lugar é mais ou menos “civilizado” de acordo com o nível de seu desenvolvimento técnico, estruturando também atribuições simbólicas de qualificação, “classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas” (*Ibidem*, p. 12). Um longo processo, que culminará nos séculos XVIII e XIX, no qual se organiza a totalidade do espaço e do tempo – as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados – numa grande narrativa universal em que a Europa e o modo de viver capitalista [cis heteropatriarcal e branco] se constituem como o centro geográfico e o ápice temporal (*Ibidem*, p. 10)²⁹.

Nesse contexto, a partir do século XIX, a urbanização é compreendida e simbolicamente estruturada como um dos maiores signos civilizatórios, estruturando uma ideia de “progresso”, “desenvolvimento” e “qualidade de vida” típicos da sociedade capitalista. Tal sistema de representação é ainda fortalecido com a implantação extremamente desigual das técnicas e infraestruturas nos diferentes territórios, no Sul e no Norte globais, dentro dos países e cidades - organizando diferenças e hierarquias. A divisão cis heterossexual, racial e colonial do trabalho pode ser “vista como um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente” (SANTOS, 2006, p. 132), na qual a ideologia capitalista “equaciona não assalariamento e baixo desenvolvimento tecnológico” com atraso político e impotência (FEDERICI, 2019, p. 65).

Para a ecofeminista indiana Vandana Shiva, nessa constituição simbólica a natureza é considerada improdutiva, a agricultura baseada nos ciclos naturais de renovação significa pobreza e as mulheres, pessoas racializadas, povos tribais e sociedades camponesas são igualmente colocados como

²⁹ Vale destacar que tais autores clássicos da crítica decolonial não levavam em conta as desigualdades de gênero e sexualidade em suas propostas de análise. Assim, diversas autoras mulheres, sobretudo aquelas racializadas, vão complexificar o debate decolonial pensando a intersecção entre classe, raça, gênero e sexualidade. A filósofa argentina Maria Lugones, por exemplo, vai demonstrar que, durante a colonização, se estabelece um “sistema moderno/colonial de gênero” de dupla inferiorização racial e subordinação generificada (LUGONES, 2020, p. 67).

“atrasados” e “primitivos” (SHIVA, 1995, p. 32-33). Como complementa Cristiane Faustino, militante da Articulação de Mulheres Brasileiras: “tais povos e populações são situadas pelo desenvolvimento como atrasadas e transitórias, tendo seu direito de existir ‘encurralado’ – quando não ameaçado – por um certo ‘acordo’ socialmente dominante de que o progresso e a felicidade são urbanos e industriais” (FAUSTINO, 2013, p. 90):

Devido à condição sistêmica global do capitalismo, pode-se observar relações mútuas entre as aglomerações urbanas e suas paisagens operacionais ao longo de todo o planeta, constituindo o que o urbanista estadunidense Neil Brenner chamou de “urbanização planetária”: uma rede global de malhas urbanas irregulares conjugando paisagens rurais e suburbanas em escalas variadas. Incluindo “formas de intensificação do uso da terra, expansão de infraestruturas, transformação social e metabólica da natureza, coordenação logística, especulação financeira e redesenho territorial” de superfícies terrestres, bacias hidrográficas, estratos subterrâneos, oceanos, atmosfera, e “tudo mais que possa ser diretamente operacionalizado como insumo à sede voraz do crescimento industrial capitalista” (BRENNER, 2018, p. 236, 237, 246 e 250).

Retomando o caso que abre este trabalho, a garantia de acesso às redes de água e energia pode ter sido considerada como um avanço positivo no “processo civilizatório” de uma comunidade na qual essas infraestruturas por muito tempo se mantiveram ausentes. A tecnologia inserida no território foi, provavelmente, apropriada como um benefício essencial, gerando uma valorização também simbólica do progresso local da comunidade. Garantiu o acesso ininterrupto ao consumo de água potável, evitando os grandes deslocamentos para buscá-la, entre outras diversas comodidades a partir da implantação dos serviços de água encanada. Com base no relato de Maria, é inegável que, ainda que tenha trazido benefícios, a instalação dessa infraestrutura afetou as relações baseadas na coletividade, solidariedade e vida comunal: tal tecnologia impulsionou no

cotidiano da comunidade uma outra forma de relacionamento.

A nova configuração também alterou os usos do espaço pela comunidade, delimitando-o até onde alcançam as redes de água e energia elétrica. No caso relatado, Maria não visitava o local há tempos e lembrando das experiências socioespaciais por ela vividas declarou: “Não se faz mais festa no Lajedo, porque lá não tem energia elétrica para poder levar rádio e lâmpada. Mas e antes? Que não tinha energia elétrica para nenhum lado, como fazíamos mesmo?”. Isso expõe como a implantação dos pontos de água, sua concepção como locais individualizados dentro de cada unidade residencial, assim como a área servida pela rede de energia elétrica, redimensionaram o espaço da comunidade ao mesmo tempo em que reorganizaram as relações sociais no território usado.

Em virtude de seu “conteúdo técnico”, cada tecnologia tem como base uma predestinação a certos tipos de ações, isto é, configura uma gama predefinida de possibilidades de ação (SANTOS, 2006, p. 55)³⁰. O próprio termo tecnologia, segundo o filósofo espanhol e homem trans Paul Preciado, cuja origem remete à *techné* (“ofício e arte de fabricar”) opo-se a *physis* (natureza): colocando “em funcionamento uma série de oposições binárias: natural/artificial, órgão/máquina, primitivo/moderno” (PRECIADO, 2014, p. 146). Vimos aqui como o encontro coletivo das mulheres proporcionado pela tarefa de lavagem de roupas foi desmobilizado ao deslocar-se esta ação para dentro do espaço da casa. A instalação da rede de água encanada alterou as relações sociais, valorizando e validando o espaço residencial como o local para exercer essa atividade, sobretudo de maneira individual. Nesse sentido, buscamos investigar como a morfologia da distribuição da rede de água no território prioriza algumas ações e dificulta a realização de outras, no caso, os encontros comunitários e a coletivização das tarefas de cuidado, sobretudo entre pessoas que não são

³⁰ Vale ressaltar que toda técnica possui a possibilidade de um grau de adequação de seus fins.

da mesma unidade familiar e/ou não habitam a mesma casa. A própria morfologia da casa capitalista - unifamiliar, monogâmica e cis heterossexual - enquanto tecnologia, também precisa ser investigada, sobretudo na maneira como estabelece mediações entre “fora” e “dentro”, público e privado/doméstico, coletivo e individual.

“CADA UM COM SUA TORNEIRA DENTRO DE CASA”: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

Para desvendar como a instalação de uma infraestrutura urbana de fornecimento de água atuou e atua como elemento de organização das relações sociais, questão principal colocada para esse artigo, é necessário remontarmos à Europa da segunda metade do século XIX. É nesse momento histórico que o olhar para os núcleos urbanos se altera, uma vez que a cidade passa a ser vista como um organismo em movimento: uma figura que pode ser “mediada, ampliada e principalmente modificada”. Esse processo nada tem de natural - se manifesta a partir do emprego de instrumentos, realização de obras e implantação de dispositivos para abreviar percursos e favorecer o fluxo, predisposição de novos organismos funcionais, especializações nos bairros de acordo com atividades consolidadas ou novas finalidades. Segundo o arquiteto e urbanista italiano Guido Zucconi, mais do que ‘processo’, temos de falar em ‘programa’ de adaptação (ZUCCONI, 2009, p. 28).

É nesse momento em que o urbanismo se institui como disciplina autônoma com a finalidade de controlar o crescimento e as transformações espaciais, estabelecendo as bases e paradigmas organizacionais passíveis de serem lidas e apreendidas na cidade contemporânea. Munido de olhares técnicos de engenheiros, médicos e de levantamentos estatísticos dos mais diversos, o urbanismo se constitui como um projeto de ordenamento

técnico territorial “um conjunto de instrumentos de projeto e organização do espaço físico urbano, capaz de traduzir-se em uma prática técnico-administrativa, ou seja, uma ciência política” (CALABI, 2012, p. XXI). Esse campo disciplinar toma corpo a partir das problemáticas expostas pelos núcleos urbanos europeus então recentemente industrializados, o êxodo rural e crescimento populacional nas cidades, bem como as epidemias de cólera que assolaram as capitais europeias naquele período.

Para a urbanista italiana Donatella Calabi, o abastecimento hídrico é a primeira aplicação em ampla escala dos princípios científicos e inovações tecnológicas a partir do século XIX (Idem, p. 81). A água passa a ser objeto de grandes intervenções dentro e fora dos centros habitados em que a racionalidade técnica atua sobre esse elemento, por vezes o invisibilizando na cidade ou racionalizando usos e processos naturais (ZUCCONI, 2009, p. 96). Muito do entendimento dos recursos urbanos em rede está vinculado à distribuição dos recursos hídricos. Assim, o contato com cursos e frentes de água passa a ser mediado pela técnica, rompendo outras formas e relações mais tradicionais ou naturais. Para além disso, são constituídas as Companhias de Serviços Urbanos, em sua origem de capital privado³¹, que atuam no campo da gestão e construção de redes urbanas de infraestrutura, planejando sua implantação no território e assim corroborando ideais simbólicos de compreensão de determinadas áreas como valorizadas, em contraposição a áreas desvalorizadas da cidade. A partir de 1880 se institui conceitualmente os “serviços de rede”: água, transporte, energia elétrica e gás, fornecidos de modo contínuo e coordenado aos núcleos urbanos. De início, tais sistemas eram operados de forma privada, adicionando ainda o fator lucro, numa mediação pautada pela lógica capitalista.

³¹ Segundo Zucconi, as primeiras Companhias de rede de serviços eram sociedades inglesas particulares. A participação do Estado como agente organizador só será consolidada na virada do século (ZUCCONI, 2009, p. 100). A partir dos anos 2000, com o avanço neoliberal, o que vemos é um movimento inverso de privatização das Companhias de Serviços Urbanos, como água e energia elétrica.

Regularizar as águas da cidade permite, portanto, alcançar múltiplos objetivos através de um programa coordenado de obras públicas, o fornecimento de um serviço difuso, e, finalmente, um meio para delimitar recursos, áreas, jurisdições. [...] Ao definir a relação entre número de habitantes e metros cúbicos, a água se torna, portanto, uma maneira de quantificar o conceito de equilíbrio, para exprimir uma relação otimizada entre o número de utilizadores e a quantidade de recursos à disposição (Ibidem, p. 98)

Beguin reforça que, a partir do século XIX, modificam-se os paradigmas relativos às condições de habitabilidade, que se desprendem das características naturais e passam a ser entendidos dentro de limites técnicos, econômicos e políticos (BEGUIN, 1991, p. 43).

A higiene, mote central que norteia os princípios de reorganização espacial, passa a ser uma preocupação pública de controle, vinculada especialmente a estruturas políticas normativas³² amplamente divulgadas para promover um espaço modernizado e burguês, pautando assim usos da cidade compatíveis com um ambiente urbano adequado ao capitalismo. A utilização do argumento técnico sanitário, muitas vezes vinculado à ideia de embelezamento, vai justificar grandes modificações urbanas que atuam sobretudo sobre as classes indesejadas, como pobres, operários e prostitutas³³.

Não se pode desconsiderar, portanto, a dimensão política na implantação dessa ‘maquinaria’ como condição necessária da reforma da economia doméstica pretendida pelos poderes

³² Como é o caso da polícia parisiense, encarregada da implementação da infraestrutura urbana antes mesmo das reformas promovidas por Haussmann (1853), ou antes dos “Códigos de Postura” (CALABI, 2012, p. 83).

³³ As conexões entre o sanitarismo e a moralidade na adequação socioespacial à vida burguesa em ascensão nesse momento da história europeia é algo recorrente. Não é à toa que o sanitarista francês Parent-DuChâtelet que, inicialmente tratou dos esgotos de Paris durante as reformas de Haussmann, mais tarde foi o mesmo designado a pensar a organização da prostituição na nascente cidade burguesa. Para ele, as casas de prostituição controladas e fechadas eram uma espécie de “esgoto seminal” e tinham a mesma utilidade que os encanamentos: separar, organizar e confinar as impurezas inerentes às grandes cidades (HELENE, 2015, p. 201).

públicos, atingindo os habitantes em domínios antes inacessíveis do espaço privado (*Ibidem*, p. 42).

Esse modelo de organização do espaço foi trazido às colônias como forma de dominação cultural. Tais estratégias de controle territorial dos hábitos populares foram ainda mais violentas no contexto desigual e ruralizado das cidades brasileiras. Segundo a arquiteta e urbanista brasileira Andrea Moassab (2016) foi a partir das cidades que o colonizador exercia o poder econômico e militar sobre o território.

No Brasil, há ainda outros fatores que colaboraram para a dominação e controle. Aqui se conjugaram a medicina higienista, a engenharia sanitária e o aparato policial para disciplinar e ordenar o espaço urbano (BRESCIANI, 2010; ROLNIK, 2007). No início do século XX, como exemplo, temos o “bota-abaixo” no Rio de Janeiro, conduzido pelo prefeito Pereira Passos e pelo médico higienista Oswaldo Cruz, utilizando-se amplamente de argumentos higienistas e de embelezamento para expulsar os/as indesejados/as do centro da cidade. Cerca de 1.600 prédios foram demolidos, tendo como foco as habitações e formas de ocupar o espaço público das classes populares. Dessa forma, revelou-se uma associação entre a ideia de contaminação e o controle social: “[...] os relatos dos sanitaristas expressam uma visão elitista, viciada pelas concepções higienistas e preconceituosas em relação aos trabalhadores” (BONDUKI, 2011, p. 21-22).

Ao mesmo tempo em que eram demolidos os cortiços, casas operárias, “cubículos” e casebres populares, fechavam-se estábulos, proibia-se ordenhar vacas e abater animais em locais públicos, ou ainda urinar fora de mijadouros e cuspir na rua. A proibição recaía ainda sobre as festas populares de matriz africana/indígena como batuques, congadas e o bumba-meu-boi (FARIAS et al., 2006). A arquiteta e urbanista brasileira Raquel Rolnik (2007) afirma que “o componente ideológico do movimento sanitário” por meio do disciplinamento socioespacial foi um método de indução de “novos hábitos” na população, ao mesmo tempo que as formas de habitar populares eram demonizadas

como imorais, promíscuas e não higiênicas. Proibir ou coibir o uso da mata e dos corpos d'água tanto para sobrevivência quanto para práticas rituais, perseguir mercados de rua, ambulantes, carroças, terreiros, “quitandas e cangalhas”, construções em taipa, quintais, pátios e moradias coletivas, desestruturou a ocupação e os circuitos da população pobre e não branca (sobretudo no caso das irmandades e dos/das praticantes de religiões de matriz africana), considerada inadequada à urbanização nascente no país (*Ibidem*, p. 42, 63, 77, 105 a 107).

Dessa forma, o historiador brasileiro Sidney Chalhoub (1996) relata como, no Brasil, sob o discurso de contenção de doenças que assolavam o país, relacionavam-se as intervenções urbanas, a higiene, o controle social e o racismo. A modernização do espaço urbano, por meio do saneamento e provimento de água encanada, também culminou com uma mudança drástica na vida cotidiana das mulheres. Com o tempo, a prática de lavar roupas nos rios, bicas e lagoas foi sendo proibida, as fontes públicas foram tiradas do espaço urbano, e substituídas por tanques dentro das áreas privadas das lavanderias coletivas ou das habitações populares. Tais substituições e adequações fizeram com que muitas mulheres perdessem seus lugares de encontro e socialização no espaço público (GRAHAM, 1992, p. 57). Vale ressaltar que o trabalho doméstico no Brasil era marcadamente negro, e estes pontos de lavagem e guarnecimento doméstico de água públicos “constituía[m] nódulos de um território feito de múltiplos pontos de conexão” de encontro da população racializada, que foram intencionalmente desestruturado pelo urbanismo sanitário (ROLNIK, 2007, p. 63).

Na Inglaterra, grandes pesquisas são realizadas entre os anos de 1840 e 1845 sobre a questão do habitat focadas nas “formas físicas através das quais os fluídos e práticas poderão ser canalizados e regulados” como iluminação, água e esgoto (BEGUIN, 1991, p. 31). Nesse contexto, o habitat se estabelece numa relação de subordinação ao todo urbano, como a ponta

do processo daquilo que Beguin denomina “maquinaria urbana”. Esse sistema é interdependente, no qual a casa se vincula ao sistema urbano pelo fornecimento em rede e passa a receber novos ambientes e novos usos inovadores, como, por exemplo, os banheiros na parte interna das residências. Assim, consolida-se o chamado “conforto civilizado”: o conforto do ambiente doméstico que favorece e reforça a vida em família, cis heteronormatizada, monogâmica e patriarcal; e a própria família associada à ideia de uma casa limpa e bem equipada, que possuindo “todos os confortos” como energia elétrica, água canalizada e esgotos, é por outro lado, regulada por um dispositivo de controle de comportamento no qual o indivíduo se torna seu principal vigilante (BEGUIN, 1991, p. 46-47).

Podemos dizer que, resumidamente, tal tecnologia foi capaz de agregar valores de civilidade e “desenvolvimento”, “bons costumes” e moral. Ainda, a redução da cidade do século XIX a dados técnicos e projetos de intervenção para a solução de seus “males” não privilegiou outras leituras sensíveis possíveis, como usos, espacialidades e camadas históricas, dispensando ainda menos atenção àqueles sujeitos invisibilizados. Além disso, está intrínseca a uma composição hierárquica na qual os/as usuários/as tornam-se ao mesmo tempo, dependentes e alienados/as do domínio deste meio. A transformação de um bem natural em mercadoria cria uma dependência do pagamento de seus serviços (como no caso da água, por litro utilizado) e funciona sob o fetiche e a alienação, fazendo a provisão de água sair das torneiras como algo mágico. Concluindo, promove um modo de vida individualista, centrado tanto no núcleo familiar burguês cis heterossexual monogâmico, regido pela divisão e especialização cis heterossexual, racial e colonial do trabalho, quanto na não necessidade de compartilhar ou ser solidário para sobreviver.

A CASA UNIFAMILIAR CIS HETEROSSEXUAL E MONOGÂMICA DA FAMÍLIA BURGUESA

Das cavernas da pré-história aos tipos-modelos de casas operárias, todos são convidados a seguir o pressuposto da vida privada como uma das conquistas da Humanidade. Progressivamente constrói-se a imagem da home como signo e condição indispensável da felicidade - uma lareira e um coração (PERROT, 1988, p. 124).

Vale destacar, nesse esforço de demonstrar a não neutralidade do ordenamento espacial e das redes de infraestrutura urbana, que, desde o início do século XIX, o controle ambiental e o disciplinamento dos corpos justificados pelo argumento técnico sanitário estiveram articulados ao desenvolvimento do capitalismo como modo de produção. A hegemonia desta nova forma demandou transformações profundas na organização social, de modo a substituir as relações solidárias, comunitárias, até então predominantes, por outras assentadas no ideal liberal de supremacia da propriedade e do indivíduo, utilizando-se para tanto de policiamento, violência física, perseguição moral, além de construções mais sutis, que consolidaram a hegemonia tanto do capitalismo como da família burguesa. As atividades reprodutivas foram tiradas da esfera comunitária/coletiva/política e relegadas à esfera privada - a casa unifamiliar cis heterossexual e monogâmica - enquanto a produção de bens aumentava e era transferida para as fábricas para uma produção em larga escala dentro do quadro do sistema de trabalho assalariado. As tarefas de reprodução da vida, antes realizadas coletivamente, passam a ser feitas de maneira solitária a partir da divisão cis heterossexual/racial do trabalho dentro da unidade habitacional. Para a militante e teórica feminista italiana Silvia Federici:

Essa ideologia que opõe a família (ou a comunidade) à fábrica, o pessoal ao social, o privado ao público, o trabalho produtivo ao improdutivo é funcional à nossa escravização na casa - que, na

ausência de um salário, sempre aparentou ser um ato de amor. Essa ideologia está profundamente arraigada na divisão capitalista do trabalho, que encontra uma de suas expressões mais nítidas na organização da família nuclear (FEDERICI, 2019, p. 77).

O filósofo francês Michel Foucault afirma que a partir de 1830 a organização da “família canônica” se tornou um “instrumento de controle e regulação econômica indispensável para sujeição do proletariado urbano” (FOUCAULT, 1988 [1976], p. 115). Nesse período, é forjada uma nova ideia de sexualidade, que estabeleceu a família uninuclear e o matrimônio como os espaços sagrados para reprodução e manutenção do capitalismo (FEDERICI, 2017, p. 332-333), por meio da proibição das formas não procriativas da sexualidade feminina, da homossexualidade, do sexo entre jovens e velhos, entre classes diferentes, o coito anal e/ou por trás, da nudez e das danças. Também foi extinta a “sexualidade pública e coletiva” que existia na Idade Média (*Ibidem*, 346, 350 e 351).

Durante as reformas urbanas burguesas de Haussmann em Paris ao longo do século XIX, é possível acompanhar o trabalho dos “Inspetores de costumes”, que agiam tanto na vigilância das vias públicas, como dentro das habitações e áreas privadas. Tal controle revela como foi se estruturando a defesa do casamento cis heterossexual monogâmico, por meio de prisões de pessoas flagradas em relações homossexuais (o “vício mais vergonhoso”), relações sexuais fora da estrutura do casamento ou simplesmente por terem sido encontradas na mesma cama duas mulheres e um homem (HELENE, 2015, p. 197).

O cientista social brasileiro Sérgio Lessa, corroborando o entendimento de Friedrich Engels sobre a origem da família burguesa, aponta como aspecto fundamental na sua constituição o rompimento das relações sociais comunitárias e a incorporação da concorrência, inerente à propriedade privada, como um valor, recaindo sobretudo sobre as possibilidades de interação social das mulheres:

As tarefas de cuidar das crianças, do preparo da alimentação, do local de moradia etc. são convertidas em atividades privadas, realizadas para cada proprietário. É a gênese da família monogâmica, patriarcal. À mulher, despossuída de propriedades, são impostas tarefas que não geram riqueza e, contudo, são imprescindíveis para a reprodução biológica. Seu horizonte deixa de ser a totalidade da vida social, como no passado, para se reduzir aos estreitos limites da “cama” e da “mesa” (LESSA, 2012, p. 43).

Reduzindo a escala da observação em relação à infraestrutura urbana, a casa pode ser tomada como dispositivo de disciplinamento do proletariado e ordenamento da vida urbana, por meio da família burguesa, unidade ideal de reunião dos indivíduos, despojados da vida comunitária. Ademais, segundo a arquiteta e urbanista argentina Zaida Muxí Martinez, tal tecnologia - a casa - é estruturada para marcar as espacialidades entre “fora” e “dentro” a partir das dicotomias entre o domínio público e privado, bem como entre as atividades produtivas e reprodutivas. A casa vai ser ainda tomada como secundária, subjetiva e irracional frente ao espaço público (lugar do homem) visto como de maior importância, calcado na objetividade e na racionalidade (MUXÍ MARTINEZ, 2018, p. 20, 52).

Espaço secundário, reprodutivo e feminino, a casa unifamiliar burguesa é incorporada às políticas de habitação do Estado/mercado modernizador, tanto na disseminação desse modelo construtivo quanto na perseguição de formas outras de produção da moradia. No Brasil, a ideia de que a casa própria - unifamiliar, monogâmica e cis heterossexual - deve ocupar lugar central entre as aspirações da classe trabalhadora é devedora do projeto do Estado Novo de modernização da sociedade para incorporação do capital industrial (BONDUKI, 2011; ROLNIK, 2007), que reflete a centralidade liberal da propriedade e individualidade. Segundo Rolnik, os “melhoramentos” destinados à habitação operária tinham um fim não só material, mas político e moral (Ibidem, p. 41) Segundo Federici, dentro da casa se conjugam “os pilares da

produção capitalista”: o trabalho doméstico e a família. Isso porque, garantem uma força de trabalho nas indústrias “estável e disciplinada”: “condição essencial da produção em cada um dos estágios do desenvolvimento capitalista” (FEDERICI, 2019, p. 69).

Nesse sentido, formas de morar comumente observadas entre as classes populares e não-brancas, de família estendida, como aquela em que convivem duas ou três gerações de uma família em unidades construídas em um mesmo terreno – a cessão da laje para construção de um apartamento, de parte do quintal para uma nova casa ou a subdivisão da casa principal –, embora possam ser bastante vantajosas, por exemplo, em relação ao compartilhamento dos cuidados e à economia doméstica, não gozam do mesmo prestígio social que a casa unifamiliar cis heteropatriarcal. A casa, nesse quadro, funciona como tecnologia por meio da qual se sobrepõe à lógica coletiva, comunitária, a lógica da individualidade, na qual cada família se responsabiliza por sua reprodução social, aprofundando ainda mais a sobrecarga feminina/racializada na reprodução da vida cotidiana³⁴.

Além das determinações sobre a classe trabalhadora, a lógica de produção espacial hegemônica, ao invisibilizar outras formas e relações de moradia, o faz especialmente em relação àquelas produzidas pelos grupos racializados. Nesse sentido, a concepção do “bem viver” (ACOSTA, 2016), que tem origem principalmente nas práticas e reflexões dos povos indígenas andinos, mas também pode abarcar concepções de outros tantos grupos tradicionais como os povos da floresta, ribeirinhos, quilombolas, entre outros, ressoa como uma referência potente também para um pensamento urbanístico contra-hegemônico. Embora a ideia do bem viver venha sendo apropriada sob diferentes miradas, “todas elas o fazem sob uma perspectiva de crise civilizatória, que somente pode ser solucionada encarando-

³⁴ A casa capitalista como “componente espacial da opressão das mulheres” (FEDERICI, 2019, p. 322) têm sido um importante campo de disputa das lutas feministas, que vêm desde o século XIX buscando elaborar experiências contra-hegemônicas como a criação de cozinhas comunitárias, comedores populares, domicílios cooperativos, etc.

se as diferentes dimensões da dominação que a teoria feminista identificou: classe, raça, gênero e a relação com a Natureza” (AGUINAGA et al, 2017, p.118).

A incorporação da relação com a natureza como dimensão de dominação e, portanto, campo de disputa pelos grupos subordinados, revela a distância entre a concepção hegemônica de produção espacial - disciplinadora de sociabilidades em prol do desenvolvimento capitalista - e as compreensões populares informadas por objetivos outros, não assentadas no culto liberal à propriedade e individualidade, mesmo que permeadas por ele.

HORIZONTES PARA OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Vale sublinhar que levamos em conta aqui que a forma de ocupação territorial chamada urbanização é base material de estruturação do capitalismo, do cis heteropatriarcado, da colonialidade e da branquitude. Nesse sentido, é preciso ressaltar que, para que as reivindicações do imediato organizadas nas margens da urbanidade tenham potência transformadora, deve-se partir de um pressuposto de superação desse sistema. Isto é, se o horizonte de transformação é o fim do capitalismo, isso nos leva a crer que também seria necessário o fim das cidades na forma como as conhecemos hoje.

Assim, destacamos a importância de ensaios de mundo realizados nas margens, que estruturam espaços pensados para potencializar o acontecimento de atividades coletivas/comunitárias, elaborados a partir de outras lógicas de organização, ao mesmo tempo em que congregam melhorias à vida daqueles/as oprimidos/as, possibilitando-lhes, assim, mais tempo para, no cotidiano, dedicarem-se à auto-organização popular e ao fortalecimento de sua autoconsciência.

Lavar a roupa em grupo poderia ser um momento propício para o encontro, o aprendizado mútuo e a possibilidade de

diálogo conjunto. Qual tecnologia precisamos criar para que tal atividade seja facilitada e fomentada, mas que ainda possa se constituir como um lugar coletivo, portanto público e político? Essa mesma atividade poderia ser realizada de outro modo, favorecida por meios técnicos, liberando o tempo das mulheres e pessoas racializadas de mais uma tarefa do trabalho reprodutivo? Seria possível privilegiar a lógica comunitária ao invés da individualizada?

A implantação das infraestruturas urbanas, proposta por técnicos/as, médicos/as, engenheiros/as e economistas foi suscitada por questões delimitadas por um recorte espacial e temporal bastante específico, um paradigma técnico-organizacional colonial amplamente reproduzido em diferentes localidades e até hoje pouco questionado. Assim, sublinhamos que, da mesma maneira que é necessária uma transformação radical na estrutura econômica e sua transição para outro sistema, nossa forma de ordenamento territorial também precisa ser radicalmente reestruturada a partir de outro modelo de relação entre ser humano, natureza e tecnologia.

Sessão 2

REFLEXÕES A PARTIR DO
CORPO E DO LUGAR SOCIAL
DAS MULHERES NAS CIDADES
CAPITALISTAS

ESPARRAMANDO O CORPO PELAS CIDADES

ROSSANA BRANDÃO TAVARES

* Este texto é uma versão da palestra realizada em formato remoto, em 2020, em plena pandemia de Covid19, para o evento “Seminario FI modalidad virtual Programa de Formación en Investigación”, promovido por UBA/ FADU e Secretaría de Investigaciones/Argentina, para aula: “Investigación en Diseño, Arquitectura y Urbanismo Feministas”, compartilhada com Laura Sarmiento CONICET/Argentina e María Novas TU Delf. O título original da apresentação - *Corpo-território e espaços generificados de resistência*.

Disponível em: <https://arquitecturasfeministas.home.blog/2020/08/29/investigacion-en-diseno-arquitectura-y-urbanismo-feministas-clase-4/>

Gostaria de começar a partir de uma pergunta norteadora: Por que considerar o corpo das mulheres como um instrumento teórico metodológico potente, sobretudo, a partir da sua experiência do cotidiano que resiste e sobrevive a lógica da ordem urbana?

Aqui estou me referindo não apenas a essa ideia tradicionalmente crítica de ordem urbana dentro do campo da arquitetura onde temos analisado, ao longo da história, como nossas cidades latino-americanas foram forjadas por uma lógica urbana higienista e eurocêntrica. Gostaria de ampliar essa perspectiva que perdura, não só apontando as contradições do espaço produzido como tal, mas como ela tem gerado consequências na forma como ainda analisamos a arquitetura e urbanismo. E para mim as teorias feministas são fundamentais para as nossas resistências epistêmicas na academia frente a uma racionalidade fechada, na qual não considera de fato

a complexidade, a incorporação da interdisciplinaridade e abordagens que não reproduzam violência epistêmica. Estou buscando com outras mulheres a construção de possibilidades quando percebemos que estamos não só na busca, mas agindo de forma diferente do ponto de vista epistemológico, e isso se faz percebido por quem participa dessa ação efetivamente transformadora.

Meus pressupostos para que consigamos realmente incorporar uma perspectiva feminista na arquitetura é que precisamos desconstruir algumas ditas verdades em nosso campo. Verdades que reverberam inclusive em nossas lutas feministas e pelo direito à cidade. Questionar o reducionismo tecnoburocrático que nos enquadra e empurra para subordinação e, conseqüentemente para degradação de nossas vidas, é irmos na raiz, sermos radicais, como nos incentiva Angela Davis. Contudo, também compreender que ser mulher nos impõe a uma exposição maior a precariedade urbana. E o primeiro ponto que gostaria de começar é com a categoria segregação.

O debate da segregação é bastante revelador de como ainda estamos presas às elaborações teóricas e a formulações metodológicas (que são indissociáveis) duais e binárias, aspecto significativo das críticas feministas. Se analisamos as experiências das mulheres de forma interseccional, não só aquelas que reivindicam na militância, mas todas nós, diferencialmente, abrimos brechas pelo direito ao espetáculo, segundo Ana Clara Ribeiro (2010), como uma dimensão fundamental do direito à cidade. Isso acontece no modo como nos deslocamos pela cidade e como deslocamos a cidade com nossos corpos nesse processo. Entretanto nossa experiência é paradoxal, tencionamos e disputamos a periferia do centro e o centro da periferia. Ao longo da história, as mulheres tiveram que ir ao “subterrâneo” para resistir e escapar do papel social destinado a elas. Num movimento articulado de desumanização de nossos corpos promovido especialmente pelo colonialismo. A interseccionalidade (COLLINS, 2021) nos ajuda a entender, inclusive, como o

processo de desumanização dos corpos feminizados é ainda mais profundo para as pessoas negras, indígenas, deficientes físicos. Diante disso, fazemos a seguinte pergunta: que possibilidade de espaço, historicamente, as mulheres buscaram?

Os processos de resistência e dominação do espaço não são apenas geográficos-territoriais, são corpos-territoriais porque nossos corpos se esparramam. Um conceito que desenvolvemos, Mariana Bonadio e eu, no artigo “Ao encontro do corpo”.

A compreensão da esparramação do corpo via uma orientação espacial queer estranha se fundamenta na concepção de níveis distintos de apropriação do espaço que podem ser desvelados no modo como esse mesmo corpo esparramado orienta ou desorienta as espacialidades urbanas. Consideramos esses níveis de apropriação como processos de resistência que ocorrem cotidianamente frente ao poder homogeneizador dos espaços orientados para enquadrar os corpos e absorver as diferenças. Ou seja, propomos a esparramação do corpo como uma ideia produtora de uma contrarresistência da indiferença. Tal concepção nos serve de base para os questionamentos teóricos delineados ao longo do texto, operando como um desdobramento de argumentos estratégicos e epistêmicos para a condução de abordagens diferenciais e críticas nos estudos urbanos.

Trata-se de uma aposta nas críticas, por um lado, ao espaço da economia política, à luz de incorporações³⁵ performativas generificadas, racializadas e sexualizadas, e, por outro, à dimensão da experiência do vivido, iluminada pelas geo-histórias político-econômicas (TAVARES, BONADIO, 2021, p.4).

A meu ver, esse conceito nos ajuda a desmistificar e desconstruir premissas analíticas nos estudos da arquitetura que o espaço urbano é apenas o público, desconsiderando o privado na urbanidade e as disputas territoriais que estabelecemos no

³⁵ “Dialogando com a fenomenologia queer de Ahmed (2006), podemos supor a *incorporação* do trabalho intelectual ao compreendermos a própria consciência como sendo incorporada. Nesse sentido, nossos corpos se orientam para alguns objetos enquanto outros são excluídos de nosso campo de percepção, postos em segundo plano: os objetos que percebemos depende de onde e como estamos situadas no mundo (espaço-temporalmente e nas relações de poder), mesmo que isso não envolva um ato voluntário de direcionamento”. (TAVARES, BONADIO, 2021, p.18).

cotidiano, reveladores do quão paradoxal é a segregação. E ao mesmo tempo, manter um olhar sobre as mulheres como se nossas práticas espaciais no geral fossem alienadas na sua relação com o corpo e espaço, nas suas práticas espaciais. Como afirmava Ana Clara Ribeiro (2010), em nossas interpretações falta considerar que talvez se esconda uma acomodação consciente, e apenas tática, a valores dominantes ou, ainda, estratégias de ajuste a situações consideradas insuperáveis num determinado tempo e espaço. Não dá mais para só olhar como premissa teórica e propositiva/projetual como dado, que o lugar da reprodução é realizado pela mulher dona de casa. Esse paradigma foi imposto, até porque o padrão heteronormativo, patriarcal e europeu nunca foi uma realidade para as mulheres pobres, já que essa realidade da acumulação do trabalho considerado produtivo e reprodutivo é característico do nosso modo de produção capitalista (GONZALEZ, 2020 [1979]), no modo como nossos corpos tem se esparramado ao longo da história da urbanização do país.

A nossa experiência de subordinação e silenciamento, assim como de invisibilidade de nossos corpos no espaço, nos desafia como mulheres feministas na academia a dar importância às amplas polissemias das vivências de mulheres latino-americanas. Acredito que a incorporação dessa abordagem não é mérito da minha formação acadêmica, apesar da sua importância, mas tem a ver com minhas experiências atravessadas e compartilhadas com outras mulheres. Recorro aqui às reflexões apresentadas na tese³⁶ de Gabriela Pereira (2019), professora arquiteta da Universidade Federal da Bahia, que a partir da obra literária “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” (1960), de Carolina Maria de Jesus, avalia que os processos de desfavelização, sejam através das remoções, seja através da urbanização de favelas, são

³⁶ Cf. PEREIRA, Gabriela Leandro. *Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus*. Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2015. Disponível em: https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/tese_gabriela_leandro_pereira_1.pdf

reveladores da perpetuação da condição marginal de ocupação do espaço e, ao mesmo tempo, para desumanização dos corpos das mulheres negras no espaço urbano.

O enquadramento técnico que justifica despejos forçados em conjuntos habitacionais e os projetos de urbanização de favelas no Rio de Janeiro, como venho acompanhando e vivenciando de várias formas nos últimos 20 anos, se revela na perpetuação de modelos que tem sido uma tática histórica de domínio de nossos corpos e da própria experiência espacial das mulheres, onde a perspectiva da segregação se torna o mote, mas ao mesmo tempo naturalizado, como se não desafiássemos esse processo.

Por que continuamos a sustentar a ideia de que existe cidade-dormitório? Na lógica do movimento pendular metropolitano é como se para o planejamento urbano, as cidades e suas casas se mantivessem vazias durante o dia e as pessoas só voltassem onde são “jogadas” para dormir, por um sistema de mobilidade caro e precário. Esquecendo nas periferias, há aquelas que permanecem, responsáveis pela reprodução social ou que entrelaçam o trabalho reprodutivo com o produtivo no espaço doméstico, nessas “cidades-dormitórios”. Ou que nunca dormem, porque aquelas que voltam depois de horas no transporte público, ainda precisam realizar o trabalho reprodutivo. Sem contar que toda a lógica da mobilidade se dá para servir esse movimento pendular centro-periferia, servindo às orientações do trabalho produtivo formal, tornando muito difícil os deslocamentos para atividades domésticas e assim com as produtivas.

Mariana Bonadio e eu refletimos sobre a contribuição das teorias da performatividade e queer para uma perspectiva histórica e dialética sobre o espaço urbano, abrindo brechas para defendermos a compreensão que os corpos não só moldam como também transformam o espaço. O modo como os corpos se orientam (ou desorientam), modificam a ordem das coisas (AHMED, 2006). Como intelectuais feministas, esse é um ponto chave.

Ser contra a anulação e conformação do nosso corpo pela arquitetura, é romper com o olhar sobre nossa existência apenas pelos papéis de gênero que deveríamos exercer e pelo lugar periférico que nossos corpos precários deveriam ocupar, como consequência material e urbana das desigualdades e conformar nosso cotidiano e experiências. Isso é um modo de nos anular; não reconhecer as aberturas que construímos para existir e resistir nesse processo de esparramação. Podemos refletir que as implicações das geometrias paradoxais e poder onde coexistem múltiplas lógicas socioespaciais (ROSE, 1993; TAVARES, 2015) são de nos forçar à indiferença, ao medo e a espetacularização de si pelo outro, alisando o próprio sentido da experiência espacial. Assim, a pretensão aqui é não estabelecer a indiferença analítica, ou mesmo uma fragmentação teórica, mas saltar para percepção da capacidade que temos de corporificar a desmaterialização de papéis repetitivos de modelos de cidade e urbanidade excludentes (RIBEIRO, 2010). Ana Clara Ribeiro em seu belo artigo “Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos”, coloca como central a compreensão do sujeito corporificado, sem atravessar por ele a ideia de alienação, como aquele capaz de desafiar a burocratização da existência a fim de atingir o direito ao espetáculo.

Frente à cidade capitalista atual, em que mega empreendimentos e festas grandiosas privatizam memórias e imaginários, como negar a relevância dos ensaios de espetáculo do sujeito corporificado? Insinuo, com essa pergunta, que o espetáculo precisa ser libertado da espetacularização, que o controla e domina. O espetáculo, que reúne espaço-tempo-ação, constitui-se numa expressão condensada de embates simbólicos que tocam dimensões subjetivas e cognitivas do poder. Neste sentido, a espetacularização pode ser refletida como impedimento do exercício do direito ao espetáculo. Um direito que, para o sujeito, corresponde ao direito de ser visto, lido e conhecido em seus próprios termos e, assim, com a máscara e o roteiro de sua escolha (RIBEIRO, 2010, p.32).

Como Judith Butler afirma, ainda que toda vida seja precária em sua constituição, nem todas estão suscetíveis à mesma precariedade. Quando assistimos a indiferença e relutância de considerar a importância da perspectiva de construção epistemológica de uma arquitetura feministas, é revelador também porque reforça a premissa que nossos corpos são tornados abjetos e descartáveis pelos regimes de regulação de inteligibilidade de existências, que diferenciam os corpos que serão considerados mais ou menos “humanos” (LUGÓNES, 2014). A exposição à precariedade habitacional e urbana, ao assédio, à violência e à morte, a desconsideração da nossa história no próprio campo da arquitetura, nos desqualifica ou nos silencia, como Ana Falu³⁷ lembrou na primeira aula.

Considerar nosso corpo-território de forma concreta e material no espaço, em suas permanências, deslocamentos, trajetórias e ritos é sim um desafio, porque estamos disputando o sentido material de que somos vidas feminizadas, vidas racializadas negras e indígenas, vidas não-heteronormativas, vidas queer etc., marcadas em sua exposição à precarização, consideradas menos humanas na balança de que corpos importam para a vida social.

Para mim, voltando ao debate da segregação como uma perspectiva da ordem urbana, o isolamento e enquadramento de classe, dos papéis burgueses de gênero, nos violentam alisando e invisibilizando o nosso corpo-território. Por isso, quero falar de uma experiência espacial generificada de segregação que se relaciona com o conceito proposto na minha tese de doutorado: *espaço generificado de resistência* (TAVARES, 2015)³⁸. Uma experiência da segregação vivenciada e performada na representação, onde nossa ausência é também performática nestes espaços, como nos espaços de representação, nos espaços de poder, em determinados espaços produtivos, em determinados espaços públicos, em determinados

³⁷ Informação oral dada no mesmo evento na Aula 1. A palestra realizada foi a última de uma série de outras realizadas em aulas remotas, transmitida pelo YouTube durante o evento “Seminário FI modalidad virtual Programa de Formación en Investigación”, organizado pela UBA/FADU

³⁸ Como já abordado na Sessão 1 no artigo “Gênero e estudos urbanos”.

períodos do dia, como o noturno. Ou até mesmo na restrição/ controle sobre o direito de ir e vir na cidade, de permanecer em casa, no bairro (através da vigilância e moralidade; dificuldade de acesso ao transporte público e andar a pé como “alternativa”); na construção de “puxadinhos” residenciais, nos improvisos, coabitação habitacional, que constituem laços fortes de vizinhança fundamentais. Uma experiência espacial performática tanto na acomodação, como na resistência e sobrevivência. Ele ganha textura, cor, temperatura, uma visibilidade radical que material, simbólica, social e politicamente, no tempo e no espaço reivindica o direito ao espetáculo, mas que está sujeita à espetacularização na acomodação. Um movimento dialético que reivindica através destes corpos-territórios feminizados, em aliança pactuada ou não, uma Arquitetura Feminista a seu tempo, inserida nas contradições e possibilidades. Esse é o movimento paradoxal do espaço generificado de resistência, contra a generificação, um espetáculo para vivermos com autonomia e em aliança. É um conceito que se pretende analítico para superá-lo.

Seria possível, assim como o feminismo³⁹, disputarmos um urbanismo para os 99%? Ou, a imaginação e invenção de algo transviado, extraordinário, para além do urbanismo, ou seja, superá-lo?

* As reflexões desta palestra foram produzidas juntamente com as análises apresentadas em dois artigos escritos em parceria:

TAVARES, Rossana. B; NOVAS, María.; SARMIENTO, Laura. Encarnando o vírus: intervenções epistêmicas e performativas à hegemonia disciplinar na arquitetura e urbanismo. *Cidades, Comunidades e Territórios*, Autumn Special Issue (Oct/2022), pp. 33 - 44;

TAVARES, Rossana B.; BONADIO, Mariana G. Ao encontro do corpo: teorias da performatividade para um debate diferencial sobre espaço urbano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S. l.], v. 23, 2021.

³⁹ Fazendo uma alusão a Greve das Mulheres pelos 99%, em 2019 (ARRUZA et al, 2019).

UMA MÃE URBANISTA: JANE JACOBS

DIANA HELENE RAMOS

* Esse texto foi originalmente publicado no blog Feminismsurbana, em 2018.

Disponível em: <https://feminismurbana.wordpress.com/2018/05/13/jane-jacobs-uma-mae-urbanista/>

Dentre seus diversos ativismos contra projetos de intervenção urbana modernistas que arrasavam comunidades e bairros inteiros, sua maior batalha foi uma luta contra o projeto Lower Manhattan Expressway, de Robert Moses que destruiria o entorno do seu bairro em Nova York, na década de 1960. Em uma das audiências sobre a realização da intervenção urbana de Moses, as argumentações contra o projeto feitas por Jane Jacobs (1916-2006) foram desqualificadas pelo urbanista modernista acusando-a de “MÃE”:

“Não há ninguém contra isso [o “Lower Manhattan Expressway”] – NINGUÉM, NINGUÉM, NINGUÉM, a não ser um monte de ... um monte de MÃES!” – Fala de Robert Moses, em uma audiência pública sobre seu projeto urbano.

O projeto consistia em uma rodovia elevada de 10 pistas conectando um túnel ao oeste às pontes de Williamsburg e Manhattan no leste. Exigia a demolição de 416 edifícios e teria destruído o que é hoje o Soho e a Little Italy (áreas vistas na época como espaços “degradados”), bem como vários outros bairros, deslocando cerca de 2200 famílias e cerca de 800 estabelecimentos comerciais com cerca de 10.000 trabalhadores.

A rodovia também teria destruído grande parte do espaço urbano circundante, como a famosa praça Washington Square, onde Jacobs levava seus filhos para brincar.

Jane Jacobs participava ativamente dos protestos contra o projeto e foi ganhando notoriedade. Seus filhos coletavam assinaturas de porta em porta contra a intervenção e a ajudavam a distribuir panfletos contra a via expressa. Criou uma intervenção urbana na qual as crianças amarraram uma fita no entorno da praça Washington Square, uma sátira à prática de “cortar a fita” em inaugurações de novas construções feitas por políticos e empreendedores. Seu protesto mais famoso foi uma outra audiência, em 1968. Jacobs mal chegou ao evento, sentou-se na primeira fila e reclamou em voz alta: *“Marcaram às nove da noite para que as mães não pudessem vir?”*. Pouco depois, um coro de manifestantes pediu *“Queremos Jane!”*, que pegou o microfone sem ser convidada e dirigiu-se ao público: *“Que tipo de administração pode considerar destruir as casas de duas mil famílias em um momento como este?”*, e *“Se o projeto da via expressa passar haverá anarquia!”*. Tentaram retirá-la do plenário e ela respondeu ao presidente da mesa: *“Não estou falando com o senhor, estamos falando para nós mesmos [moradores e manifestantes] a noite inteira”*. Em seguida incentivou alguns manifestantes a subir ao palco, que arrancaram as atas da audiência das mãos da relatora que registrava o processo e as picaram em milhares de pedacinhos. Ela continuou no microfone: *“Não houve audiência, não há provas, acabamos com esta farsa [...] Sem audiência pública, não há via expressa!”*. O chefe do departamento de transportes que presidia a sessão chamou a polícia e ordenou: *“Prendam essa mulher”*. Jane Jacobs foi presa acusada de *“incitar distúrbios”* e *“obstruir a administração pública”* e proibida de participar de futuras audiências. Ficou presa por menos de 24 horas. Durante horas, manifestantes ficaram de fora do recinto da polícia cantando: *“Queremos Jane!”*, período em que aproveitou para mandar uma carta à sua mãe: *“Estou presa de novo, mãe [meses antes, ela tinha sido presa por protestar contra o alistamento obrigatório para a Guerra do Vietnã]! Temo que você vá ter uma filha engaiola-*

da de novo por conduta desordeira. Desejo que você não pense mal de mim!“. Nessa época ela tinha 52 anos.

Após esse evento, que virou capa de quase todos os jornais da cidade, Jane Jacobs ficou famosa e o projeto de Moses foi cancelado. Uma mulher que não baixou a cabeça para as poderosas pranchetas dos planejadores urbanos da época, tornando-se uma das mais influentes urbanistas norte-americanas do século passado, mesmo sem ter diploma universitário na área. Uma mãe em um campo dominado por homens, que enfrentou diversas formas de depreciação e crítica. Acusada de “dona de casa” e de “louca”, suas ideias foram por muito tempo colocadas como “absurdas”.

Mãe de 3 filhos, Jane Jacobs vivia a cidade a partir da realização de certas atividades no seu dia-a-dia conectadas com as tarefas destinadas ao gênero feminino na reprodução da vida cotidiana (alimentação, limpeza, cuidado, etc). E pode trazer à tona uma crítica ao que se produzia pelo urbanismo até então, feito sobretudo por homens brancos de países do norte, que não estavam presentes nos espaços da reprodução cotidiana da vida na cidade, e sim em seus escritórios, vendo e desenhando a cidade “de cima”:

Planejadores e projetistas são, em sua maioria, homens. Estranhamente, eles criam projetos e planos que desconsideram os homens como integrantes da vida diária e normal de onde quer que haja moradias (JACOBS, 2000, p.91).

Durante a sua vida, ela não apenas defendeu um melhor planejamento urbano, mas também a equidade de salário para as mulheres e o seu direito à sindicalização. Ela recusou mais de trinta prêmios e honorários destinados a ela, sempre dando crédito às pessoas que trabalhavam nas linhas de protesto. Jane Jacobs criticava principalmente o caráter autoritário dos projetos urbanos.

Dez anos antes da batalha contra Robert Moses, em duas palestras nas universidades de Pensilvânia e Harvard, nas quais

ela era a única mulher a falar junto a grandes nomes como Louis Kahn, I. M. Pei e Lewis Mumford, já ficaria famosa por criticar a produção urbanística dos arquitetos do período. Pouco depois ganha uma bolsa da Fundação Rockefeller para escrever seu famoso livro “Morte e Vida nas grandes cidades” (“The Death and Life of Great American Cities”, 1961) que virou uma bibliografia básica para o urbanismo a partir de então, e se constitui como uma grande crítica às intervenções modernistas, consideradas como “verdades” intocáveis na época.

Realizava sua teoria na prática e escreveu que a melhor maneira de perceber o que uma cidade precisa é olhar para a forma como as pessoas a usam: *“Se você sair e caminhar, você vê todos os tipos de outras pistas”*. Sua contribuição principal foi a crítica aos espaços monofuncionais, a falta de diversidade e de gente nas ruas, e sua implicação para vitalidade, segurança e manutenção coletiva das crianças e outros habitantes “esquecidos” no planejamento oficial. Sua crítica ecoa com os debates feministas atuais em torno do planejamento urbano, que afirmam que o zoneamento funcionalista modernista separou e distanciou os locais de “trabalho” das zonas residenciais, acentuando o espelhamento da divisão sexual do trabalho no espaço urbano, isolando as mulheres nos espaços destinados à esfera doméstica e afastando ainda mais os homens das tarefas cotidianas de reprodução da vida.

Os locais de trabalho e o comércio devem mesclar-se às residências se se tiver a intenção de que os homens, como, por exemplo, os que trabalham na Rua Hudson ou próximo dela, estejam perto das crianças na vida diária – homens que participem da vida cotidiana normal [...] A oportunidade (que na vida moderna se tornou um privilégio) de brincar e crescer num mundo cotidiano composto tanto de homens como de mulheres é possível e comum para crianças que brincam em calçadas diversificadas cheias de vida [...] Os urbanistas parecem não perceber quão grande é a quantidade de adultos necessária para cuidar de crianças brincando. Parecem também não entender que espaço e equipamentos não cuidam de crianças. Estes podem ser complementos úteis, mas só pessoas

cuidam de crianças e as incorporam à sociedade civilizada.”
(*Ibidem, passim*)

Ela criticava também a “maldição das zonas de fronteira desertas”, realizada sobretudo pela falta de uso misto e da construção de grandes enclaves urbanos, como grandes conjuntos habitacionais. Um problema com uma implicação específica para circulação urbana de mulheres, relacionada ao perigo da violência sexual. Tanto para esse quanto para outros problemas de segurança Jacobs defendia os famosos “olhos da rua”:

Manter a segurança urbana é uma função fundamental das ruas das cidades e suas calçadas [...] a primeira coisa que deve ficar clara é que a ordem pública – a paz nas calçadas e nas ruas – não é mantida basicamente pela polícia, sem com isso negar sua necessidade. É mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados [...] Devem existir olhos para a rua, [...] os edifícios [...] devem estar voltados para a rua. Eles não podem estar com os fundos ou um lado morto para a rua e deixá-la cega. [...] A calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente, tanto para aumentar na rua o número de olhos atentos quanto para induzir um número suficiente de pessoas de dentro dos edifícios da rua a observar as calçadas (Ibidem, p. 30 – 36).

Outro importante tema de seu livro, defendido sobretudo no “Capítulo 4 – Os usos das calçadas: integrando as crianças”, trata da importância das crianças participarem da vida pública urbana. Em vez de ficarem isoladas em espaços “específicos” como o espaço privado da casa ou parquinhos/escola/creche, é no dia a dia na cidade que a criança aprende sobre a vida pública, sobre a coletividade e a democracia:

Na prática, é só com os adultos das calçadas que as crianças aprendem – se é que chegam a aprender – o princípio fundamental de uma vida urbana próspera: as pessoas devem assumir um pouquinho de responsabilidade pública pelas outras, mesmo que não tenham relações com elas. Trata-se de uma lição que ninguém

aprende por lhe ensinarem. Aprende-se a partir da experiência de outras pessoas sem laços de parentesco ou de amizade íntima ou responsabilidade formal para com você, que assumem um pouquinho da responsabilidade pública por você. [...] Trata-se de uma lição de urbanidade que as pessoas contratadas para cuidar de crianças não têm condições de ensinar, porque a essência dessa responsabilidade é que ela seja exercida sem a necessidade de um contrato. Trata-se de um ensinamento que os pais, por si sós, são incapazes de dar. Se os pais assumem uma pequena responsabilidade por estranhos ou vizinhos numa sociedade em que ninguém a assume, isso vem a significar que esses pais são embaraçosamente diferentes e intrometidos, e não que essa seja a conduta correta. Tal ensinamento deve emanar da própria sociedade, e nas cidades, quando isso ocorre, é quase sempre no período em que as crianças estão brincando espontaneamente nas calçadas (Ibidem, p. 65).

A propósito: a construção do Minhocão de São Paulo (Elevado Presidente João Goulart), de proporções semelhantes ao projeto de Robert Moses, foi aprovada meses depois de Jacobs ser presa nos EUA. Uma pena não termos tido algo parecido para impedir a construção dessa estrutura que causou enorme impacto na paisagem urbana da região central da cidade paulistana.

AS ÁREAS EXCLUSIVAS PARA MULHERES NO TRANSPORTE PÚBLICO, O QUE FAZER?

DIANA HELENE RAMOS
ROSSANA BRANDÃO TAVARES

* Esse texto foi originalmente publicado no blog Feminismurbana, em 2014.

Disponível em: <https://feminismurbana.wordpress.com/2014/02/25/as-areas-exclusivas-para-mulheres-no-transporte-publico-o-que-fazer/>

Uma polêmica povoa o debate feminista no que cerne a relação direta da mulher com a cidade: a criação de áreas exclusivas para mulheres no transporte público. Com a recente aprovação da lei de vagões exclusivos para as mulheres em Brasília (2013), a controvérsia é aberta novamente. Mesmo sendo uma medida que visa proteger as mulheres de possíveis assédios, não há consenso de que seja uma boa iniciativa, inclusive entre as feministas. Para auxiliar no debate lançamos uma enquete sobre o tema, em novembro do ano passado, frente a uma nova polêmica em perfis e blogs feministas por conta da aprovação da lei em Brasília. Após ficar disponível por 4 meses (nov/2013 a fev/2014), fechamos a votação com pouco mais de 300 votos.

Seguem os resultados:

Em nossa enquete, o resultado é interessante e demonstra claramente a divisão de opiniões entre as mulheres: 42% disseram ser a favor, mas como uma medida paliativa, sendo necessário outras

medidas para mudar a cultura de abuso nos transportes; e 40% foram contra uma vez que acreditam não ser educativo, havendo a necessidade de outras medidas para mudar a estrutura e a cultura do abuso. Ou seja, fica claro que não existe consenso sobre o tema. Dessas, 46% afirmam que nunca utilizaram os vagões seletivos (ou seja, nunca experimentaram o uso dos vagões), sendo que 65% têm o transporte público como única opção de deslocamento. Podemos tirar duas conclusões: as que discordam da medida, não utilizam os vagões, ou as que só tem o transporte público como opção de mobilidade, enxergam a medida como necessária. De qualquer maneira, mesmo com o resultado dividido, os dois grupos contra e a favor dos espaços separados apontam a necessidade urgente de outras medidas para acabar com os assédios nos vagões. Todas concordam que deveriam haver ações educativas, campanhas para um processo de conscientização dos homens com relação ao corpo das mulheres nos espaços públicos.

O que a experiência aponta nas cidades onde foram implantadas as divisões, é que não aconteceu até momento nenhum tipo de medida de modo a mudar a questão dos abusos de maneira mais estrutural, apenas foi criado o espaço exclusivo e ponto final. Esse fato demonstra os problemas de uma solução emergencial que acaba virando solução definitiva.

O Rio de Janeiro foi a primeira cidade a adotar o sistema de vagões exclusivos ao público feminino no Brasil, um projeto de lei votado no dia 8 de março de 2006, no Dia Internacional das Mulheres, que na época foi considerado uma vitória para o público feminino. Mesmo assim, quando a iniciativa começou, houve muita resistência tanto de homens quanto de mulheres. Nos primeiros meses de sua implementação, a concessionária do metrô carioca precisou colocar seguranças para que os “vagões das mulheres” funcionassem, já que muitos homens insistiam em entrar, além de registros de confusão e violência por conta da separação. Atualmente, não acontece quase nenhum estranhamento no dia-a-dia daquelas/es que frequentam o transporte público, o vagão exclusivo foi assimilado como parte da dinâmica de funcionamento do metrô.

Em São Paulo, no final de 2013, movimentos de mulheres de diversas organizações conseguiram a retirada do Projeto de Lei (PL) 138/2011, conhecido como “ônibus rosa”, que previa ônibus e vagões nos trens e metrô específicos para o público feminino nos horários de pico. As manifestantes acusavam a medida de “segregação feminina” e de não resolver o cerne do problema. Ao contrário, de o “naturalizar”. Além de defender medidas educativas e políticas mais efetivas contra os abusos. Uma das grandes questões que surgiram foi o debate acerca da discriminação e do caráter punitivo às mulheres em razão dos assédios. Estas feministas são totalmente contra a separação e defendem que a luta deve ser diária, construída pelas mulheres no dia-a-dia dentro do transporte coletivo, conquistando assim paulatinamente seu espaço:

“Não para uma mulher. Um dia no trabalho comum na vida de qualquer pessoa que precisa usar o metrô para se deslocar em uma grande cidade. Mas não para uma mulher. Para deixar o vagão, instantes antes da porta se abrir, eu me levantei e segui a moça que estava ao meu lado. Ela passou na frente de um rapaz. Eu fui passar e ele me prensou no ferro que fica ao lado do banco. Eu pedi licença e, distraída, não entendi o que acontecia. Ele riu. Eu forcei um pouco o corpo para sair e ele novamente me apertou, só que eu escapei e meu pé ficou preso entre a lateral do banco e a perna dele. Dei um empurrão com um jogo de corpo e ele novamente fez menção de me empurrar, só que eu dei um leve empurrão com minha mão no ombro dele e neste instante fiquei de costas, pois na pressa de sair e no empurra-empurra de metrô lotado às 18h, não parecia haver nada de importante. Não era. Não para uma mulher. Ele me chutou na altura dos rins e eu fui projetada para fora do vagão. As pessoas fizeram uma menção de reclamar, eu o xinguei. As portas se fecharam e a vida seguiu. Ele riu e me deu o dedo do meio: um gesto que impõe a força, não de uma mulher. Que projeta o poder e a sujeição: contra uma mulher. Demorei mais de uma hora para entender que ele não estava me prensando contra a barra de ferro por conta do vagão lotado. Ele estava me encoxando. Ele me assediou no espaço público. Ele pensa que tem direito sobre um corpo que não é o dele. Ele acha que pode dispor de uma mulher e que, caso seja rejeitado, ele pode agredi-la. Ele me agrediu. Estou com o calcanhar roxo e com as costas doloridas. Estou ferida por não ter tido ajuda, solidariedade e apoio. Amanhã farei um B.O.

e uma reclamação no metrô. Estou imaginando o desgaste. Estou pensando que muita gente vai me dizer que o vagão separado seria a solução. Eu não acho. Eu estou no espaço público, eu vivo em sociedade e não quero ser segregada. Eu exijo ser respeitada. Eu exijo não ser agredida. Eu sou uma mulher". Relato de Lígia Luchesi, 2013, em sua página pessoal do Facebook.

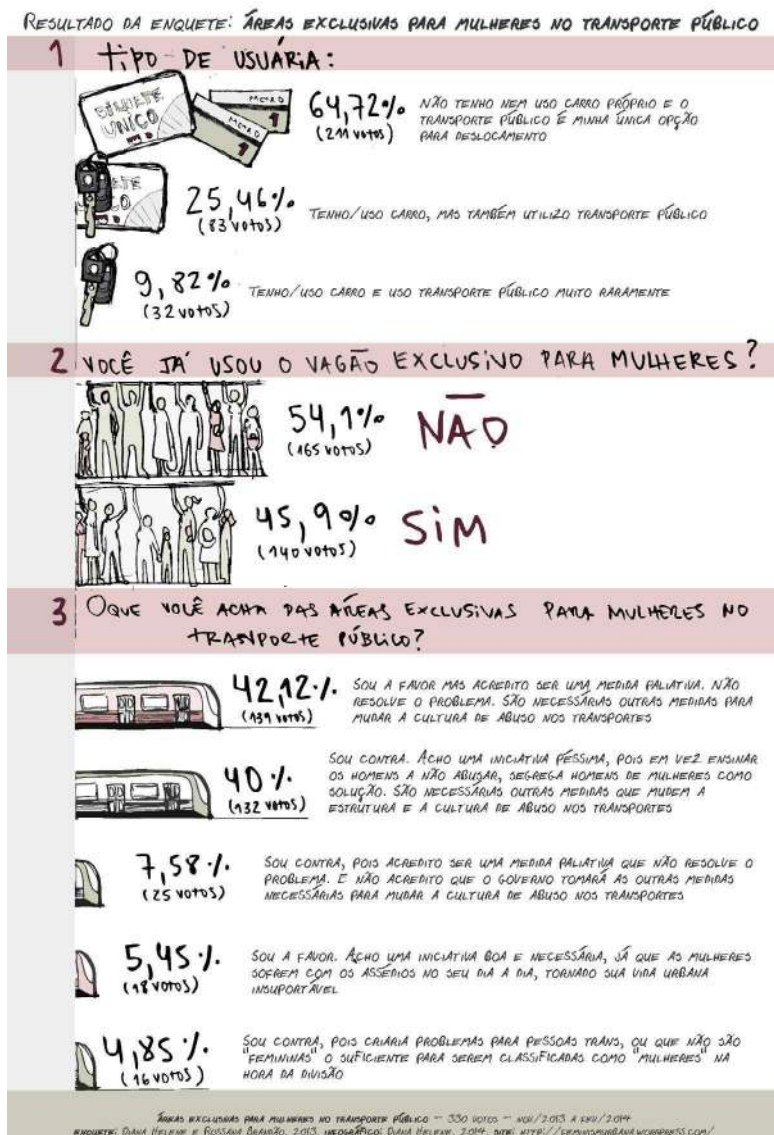


Imagem ilustrativa do resultado da enquete publicado no blog Feminismurbana em 2014.

Vale lembrar que, para quem tem o transporte público como única opção de deslocamento, “mora longe”, enfrenta longas distâncias e/ou os horários de maior movimento, os vagões separados são um grande alívio na luta cotidiana. Estas mesmas mulheres que enfrentam um maior nível de dificuldade (e necessidade) do transporte público são, em geral, as mais desprivilegiadas na nossa sociedade. Nesse sentido, as feministas a favor das áreas exclusivas defendem a medida como uma maneira emergencial e urgente para proteger e ajudar as mulheres, principalmente as mais vulneráveis. Sem dúvida, como vimos no resultado da enquete, é preciso lutar para mudar estruturalmente a cultura de violência com as mulheres no transporte público, mas estas feministas defendem que isso deve estar situado em outras esferas, de forma que as mulheres ficassem protegidas no seu cotidiano dos absurdos que acontecem no transporte coletivo:

“Nem todo mundo tem vocação pra Joana D’Arc”. A briga pelo vagão não é (só) para mim, para vocês, mulheres, vadias, organizadas, em processo de empoderamento que se conscientizaram que não precisam sofrer assédio e tiram seu tempo para ir falar com a segurança do Metrô, fazer BO, etc. A briga é para que mulheres, mães, trabalhadoras (e não só) não tenham que brigar todos os dias e todos os momentos das suas vidas por algo que inevitavelmente vamos brigar em quase todos os dias e momentos das nossas vidas. Acreditar, e mais que isso, impor que o que eu acredito como luta deve ser feito por todas, o tempo todo, pra mim é agressão também. Nós mulheres escolhemos, diariamente, cotidianamente que batalhas vamos travar. Não existe a fuga da batalha. Ela está aí, todos os dias para nós. A ida e a volta do trabalho pode, e deve, ser um momento de descanso (não bastasse o caos desse sistema de transporte que obriga milhares de trabalhadoras a ficar 3 horas por dia no ônibus...). Se você quer brigar pelo seu direito, fique a vontade para ir num vagão misto e bancar essa briga (eu mesma faço isso sempre). Mas aí, querer obrigar que todas as mulheres o tempo todo, tenham que em mais um espaço se impor, brigar, acho autoritário. E além disso, o óbvio: não acho que a inclusão do vagão cesse a briga por uma mudança de comportamento. Acho inclusive, que escancara o conflito existente”. Ana Maria Raietparvar, 2013, em um debate sobre o tema na Coletiva das Vadias de Campinas.

Há ainda, opiniões que os assédios não se restringem somente às mulheres, e que a iniciativa torna-se seletiva por excluir outras identidades de gênero. A separação por gênero “feminino” ou “masculino”, gera mais um problema, pois cria mais um espaço de constrangimento para aquelas que não se enquadram no que é considerado pelo senso comum como “feminino”, ou “mulher”. Militantes transfeministas alertam para o fato que a separação por gênero geraria mais espaços de humilhação para pessoas trans e/ou de gênero não definido pelos padrões hegemônicos. Tentamos inserir essa problemática na nossa enquête, e apenas 16 pessoas (cerca de 5%) responderam que são contra os vagões por esse motivo. Em Brasília, logo após a implementação dos vagões separados no metrô, houve o relato de uma mulher que foi expulsa do vagão por não parecer com o que se entende como mulher:

“Eu queria desabafar com vocês hoje. Há alguns meses foi implantado o “Vagão da Mulher” no metrô DF [Brasília]. Em horários de pico, o primeiro vagão tem acesso exclusivo para mulheres e pessoas portadoras de necessidades especiais. Todo mundo achando lindo esse apartheid escroto em que se separa as “fêmeas dos machos” pra evitar o assédio sexual entre outras coisas. É bem mais fácil separá-los ao educar e conscientizar uma população sobre os traumas que o machismo causam todos os dias, ENFIM... Não sou a favor do vagão exclusivo nem o utilizo, mas hoje por motivos cotidianos me atrasei e a porta que fica mais próxima da escada é justo a do vagão. Entrei e me sentei como qualquer outra pessoa ali. Eu, lésbica assumida, cabelos curtos, moletom, alargadores e de mochila. Não me encaixo no padrão mais feminino do mundo, mas não deixo de ter traços e vestíais femininas (percebe-se até por minhas fotos no facebook). Não sou uma Teresa, muito menos uma Thammy Gretchen da vida, nem as uso como “modelo”. Na estação seguinte, entraram dois seguranças homens no metrô, um deles olhou pra mim, se aproximou, parou na minha frente e começou a falar num tom alto no meio do vagão: – De acordo com as novas normas do Metrô DF, nesse horário o primeiro vagão é destinado à mulheres e pessoas portadoras de necessidades especiais. O SENHOR é portador de alguma necessidade especial? Automaticamente, todas as mulheres

dali começaram a me encarar. Algumas com olhares de dó, outras de deboche, algumas com asco, outras sorriam como se estivessem satisfeitas. Eu, sem reação, olhei pro rapaz e disse: -Oi? Ele pegou no meu braço me tirando do vagão: -O senhor pode se retirar. Eu fiquei tão sem reação, me senti tão humilhada, tão injustiçada e escoraçada que não consegui olhar pra outro lugar a não ser pros olhos do rapaz. A sensação de ser retirada daquele ambiente e a forma como todas as pessoas me olhavam me fizeram sentir um lixo humano, uma ‘coisa’ que não se enquadrava em lugar algum. Não consegui gritar, rebater, nem falar nada pro rapaz enquanto ele me tirava dali com a mão no meu braço. O metrô fechou as portas e eu na plataforma da estação falei: – Eu sou mulher. Ele sorriu junto do outro segurança e num tom de deboche retrucou: – Ah é, desculpa. Se virou e continuou caminhando na plataforma. Não consegui fazer nada além de sentar e chorar depois daquela humilhação toda. Nunca fui vítima de preconceito dessa maneira. Não, eu não estava travestida de homem, tão pouco tenho traços de tal. Tenho seios e não os escondo nem me envergonho do meu corpo. Não tive a agilidade de me apegar ao nome do rapaz e mesmo que eu soubesse, quem ali iria testemunhar o que eu tinha acabado de sofrer? E se testemunhasse, o que eu poderia fazer pra alegar o preconceito e a humilhação que eu passei naqueles minutos? Que retorno eu teria levando em consideração a justiça lenta, sociedade homofóbica e machista que o Brasil tem? Enfim, não sei ao certo o que pensar sobre nem o que fazer com o sentimento de indignação que estou sentindo. Só queria desabafar mesmo”. Relato de D. na página “Feminismo sem Demagogia”, 2013, no Facebook.

Apesar das ideias divergentes neste debate, não podemos ignorar que o problema existe e é muito grave, e muitas de nós não têm meios para se proteger ou evitar o transporte público para se deslocar pela cidade. Também, não é raro ouvir relatos de mulheres sobre suas estratégias de proteção, com o uso de agulhas na cintura, ou mesmo pagando mais caro com uso de carros particulares, táxi, ou ainda se arriscando em transportes clandestinos ou “alternativos”. É preciso pensar: mas o que podemos fazer?

Acreditamos que manter acesa a chama desse debate já é por si só uma maneira de pautar o problema na sociedade. Além disso,

entre nós é preciso alimentarmos a troca de informações sobre táticas e modos de sobrevivência no uso do transporte, passando aprendizados para as meninas mais jovens, que estão começando a andar sozinhas na cidade e enfrentam assédio significativo dos abusadores. A produção de material informativo também é uma ótima forma (vale conhecer o zine “Mulheres em Movimento – mulheres e transporte”, uma publicação independente da FRENTE DE LUTA FEMINISTA DE CAMPINAS, por exemplo). Nunca fique calada ao ver algum abuso no transporte, se observar algo estranho, fale, grite, se aproxime da vítima e ajude. Vocês sabem, mexeu com uma, mexeu com todas.

"AS PRIMEIRAS A SEREM EXPULSAS SÃO AS PROSTITUTAS": SEGREGAÇÃO GENERIFICADA E "ESTIGMA DE PUTA"

DIANA HELENE RAMOS

* Este texto faz parte da tese de doutorado, defendida em 2015 no IPPUR/UFRJ: "Preta, pobre e puta: a segregação urbana da prostituição em Campinas", vencedora do Prêmio Capes de Tese 2016 na área de PUR/Demografia. Também é uma versão de um texto originalmente publicado no blog Feminisurbana, em 2017, e na apresentação "Segregação Generificada e "Estigma De Puta": o[s] espaço[s] da prostituição nas cidades" da Sessão Livre "Os gêneros e as sexualidades dissidentes na cidade" no XIX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (XIX ENANPUR), Blumenau SC, 2022

Disponível em: <https://feminismurbana.wordpress.com/2017/12/02/as-primeiras-a-serem-expulsas-sao-as-prostitutas/>.

Este capítulo analisa como a prostituição se organiza no espaço urbano - desde a invisibilização e do confinamento, à organização do movimento social de prostitutas - para pensar relações entre segregação e gênero. A partir da categoria "estigma de puta" (PHETERSON, 1986), problematizaremos como se estruturam nas cidades uma escala de mulheres valoráveis, quanto mais distantes estiverem da imagem da "puta".

“Eu apanho da polícia desde os catorze anos de idade [pausa, com longo silêncio na sala]. Eu apanho! Eu não podia ir assim, na rua. Meu divertimento era parque, era circo, eu não podia assim, ir na rua [...] Me chamavam de... Eu virei mais puta foi por causa da polícia! Porque eles falavam “Ah, essa puta aí”... E eu não era, eu não era puta! Eu era virgem ainda, viu? “Ah, essa puta!”, né? Me prendia na rua, “Ah, essa puta!” A gente se cansa! E eu não era puta, e estava ouvindo aquilo ali, não é?”

NÃO PODIA IR NO PARQUE, NÃO PODIA IR NO CIRCO, “AH, ESSA PUTA!”

Sandra, debate do filme “Mulheres Guerreiras: Desbravando estradas da vida”, [MIS-Campinas] 2014)

“Sou tratada igual puta bem antes de me assumir puta, quase uma TATUAGEM NA TESTA: bastou me verem travesti e já começou o assédio, assédio de que nunca tive notícia enquanto eu posava como homem” - AMARA MOIRA, 2018.

Mas o que é ser puta? E porque o parque e o circo não são lugares permitidos para circulação de uma puta? Porque mesmo antes de trabalhar como “profissional do sexo” elas eram classificadas como putas? Seria em função dos seus traços mestiços? De suas roupas? De seu comportamento? Qual a relação desses relatos – e da classificação de puta – com a restrição da circulação das mulheres no espaço urbano?

O chamado “estigma de puta”, categoria analítica introduzida por Gail Pheterson, escritora e militante do movimento social das prostitutas (PHETERSON, 1986), é uma marcação de “desvalor” que pode ser aplicada tanto para as “trabalhadoras do sexo” como para outras mulheres: “the adjective ‘whore’ is specifically a FEMALE GENDER STIGMA (...) a mark of shame or disease on an unchaste women”. Se baseia na ideia abstrata de que a prostituição sinaliza uma categoria de “não mulher”, constituída a partir de uma clivagem entre, de um lado, a puta, e do outro, um tipo ideal de mulher construído ao longo do desenvolvimento do capitalismo, do cisheteropatriarcado, da supremacia branca e da colonização europeia. Um ideal de feminilidade representado pela mulher – passiva, de poucas

palavras, ocupada em suas tarefas domésticas, seres inferiores, assexuados e obedientes (FEDERICI, 2017, p. 334). A “mulher honesta”. A esposa do casamento monogâmico e heterossexual. A “mãe”. A “filha para casar”. Um ideal constituído por uma mulher não racializada, representado por uma mulher de pele branca e fenótipo europeu.

É especialmente significativa a relação que a caça às bruxas estabeleceu entre a prostituta e a bruxa, refletindo o processo de desvalorização sofrido pela prostituição durante a reorganização capitalista do trabalho sexual. Como diz o ditado, *“prostituta quando jovem, bruxa quando velha”* (...). Além do mais, tanto a (velha) bruxa quanto a prostituta eram símbolos da esterilidade e a personificação da sexualidade não procriativa (...) A prostituta morreu como sujeito legal somente depois de ter morrido mil vezes na fogueira como bruxa (FEDERICI, 2017, p. 355).

Margareth Rago confirma a tese de que a categoria “prostituta” teria sido construída no século XVIII a partir de uma referência médico policial característica de uma sociedade em que “todo um sistema de codificações morais, que valorizam a união sexual monogâmica, a família nuclear, a virgindade, a fidelidade feminina, destina um lugar específico às sexualidades insubmissas”. As prostitutas passam a ser estigmatizadas como “ameaça de desintegração da ordem familiar e de contaminação do corpo social” (RAGO, 1991, p. 23 e 98). Ou seja, a separação e isolamento daquela classificada então como “prostituta”, posiciona aquela outsider, violadora de regras, “delinquente” social e, portanto, portadora do estigma de “desviante” (2011 [1963]), o que nos auxilia a compreender como é estruturado o famoso “estigma de puta” (PHETERSON, 1986).

Em uma entrevista, Margot Saint James, prostituta e militante estadunidense criadora da primeira associação de prostitutas do mundo (COYOTE, criada em 1973), explica de que forma essa marcação recai sobre todas as mulheres, tendo condições específicas para as mulheres prostitutas:

[...] The word “whore” is still used to keep other women in line, all women, but the punishment of a prostitute is the example, set by the system that: if you dont – you know – act right, bow down to man (I suppose), that at... you give what coming to you. And... a lot of hookers are murdered in this country [...] the prostitute became a legitimate victim for rape, murder, robbery, and any kind of abuse, verbal abuse and physical abuse...¹ (transcrição de entrevista feita à Margot St. James, “The World Whores’ Summit”, em San Francisco, 1989⁴⁰).

Segundo Paola Tabet, que estudou como a categoria “puta” é utilizada em diferentes grupos sociais, a regra para o uso dessa marcação depreciativa é a saída/desvio do circuito de reciprocidade entre os homens definida pela relação dessa categoria e as regras de propriedade sobre as mulheres nas diferentes sociedades, e mais precisamente a ruptura/transgressão dessas regras. Ou seja, a unidade que ela encontrou é que as palavras “puta”, “vadia” ou “prostituta” são discursos sobre formas de propriedade sobre as mulheres, e que as diferentes definições sobre a prostituição formam um discurso sobre o uso legítimo e ilegítimo que se entende poder fazer do corpo feminino (TABET, 2004, p. 32 e 33).

O ESTIGMA DE PUTA: CLASSIFICANDO AS MULHERES “VALORÁVEIS” E AS “SEM VALOR”

O estigma da puta torna-se então um mecanismo geral de controle social relacionado ao gênero feminino, que serve como instrumento, ao alcance de qualquer um, para realizar um ataque contra mulheres. Sobretudo mulheres trans e travestis, que carregam o estigma de puta de maneira ainda mais

⁴⁰ “A palavra “puta” ainda é usada para manter as outras mulheres na linha, todas as mulheres, mas a punição de uma prostituta é o exemplo, definido pelo sistema que: se você não - você sabe - agir direito, curvar-se aos homens (eu suponho), você terá o que merece, e ... um monte de prostitutas são assassinadas neste país [...] a prostituta se torna uma vítima legítima para o estupro, o assassinato, o roubo, e qualquer tipo de abuso, abuso verbal e abuso físico ...” (tradução livre). Disponível em: <<http://youtu.be/PIXV370ipEI>>. Acesso em: fev, 2015.

"corporificada", devido a forma como a constituição da ideia do "feminino" é associada aos corpos fora da cis heteronormatividade. É um estigma com uma função normativa (TABET, 2004, p. 33 e 38) que controla a todas as mulheres (CABIRIA, 2004, p. 108). A construção da imagem depreciativa da puta tem o objetivo de servir como um exemplo de punição: é a bruxa da fogueira moderna. Toda mulher está sujeita a esta classificação dependendo da forma como age, como se veste, quais lugares frequentar, sua etnia, cor de pele, origem e/ou classe social. Por essa razão, a luta de uma mulher para ser valorizada, ou mesmo por sua sobrevivência e dignidade perante a sociedade, requer constantemente que ela acione mecanismos para aproximar o máximo possível da imagem da "mulher ideal" e se afastar do estigma de puta.

No caso das prostitutas, além de marcadas, elas corporificam o próprio estigma (PHETERSON, 1986, p. 44-45). Ademais, em função dessa dicotomia, é gerada uma separação radical entre as suas vidas pessoais e profissionais. Um bom exemplo é a escolha de um outro nome - o "nome de guerra" - para trabalhar. Assim, o mundo das prostitutas é repartido em dois, onde a constituição de cada mundo se relaciona intrinsecamente com cada identidade adotada.

As cidades, nesse sentido, vão refletir a separação de valores e imagens dessa divisão simbólica entre dois mundos. A mulher ideal, deve permanecer confinada às funções familiares de cuidado e manutenção do espaço doméstico da casa burguesa, branca e heterossexual. Espaço no qual, se ela não seguir as regras (obediência, servidão e fidelidade) pode ser tachada de puta e apanhar - às vezes até a morte - do marido/pai ou outro chefe masculino do núcleo familiar. Ao sair de casa, precisam organizar cuidadosamente seus corpos por meio de roupas, posturas e movimentos - e circular em horários e espaços restritos - de modo a afastar a possibilidade de serem marcadas como puta, que daria a premissa para qualquer um que se achar no direito de estigmatizá-la e/ou violentá-la.

No caso das prostitutas, elas também devem ficar restritas às funções e aos espaços destinados a prática da prostituição, não podendo, atuar ou se assumir como prostituta fora dessas áreas, sob a pena de sofrerem as consequências do estigma. Assim, em geral, se produzem territórios específicos para a prática da prostituição, que escondem e invisibilizam essa atividade e que acabam por estabelecer, um tipo estruturado de segregação espacial, conhecidos no Brasil como as “Zonas”. Desse modo, se estabelece uma relação entre a repressão da prostituição e a higienização da cidade, a partir da discriminação da prostituta em relação aos espaços frequentados pelas supostas “mulheres honestas/mães/esposas”.

EXPULSAR AS PUTAS E ABRIR CAMINHOS PARA REVALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA

De forma recorrente, prostitutas são alvo de processos de remoção e “limpeza”. Gabriela Leite, prostituta, escritora e fundadora do movimento social de defesa dos direitos das trabalhadoras do sexo no Brasil, afirma, em uma entrevista de 2006 na revista Caros Amigos, que as primeiras pessoas a serem expulsas por processos de intervenções/renovações urbanas são as prostitutas (LEITE, 2006). A eliminação da prostituição abre caminho para um processo de expulsão daqueles que planejadores e urbanistas costumam chamar de “mazelas urbanas” (moradores sem-teto, camelôs, catadores de lixo, prostitutas, entre outros), classificados como entraves, obstáculos, dificultadores da implantação de serviços de “alta classe” e da constituição dessa imagem de cidade “civilizada”. Isto é, dentre todas as intercessões de vulnerabilidade que afetam as mulheres, as prostitutas seriam o maior alvo de expulsão nos processos de “enobrecimento” e valorização imobiliária.

Nesse sentido, se destaca o papel dos projetos de remodelação urbana na criação, fixação e/ou deslocamento dos espaços

de prostituição, o que Phil Hubbard (2012) vai chamar de um contínuo processo de remoção da prostituição pelos processos de revalorização imobiliária: “displacement of prostitution by redevelopment”. Gabriela Leite afirma que, por motivos sociais bem concretos, “a prostituição ocupa, em princípio, áreas desvalorizadas” (LEITE, 1992, 126): bairros em “transformação”, com terrenos vagos, áreas intersticiais, com atividades obsoletas ou pouco definidas e com valor funcional e imobiliário médio, habitados por uma população modesta e desprovida de recursos materiais. Parte de uma certa imagem social de cidade associada ao estigma de puta: espaços “deteriorados”, “trash”, “esquisitos”, “perigosos”, etc. Em função disso, segundo Emmanuel Redoutey (2005), “os locais de prostituição tendem a deslocar-se num movimento centrífugo para a periferia e ambientes socioeconômicos menos privilegiados”⁴¹.

A perseguição da prostituição aparenta ser uma estratégia precursora de abertura de caminhos para processos de revalorização imobiliária, marcados pela chamada “gentrificação”, na qual a principal característica é uma nova injeção de capital na área e a decorrente substituição de seus moradores/usuários por outros de maior renda. Para isso se efetivar, a violência contra a presença das prostitutas é aliada a processos também violentos de desconstrução dos seus espaços de atuação, como demolições e “emparedamentos”.

“Pistas del Baile” é uma série de fotografias da artista mexicana Teresa Margolles que retratam prostitutas sobre os escombros da demolição de antigas boates e locais de prostituição nos quais trabalhavam em Ciudad Juárez, México:

Desde los años noventa, sucesivos gobiernos han intentado recuperar su centro histórico llevando a cabo una limpieza social y desplazando, entre otros, a las trabajadoras sexuales que se desenvuelven en la zona. Casas y negocios han sido cerrados

⁴¹ No original: “Les lieux de prostitution tendent à se déplacer dans un mouvement centrifuge vers la périphérie et des environnements socio-économiques moins privilégiés”.

y demolidos a lo largo de los años, entre ellos numerosos clubes nocturnos y discotecas, debido a la guerra entre carteles de droga, a decisiones gubernamentales y a la especulación inmobiliaria (Artishock, Jun 9, 2017).

Em São Paulo, em 2017, dezenas de locais de trabalho como hotéis e “inferninhos” foram fechados e “emparedados” pela prefeitura no quadrilátero formado pelas ruas Marquês de Itu e Rego Freitas, uma região tradicional de prostituição de rua há, pelo menos, três décadas. Além dessas ações, muitas prostitutas foram abordadas de forma truculenta pela polícia e algumas delas detidas, numa tentativa clara de expulsá-las da região, que passava por um processo de revalorização imobiliária. Por essa razão foi realizado o evento-manifesto “Mixto Quente: Arquitetura Puta na Cidade” realizado na 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo, 2017, uma ocupação “PUTA e anti-gentrificação” do prédio do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), face ao movimento de remoção que estava acontecendo em seu entorno.

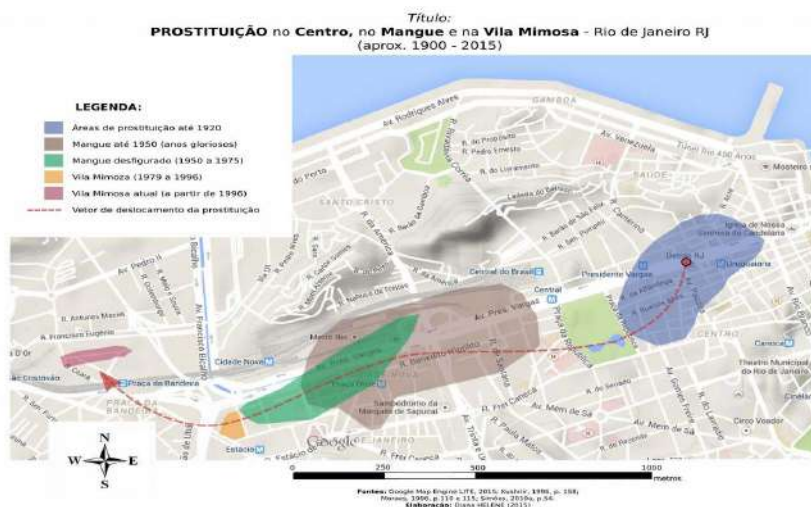


Figura 4 - A zona de prostituição Vila Mimosa, no Rio de Janeiro possui uma história marcada por uma série de remoções, que podemos visualizar no mapa acima - uma “trajetória de devastação” (MORAES, 1996) - mas que também se configura pela resistência, na qual subsiste como símbolo de “resistência dos vencidos” a memória do Mangue (SIMÕES, 2010, p. 41).

Na luta pela desconstrução da imagem de deterioração relacionada ao estigma de puta, o movimento organizado das prostitutas vem realizando atividades no espaço público que enaltecem e dão visibilidade às suas atividades. Ao "sair do gueto" e se mostrar publicamente como sujeitos políticos, sobretudo para seu mundo "de fora" da prostituição e familiares, as prostitutas rompem a separação entre os papéis de puta e "mulher direita", segregados entre os mundos "normal" e o mundo da prostituição. Um bom exemplo dessa coabitação de papéis pode ser visto no título escolhido para o livro autobiográfico de Gabriela Leite, "Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta" (2009). Enquanto um relato que circula fora do mundo da prostituição e conecta essas realidades separadas, Gabriela sabiamente elege um título que também se constitui como um discurso de rompimento e conexão de situações tidas como inconciliáveis.

No momento em que as prostitutas mostram a cara, tornando o que antes era estigmatizado em motivo de orgulho, escancaram que a dicotomia mulher ideal versus puta é uma violenta construção social. Ao mesmo tempo que contestam um modelo de "mulher", criticam um modelo de cidade, beneficiando todo seu gênero, visto que, em diversos processos de intervenção urbana, não apenas as prostitutas são alvos de expulsão, mas todas aquelas que representam uma oposição à cidade patriarcal, branca, cisheteronormativa e eurocentrada.

COMO OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NAS CIDADES IMPACTAM A VIDA DAS MULHERES?

ROSSANA BRANDÃO TAVARES
DIANA HELENE RAMOS

* Este texto é uma versão de dois trabalhos das autoras, a saber:

TAVARES, Rossana Brandão Tavares; HELENE, Diana. *Como os problemas socioambientais nas cidades impactam a vida das mulheres?* #TribunaRioPorInteiro/Casa Fluminense, 9 mar. 2018. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/tribunarioporinteiro-como-os-problemas-socioambientais-saneamento-basico-nas-cidades-impactam-vida-das-mulheres/>

HELENE, D.; TAVARES, R. Urbanização Periférica e Problemas Socioambientais na Baixada Fluminense à Luz das Desigualdades de Gênero. In: HELENE, D.; TAVARES, R. (org.). *Meu Corpo, Meu Território: mulheres e direito à cidade a partir das relações interseccionais no espaço urbano*. Sessão Livre. Natal, XVII Encontro Nacional de Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR, Natal, 2019.

Estamos vivenciando um momento de transformações. A humanidade como um todo tem sofrido as consequências da ausência de precauções das sociedades industriais e urbanas, do oriente e do ocidente, em relação aos possíveis desequilíbrios ambientais e, consequentemente, socioambientais. Em nome do progresso e de uma certa ideia de “desenvolvimento” são afetados diversos territórios urbanos e rurais de forma drástica e muitas vezes irreversível. Quando avaliamos os efeitos das mudanças climáticas no planeta, através de catástrofes sistemáticas em

diversos pontos do mundo, as fronteiras, as diferenças sociais e culturais, se continuarmos assim, não serão mais determinantes, como já não são em alguns eventos. No entanto, ainda sim os problemas ambientais impactam de forma diferenciada os mais pobres, os negros, povos autóctones e as mulheres (em especial mulheres pobres negras e indígenas), traduzindo um problema de justiça ambiental que perpassa à questão de classe, racial/étnica e de gênero. Diante deste quadro vê-se que temos um campo fértil de debate sobre as desigualdades de gênero nas cidades a partir da abordagem sobre o saneamento ambiental.

Para podermos delimitar algumas questões sobre o impacto na vida das mulheres em função dos problemas de saneamento, é preciso entender algumas lógicas que permeiam tanto dinâmicas estritamente urbanas quanto dinâmicas políticas que colaboram para impulsionamento da precariedade ambiental. Dentre elas estão algumas causas da injustiça ambiental na região metropolitana do Rio de Janeiro, entre as quais nos deparamos às diversas frentes de luta pelo direito à cidade. Entre as urbanas: (a) distribuição desigual da infraestrutura urbana, sobretudo o saneamento nas áreas mais pobres da cidade; (b) informalidade urbana com ocupação do solo sem planejamento/controlado do Estado; (c) alto grau de impermeabilização do solo por toda extensão urbana; (d) encanamento/aterramento/desvio/retificação de rios, afluentes, igarapés e outros fluxos de escoamento natural da água no território (e) ocupação (muitas vezes informal) do solo para habitação em áreas de várzea, margens de rios e outros locais propensos a inundações recorrentes. Entre as políticas: (g) falta de fiscalização e repressão de atividades potencialmente poluidoras; (g) desrespeito e omissão às leis de uso e ocupação do solo por parte dos governos; (h) ineficiência na prestação de serviços públicos à sociedade relacionados ao saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e drenagem urbana); (i) negligência com relação à problemática habitacional. No entanto, não podemos deixar de mencionar causas decorrentes de mudanças climáticas,

já evidentes na região: aumento do nível das águas da Baía de Guanabara e maior frequência de chuvas fortes ao longo do ano⁴².

Esta região é fruto de uma lógica discriminatória e segregadora de urbanização que se reflete tanto na vida privada (moradia, família) quanto na vida pública (trabalho, serviços públicos). Ao fazer o recorte de gênero, apontamos alguns impactos já característicos na vida das mulheres na região:

- Segundo estudo apresentado pela Relator da ONU⁴³, elaborado por Léo Heller (2016), as mulheres, meninas e trans estão bem mais vulneráveis à ausência ou inadequação do acesso ao saneamento básico. Isto porque, no geral, são elas que se responsabilizam por atividades de cuidado e reprodução da vida, precisando se deslocar para buscar água, ou mesmo correndo riscos com ligações clandestinas: água contaminada e rompimento da ligação à rede. O risco da violência sexual e o estresse também se apresentam especialmente quando não têm acesso a banheiros e precisam fazer suas necessidades básicas a céu aberto, o que as deixa vulneráveis. Há relatos, de acordo com o relatório, que essa falta prejudica a vida de muitas mulheres. Frequentemente preferem não sair de casa por não ter privacidade para a higiene íntima, especialmente no período menstrual. O problema também afeta a saúde, pois acabam segurando a urina por longos períodos de tempo e deixam de ingerir líquidos, aumentando o risco de infecções de bexiga e rins. Se analisarmos os dados do Censo IBGE 2010, em grande parte das favelas da região, de forma geral, as residências chefiadas por mulheres se localizam nas áreas mais precárias das favelas, justamente por fatores econômicos desfavoráveis em relação aos homens (que não se resume ao salário,

⁴² O verão é o período típico de chuvas fortes e tempestades.

⁴³ Disponível em: https://casaflluminense.org.br/wp-content/uploads/2018/03/relatorio_direito_humano_agua.pdf

mas às oportunidades de trabalho, emprego e renda que são menores quando são mães, sobretudo, solteiras).

- Vulnerabilidade social e urbana quando das ocupações às margens dos rios, gerando perdas materiais, falta de alternativas, etc. Perdem seu espaço cotidiano de trabalho e convivência mais diretos com os deslocamentos de território forçados por desastres ambientais (incêndios, inundações, desmoronamentos) ou por grandes projetos de intervenção no território.

Tomemos o caso da Baixada Fluminense, que é parte da região metropolitana carioca. Sua dinâmica de ocupação deu-se em meio ao processo de metropolização do Rio de Janeiro, que implicou a periferização dos trabalhadores impossibilitados de pagar moradia na capital. Uma região marcada pela carência em infraestrutura urbana, - sobretudo, o saneamento ambiental (abastecimento, esgotamento, coleta de lixo e drenagem) - e pelos problemas na dinâmica de ocupação do território em áreas propensas a inundações frequentes, devido ao grau de impermeabilização e dos problemas decorrentes do encanamento/aterramento/desvio/retificação de mangues, várzeas, rios e afluentes.

As desigualdades de gênero se evidenciam nos locais predominantemente voltados para moradia, se constituem como territórios nos quais as mulheres estão presentes, em especial, as mulheres negras. Dados do IBGE (2010) indicam que a maior causa de morte feminina na Baixada são doenças infectocontagiosas, demonstrando uma relação direta entre saneamento urbano e gênero. Expõe-se a emergência da qualificação da disputa pelo direito à cidade por parte das mulheres como uma disputa também pela justiça socioambiental (FURTADO, 2018) contra o racismo ambiental. Deste modo fica evidente, como a perspectiva interseccional contribuiu para iluminar a corporeidade generificada (BUTLER, 2018) e racializada, numa tentativa de articular processos de interdependência que refletem resistências e formas de sobrevivência das mulheres periferizadas.

A cidade de Duque de Caxias, por exemplo, parte da região metropolitana do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense, é um exemplo de como a precariedade urbana, que circunda o universo da moradia, vai impactar o gênero feminino. As características relacionadas à constituição dessa cidade enquanto “cidade-dormitório” e zona de sacrifício ambiental (PEREIRA, 2013), atingem de forma diferenciada e desigual as mulheres e crianças moradoras da região, que sofrem com doenças relacionadas a poluição ambiental e a debilidade do saneamento de modo mais expressivo que seus pares masculinos adultos. Duque de Caxias apresenta alto grau de risco socioambiental em termos absolutos, mas é evidente que há uma concentração de áreas de suscetibilidade nos domicílios chefiados por mulheres com mais de 50%.

Olhando para os dados do IBGE de 2015, vimos que as mulheres na cidade morrem em número maior que os homens de doenças respiratórias (relacionadas à poluição atmosférica); de neoplasmas (tumores), doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (relacionadas à toxicidade industrial); e de doenças do trato geniturinário (totalizando 40,99% dos óbitos femininos e 31,02% dos óbitos masculinos). No caso das crianças, dos 100 municípios mais populosos do país, Duque de Caxias é o município com a maior proporção de crianças entre as pessoas internadas por diarreia no país, com 77,1%; e internação média de 58,6 pessoas por 100 mil habitantes (KRONENBERGER, 2013, p. 7).

Por essa razão, estando mais responsáveis e realizando atividades vinculadas à reprodução social, as mulheres acabam sendo mais impactadas pela precariedade urbana e ambiental:

o agravamento das condições sanitárias e, com ele, a escassez ou poluição da água e a disseminação de doenças impactam diretamente, e sobretudo, o trabalho e a vida das mulheres, responsabilizadas historicamente pela gestão do cotidiano doméstico (FAUSTINO e FURTADO, 2013, p. 35).

OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA BAIXADA FLUMINENSE À LUZ DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Nesse sentido, podemos afirmar que toda a precariedade urbana que perpassa o universo da moradia impacta o cotidiano das mulheres. São nesses territórios mais negligenciados pelas políticas públicas urbanas, os espaços de habitação das classes mais pobres, onde a infraestrutura é precária ou ausente, os quais, ao mesmo tempo, são os mais impactados pelos desastres ambientais e onde mais mulheres realizam suas atividades diárias. Se analisarmos mais profundamente o cenário urbano percebemos que os aspectos apontados anteriormente estão diretamente associados à limitação da autonomia das mulheres, principalmente ao analisarmos como a reprodução das tarefas de sua vida cotidiana está profundamente articulada ao território ao qual habitam. Além disso, é necessário ressaltar como os alagamentos e outros problemas ligados ao saneamento ambiental afetam também a questão de sua mobilidade urbana e seu direito de circular com segurança e autonomia nas cidades.

Contradições ainda precisam ser superadas e iluminar as desigualdades de gênero é primordial na luta por cidades democráticas. É importante ressaltar mais uma vez que os espaços mais afetados pelos impactos socioambientais são os mesmos territórios nos quais as mulheres estão mais presentes em sua vida cotidiana. Isto é, os locais da cidade mais negligenciados pelo poder público em questões de infraestrutura urbana, estes mesmos que são os que mais sofrem estes impactos, são territórios marcados por classe, raça e gênero. A emergência da qualificação da disputa pela qualidade urbana e ambiental se mostra cada vez mais urgente para a conquista de um real direito à cidade das mulheres e outros grupos marginalizados. Os planos de saneamento elaborados na maior parte dos municípios da região metropolitana sequer analisam aspectos fundamentais

relacionados às desigualdades de gênero nas nossas cidades. É preciso priorizar políticas urbanas que considerem as condições da vida doméstica e pública das mulheres, que se voltem para a manutenção e o investimento público para melhorias significativas em seus espaços de vida.

Nesse sentido, é preciso avançar na luta por justiça ambiental e pelo direito à cidade de forma integrada e que leve em consideração a perspectiva de gênero. Os processos participativos de planejamento das cidades são uma importante ferramenta para trazer soluções eficazes para esses problemas, levando a experiência e a sabedoria das mulheres que de fato vivem nestes territórios para elaborar propostas transformadoras em relação às iniciativas realizadas até então, que negligenciaram o saber local e a participação feminina nas decisões.

PETRÓPOLIS, A CIDADE QUE CAIU JUNTO COM AS MULHERES

ROSSANA BRANDÃO TAVARES

*Este texto foi originalmente publicado no blog do UrbanAS/GPDU/UFF e no Feminisurbana, em 2022.

Disponível em: <https://feminismurbana.wordpress.com/2022/03/12/artigo-petropolis-a-cidade-que-caiu-junto-com-as-mulheres/>

As cidades caíram... lembrei do título do editorial da ONG FASE⁴⁴ que contribuí em janeiro de 2011. Lembrei do intenso debate, dos estudos e pesquisas que se desdobraram, das propostas de políticas públicas para evitar novos desastres como aqueles ocorridos na Região Serrana do Rio de Janeiro. Lembrei de como naturalizamos as enchentes no verão. Realmente é natural que neste período chova mais que o normal, mas é natural o que temos assistido ano após ano? Agora o desastre de Petrópolis, um desastre ambiental, urbano e social. Não é qualquer coisa ver ruas desaparecendo, mas o mais duro, o desaparecimento, a morte de pessoas. Não é qualquer coisa se deparar com o número de mortos. Segundo dados da Polícia e Defesa Civil, divulgados pela Agência Brasil (02/03/22), são 232 vítimas, sendo que 138 mulheres, 94 homens, 44 crianças e 1117 desabrigados. Há 3 semanas atrás, algumas matérias chamaram atenção de que a maioria dos corpos encontrados eram de mulheres. Hoje,

⁴⁴ Disponível em: <https://fase.org.br/pt/artigos/as-cidades-cairam/>

estamos com dados defasados do Censo IBGE, em especial de detalhes territoriais sobre como e onde se localizam os domicílios com maior número de mulheres, idade e chefiados por nós. Contudo, é evidente desde o último censo que locais mais precários tendem a ter mais mulheres e domicílios chefiados por mulheres. Considerando os dados mais gerais e a própria condição de vulnerabilidade social que se impõe às mulheres pobres responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidado, não é por acaso as casas arrastadas pela força das águas encontrarem mais mulheres que homens. Permanecer e trabalhar em casa para as mulheres que são residentes em áreas de risco, é sim mais arriscado, sobretudo, se as chuvas não “obedecerem” ao horário do trabalho produtivo.

O desastre que se abateu sobre Petrópolis aconteceu em plena tarde de um dia de semana. As sirenes não tocaram como previa o Plano de Contingência do Município para Chuvas Intensas diante do volume de chuva constatado: se ocorrer precipitação de 45 mm em uma hora e previsão de chuva moderada e muito forte para as horas seguintes, as sirenes deveriam soar por duas horas. No dia, foram registrados 260 mm em apenas quatro horas...

As mudanças climáticas estão impondo desafios maiores à forma como historicamente foram planejadas as cidades, onde a tônica é o sonoro se vire, expressão mais radical e naturalizada de impor a lógica neoliberal de vivências e sobrevivências, isto é, cada um por si. Assim como o trabalho reprodutivo, as mulheres precisam dar o seu jeito. E neste contexto, em que as mulheres ganham menos ou simplesmente não são remuneradas pelo seu trabalho doméstico, a não regulação do uso e ocupação do espaço urbano impacta o modo como as tarefas de cuidado da casa e de pessoas são exercidas e, conseqüentemente, a própria sobrevivência das mulheres. Abordar essa dimensão expressiva do papel de mães, avós, irmãs, primas, tias, amigas e cuidadoras nos bairros periféricos e mais vulneráveis aos riscos ambientais é também reconhecer esse aspecto de cidades

seguras para todos e todas. Diante das tragédias climáticas, o medo cotidiano ganha outros contornos e se virar para ter um teto transcende a própria existência, mas a uma perspectiva coletiva fundamental de proteção e preservação da vida diante da precariedade urbana e da vulnerabilidade socioambiental.

Sessão 3

AS LUTAS URBANAS DOS
MOVIMENTOS DE MULHERES
- ENTRE A CASA E A RUA

GÊNERO E DIREITO À CIDADE A PARTIR DOS MOVIMENTOS DE LUTA POR MORADIA

DIANA HELENE RAMOS

*Este texto é uma versão de um texto originalmente publicado na revista *Cadernos Metrôpoles*, em 2019:

Cf. HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Cadernos Metrôpole*, v. 21, p. 951-974, 2019.

Também é fruto da participação da autora de cerca de 20 anos junto a diferentes movimentos de moradia em São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro. As informações aqui descritas são fruto de uma metodologia de observação participante e pesquisa-ação. Foi este trabalho junto aos movimentos sociais, na prática, que deu subsídios tanto para realização de sua monografia de graduação, quanto de sua dissertação de mestrado (HELENE, 2009). Um ensaio deste trabalho foi apresentado no colóquio “Perspectives féministes sur le logement des femmes. Autonomie et émancipation: les femmes dans les mobilisations pour le droit au logement” (HELENE; LAZARINI, 2018) e no V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo em 2018, em Salvador, Bahia (HELENE, 2018).

“As mulheres são maioria. A luta pela moradia é muito mais do que propriedade para a gente. É uma questão de sobrevivência própria e dos nossos filhos” (Natalia Szermeta, coordenadora do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST, entrevista de 2018).

“Dentro do nosso grupo, do nosso movimento, a maioria é mulher. [...] Antigamente [fundação do grupo em 2001] era só mulher. Só mulher. Eram quinze mulheres na coordenação. [...] E hoje tem alguns homens envolvidos” (Ivanete de Araújo, coordenadora-geral do Movimento Sem-Teto do Centro - MSTC, entrevista de 2011)

“Que às vezes um pai de família, quando vê a sua família naquela necessidade da moradia, ele tem vergonha de ir para um grupo de base, ficar lá sentado uma hora assistindo a reunião, e sempre quem vai são as mulheres. Aí vão, porque geralmente as mulheres

vai uma, duas ,três, na terceira reunião que ela consegue levar o marido para a reunião. Por isso que acontece, sempre as mulheres na frente” (Jomarina Abreu Pires da Fonseca, coordenadora do MSTC, entrevista de 2009).

Os movimentos de moradia ganharam força durante o fim da ditadura militar no Brasil, quando aconteceram as primeiras ocupações organizadas de terra, os primeiros movimentos de luta pela urbanização e regularização fundiária nas favelas e o nascimento do movimento dos sem-terra urbanos (GOHN, 1991). A crise habitacional, as desigualdades urbanas estruturais e a falta de políticas públicas que garantissem o acesso ao solo urbano e à moradia motivou, então, a população a se organizar em movimentos para lutar por melhores condições. Com a redemocratização e o esgotamento do modelo do BNH, os movimentos de luta por moradia trouxeram à tona os graves problemas habitacionais brasileiros (ARANTES, 2002, p. 168). Com o tempo, essas organizações passaram a pautar a questão da moradia para além da casa em si, mas sua localização na cidade, demonstrando que a luta por moradia é também uma luta por direito à cidade. Assim, passam a realizar a ocupação de prédios vazios em áreas centrais, próximo a áreas com infraestrutura urbana, equipamentos públicos e aos locais de trabalho, engendrando uma reconquista do seu direito de morar no centro (HELENE, 2009; ANDRADE, 2013, p. 46).

É no cotidiano das ocupações - de terrenos ou imóveis vazios - que são construídas as propostas dos grupos que lutam pela moradia. O caráter coletivo, a capacidade de articulação e a resistência desta população estruturam novas alternativas às soluções ineficientes do Estado. A autogestão como base de organização das ocupações possibilita ainda uma experimentação de rompimento com lógicas capitalistas de produção e organização do espaço habitacional. Os valores debatidos e construídos coletivamente visam o bem

estar coletivo, em especial daqueles mais vulneráveis, dos quais destacamos aqui aqueles do gênero feminino. Nesses movimentos sociais, a maioria tanto dos/as integrantes como das lideranças são mulheres e pessoas racializadas. Isso se deve sobretudo ao fato de que, no Brasil, a despossessão da terra e da renda é historicamente feminina e negra (IPEA/ONU, 2015; ITIKAWA, 2015; ROLNIK et al., 2011) e porque o acesso à terra é uma condição vital para as atividades de reprodução (FEDERICI, 2019, p. 30). Além disso, grande parte delas são mães e, entre elas, muitas mães monoparentais. Segundo a militante brasileira Helena Silvestre, as mulheres são a força que sustenta os movimentos, não só porque são a maioria nas ocupações, mas porque a intensidade do trabalho coletivo que mantém as ocupações nas cozinhas e lavanderias coletivas, nos trabalhos de mutirão, de limpeza, de cuidado, na organização diária, são elas que provém (SILVESTRE, 2020).

Nos últimos anos, vem crescendo a importância do papel das mulheres e a visibilidade da luta feminista nos movimentos sociais organizados existentes. Surgem grupos, comitês e rodas de conversa dentro de movimentos tradicionais, como o movimento sem-terra e sem teto, realizando ações específicas e destinadas ao público feminino. A inserção da luta feminista nos movimentos sociais tradicionais - anteriormente uma questão considerada não-prioritária para a luta anticapitalista, ou mesmo chamada de uma questão “identitária” e “não-estrutural” (da mesma forma que eram acusadas as lutas do movimento negro e/ou *queer*) - aponta para o crescimento de novas formas de engajamento, debate e atuação militante. Demonstrando também como, recentemente, os movimentos sociais estão reconhecendo e encampando diferentes lutas numa mesma perspectiva e costurando embates contra as diversas opressões que se estruturam no espaço urbano. No caso específico dos movimentos de moradia, desvela questões importantes para perceber, para além da associação direta do gênero feminino ao espaço doméstico, os fatores que mobilizam as mulheres como as principais integrantes destes movimentos sociais.

Na minha experiência com diversos movimentos sociais de luta por moradia, apesar da expressiva quantidade de mulheres constituintes das comunidades destas ocupações (visivelmente a maioria dos ocupantes), a questão de gênero e/ou luta feminista não aparecia inicialmente nos discursos das minhas interlocutoras. Apesar de muitos relatos apresentados aqui serem analisados como formas de empoderamento feminino dentro da dinâmica das ocupações, esta ideia não estava presente nos espaços de militância de moradia até recentemente. No entanto, nos últimos anos, vem crescendo essa importância e a sua visibilidade nestes movimentos sociais. Além de iniciarem a formação de espaços específicos para discussões de gênero dentro das organizações, começam aparecer ações e até mesmo ocupações exclusivamente femininas, com o objetivo de acolher mulheres em situação de vulnerabilidade e debater as especificidades das desigualdades de gênero no contexto da luta por moradia.

Independente do debate feminista estar inserido de forma mais sistemática dentro das pautas de militância dos movimentos de luta por moradia, as relações entre empoderamento feminino e os ganhos de autonomia das mulheres ao participarem destes movimentos são prementes. Além da associação direta do gênero feminino ao espaço doméstico, diversos outros fatores mobilizam as mulheres como principais defensoras do direito à moradia, fatores estes relacionados à formação do capitalismo e das cidades no tocante às desigualdades de gênero, como veremos adiante.

REPENSANDO A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO A PARTIR DAS DESIGUALDADES GÊNERO

O livro “Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva”, de Silvia Federici, se destaca por relacionar o surgimento do capitalismo com a maior guerra contra mulheres da história: a caça às bruxas dos séculos XVI e XVII. A obra descreve a formação do proletariado incluindo a degeneração

das mulheres e a colonização como partes estruturantes do capitalismo, instituindo a divisão de trabalho a partir das relações sociais de classe, sexo e raça: “a definição da negritude e da feminilidade como marcas da bestialidade e da irracionalidade correspondia à exclusão das mulheres na Europa – assim como das mulheres e dos homens nas colônias – do contrato social implícito no salário, com a consequente naturalização de sua exploração” (FEDERICI, 2017, p. 36).

A caça às bruxas foi uma tentativa coordenada de degradar, de demonizar e de acabar com o poder social das mulheres: foi destruído todo um universo de práticas femininas, de relações coletivas e de sistemas de conhecimento que haviam sido a base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista (Ibidem, p. 291-292). Para isso, se estabeleceu uma luta contra a solidariedade e relações comunitárias estabelecidas entre mulheres. As amizades femininas tornaram-se objeto de suspeita - “uma subversão da aliança entre marido e mulher” - e as relações de amizade e amor femininas foram demonizadas. Federici destaca ainda que é justamente nesse período que a palavra “gossip” (fofoca), que antes significava “amiga”, se transforma em um termo pejorativo (Ibidem, p. 334-335).

Nos julgamentos a “má reputação” era prova de culpa. Era considerada bruxa a mulher “libertina” e “promíscua”, aquela que praticava sua sexualidade fora dos vínculos do casamento e da procriação. A bruxa era também a mulher rebelde que “respondia, discutia, insultava e não chorava sob tortura”. Uma ideia da personalidade feminina que havia desenvolvido no contexto de luta contra o poder feudal, quando as mulheres atuaram à frente dos movimentos, muitas vezes organizadas em associações femininas, apresentando um desafio crescente à autoridade masculina e à Igreja. Dentre essas se destaca ainda as camponesas, pobres e as anciãs, que eram símbolos da cultura e do saber popular (Ibidem, p. 332-333):

Embora a caça às bruxas estivesse dirigida a uma ampla variedade de práticas femininas, foi principalmente devido a essas capacidades – como feiticeiras, curandeiras, encantadoras ou adivinhas – que as mulheres foram perseguidas, pois, ao recorrerem ao poder da magia, debilitavam o poder das autoridades e do Estado, dando confiança aos pobres em sua capacidade para manipular o ambiente natural e social e, possivelmente, para subverter a ordem constituída (Ibidem, p. 314 e 348).

Para isso, a caça às bruxas usou a imprensa, as artes e outros meios de comunicação, gerando uma psicose em massa na população. Os dramaturgos, literatos, pintores e outros intelectuais dos séculos XVI e XVII pintaram a imagem dessa mulher diabólica, que atormentava vizinhos e oferecia pequenos bebês ao demônio. Foi criada ainda a imagem de uma série de vilãs: a esposa desobediente, a fofoqueira, a bruxa e a puta. Uma depreciação simbólica, literária e cultural que estava a serviço de um projeto de expropriação (Ibidem, p. 299). Os juristas, os magistrados e os demonólogos foram os que mais contribuíram nesse sentido. Jean Bodin, famoso jurista francês do século XVI, afirmava: “devemos disseminar o terror entre algumas, castigando muitas” (Jean Bodin apud *Ibidem*, p. 333).

A punição pública era uma das formas de estabelecer o controle a partir do horror e do medo. A forma mais conhecida era a queima de mulheres vivas até sua morte no espaço público. Mas havia outras formas de punição dirigidas especialmente às mulheres. Uma forma emblemática foi a criação de uma máscara, conhecida como “rédea de bruxa” ou “freio da fofoca”: um instrumento de punição, tortura e humilhação pública. O dispositivo era um focinho em uma estrutura de ferro, que encerrava a cabeça com uma mordaca para caber na boca e comprimir a língua com uma ponta afiada que impedia a fala, pois movimentá-la causava laceração. Esta “engenhoca de ferro empregada para punir mulheres de língua afiada” foi concebida no século XVI como uma punição para suspeitas de feitiçaria, “megeras” ou “reclamonas”. Além da máscara, a mulher carregava

uma placa que informava o crime que havia cometido. A pessoa era colocada em um lugar público e muitas vezes espancada pelas pessoas que passavam (*Ibidem*, p. 201)⁴⁵.

Foi a demonização social e o horror das punições públicas e fogueiras que forjaram os ideais capitalistas de feminilidade e de domesticidade. A partir da negatividade em torno da imagem da bruxa foi constituído seu oposto: a mulher e esposa ideal (*Ibidem*, p. 334).

Essa subjugação e extermínio de mulheres estabeleceu também a divisão sexual do trabalho capitalista como conhecemos atualmente, na qual as funções destinadas às mulheres foram estruturadas como inferiores, não vistas como “trabalho” e por essa razão, sem valor econômico. De acordo com Danièle Kergoat, a reorganização do trabalho a partir do patriarcado seguia dois princípios: a separação radical entre atividades ditas “femininas” e “masculinas” e a sua hierarquização, estabelecendo uma relação de poder entre elas. Assim uma enorme massa de trabalho passa a ser realizada gratuitamente pelas mulheres, um trabalho invisibilizado, realizado em “nome da natureza, do amor e do dever maternal” (KERGOAT, 2003, p. 57). Como descreve a historiadora Michelle Perrot:

O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. ‘Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos’. [...] O século XIX levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um (PERROT, 1988, p. 178 e 187).

⁴⁵ Essa máscara de punição foi levada às colônias de forma a punir pessoas escravizadas de forma semelhante. Para mais informações sobre esse tema acesse o texto do blog feminisurbana “A Mordaça “Anti-Bruxa”: design para exclusão de mulheres do espaço público”, disponível em : <https://feminismurbana.wordpress.com/2017/11/16/a-mordaca-anti-bruxa-design-para-exclusao-de-mulheres-do-espaco-publico-e-politico/>.

Dessa forma, Federici demonstra como a chamada “acumulação primitiva capitalista” também se constitui desta hierarquia de poder e do ocultamento do trabalho não pago das mulheres. Isso porque, permitiram ao capitalismo “ampliar imensamente ‘a parte não remunerada do dia de trabalho’ e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino” (FEDERICI, 2017, p. 232). Para Perrot, essa sociedade não poderia crescer e se reproduzir sem o “trabalho não-contabilizado, não-remunerado da dona-de-casa” (PERROT, 1988, p. 214). Isto é, a divisão sexual do trabalho e a opressão de gênero são partes indissociáveis da formação do capitalismo e não é possível pensar uma superação desse sistema sem levar isso em conta:

Foi a partir desta aliança entre os artesãos e as autoridades das cidades, junto com a contínua privatização da terra, que se forjou uma nova divisão sexual do trabalho [...] que definia as mulheres em termos - mães, esposas, filhas, viúvas - que ocultavam sua condição de trabalhadoras e davam aos homens livre acesso a seus corpos, a seu trabalho e aos corpos e ao trabalho de seus filhos. De acordo com este novo contrato social-sexual, as mulheres proletárias se tornaram para os trabalhadores homens substitutas das terras que eles haviam perdido com os cercamentos, seu meio de reprodução mais básico e um bem comum de que qualquer um podia se apropriar e usar segundo sua vontade (FEDERICI, 2017, p. 191).

É preciso ressaltar que, mesmo quando trabalhadora em atividades remuneradas, seu trabalho era desvalorizado: as remunerações femininas são consideravelmente menores e suas condições de permanência e/ou desenvolvimento de uma carreira são obliteradas pelas tarefas domésticas e de cuidado, dificultando suas possibilidades de ganhos reais em atividades pagas. Segundo Perrot, “a participação feminina no trabalho assalariado é temporária, cadenciada pelas necessidades da família, a qual comanda, remunerada com um salário de trocados, confinadas às tarefas ditas não-qualificadas, subordinadas e tecnologicamente específicas” (PERROT, 1988, p. 187). Para

Heleieth Safiotti, a mulher é “periféricamente situada no sistema de produção” (SAFIOTTI, 1978, p. 35).

Sem a possibilidade de ter seu próprio capital em um sistema onde este define as bases da sobrevivência, se criaram as condições materiais para a sujeição das mulheres e para a apropriação de seu trabalho pelos homens. A partir de então, o casamento se torna uma “verdadeira carreira” para a mulher: “as mulheres teriam que suplicar aos homens ‘que não lhes tirassem a honra’, a única propriedade que lhes restava (FEDERICI, 2017, p. 195 e 198)”.

FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E O PROBLEMA DA MORADIA NO BRASIL

No contexto brasileiro, entre os fatores que podemos associar a participação massiva de mulheres em movimentos de moradia - e, vale dizer, em todos movimentos sociais - se destaca a chamada “feminização da pobreza”. De acordo com a PNAD/IBGE 2015, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos dos homens com mais 15 anos de idade foi de R\$2058 (e de R\$2509, no caso dos homens brancos) e o das mulheres, de R\$1567 (e de R\$ 1027, no caso de mulheres negras). Outra pesquisa, do Inter-American Development Bank (IDB) 2009 no Brasil, indica que mulheres de mesmo grau de instrução e faixa etária que ocupam os mesmos cargos que homens ganham em média 30% menos que eles.

É preciso, ainda, levar em conta a quantidade de mulheres trabalhando sem remuneração ou desempregadas, em número consideravelmente maior que os homens. No caso das mulheres negras esse fato é ainda mais grave. Elas recebem menos da metade do valor do salário dos homens brancos, são as mais suscetíveis ao desemprego e são o maior contingente de empregadas sem carteira assinada.

Tanto mulheres brancas como negras têm trajetórias em ocupações de menor prestígio e/ou com más condições

de trabalho, marcadas pela instabilidade e a vulnerabilidade (HIRATA, 2014, p. 63-64). Além disso, quase a metade (46,3%) estão concentradas nos serviços domésticos, de educação, de saúde, sociais e comunitários (ITIKAWA, 2015, p.40). Vale dizer que, esse grupo, relacionado às chamadas tarefas reprodutivas, constitui ainda as atividades laborais mais informalizadas, mal remuneradas e desvalorizadas no mundo do trabalho. Entre elas, a trabalhadora doméstica vai constituir a categoria mais vulnerável, devido à baixa remuneração e ao grau de precariedade. Além disso, a quantidade de trabalhadoras domésticas negras é o dobro das não-negras (PRONI & GOMES, 2015; PINHEIRO et al, 2012, p. 95).

Ademais, em relação às atividades não remuneradas, mais de 90% das mulheres declararam realizar atividades domésticas. As mulheres trabalham em média oito horas por semana a mais que os homens. Os Termos “dupla jornada”, “acumulação” ou “conciliação de tarefas” mantém a ideia do trabalho da esfera reprodutiva, regenerativa e de cuidado como se fosse somente um apêndice do trabalho assalariado (HIRATA, 2014).

Sobrecarregadas de trabalho não pago e situadas marginalmente no mundo do trabalho, o acesso ao mercado de moradia no Brasil, já inalcançável para muitas famílias, é ainda mais difícil quando se é mulher (HELENE e LAZARINI, 2018). Soma-se às desigualdades estruturais de gênero as características específicas de constituição da sociedade brasileira: as dificuldades de acesso à terra e a inserção no mercado de trabalho das populações mais pobres, sobretudo aquelas descendentes dos negros escravizados. Devido às condições estabelecidas sobre a herança da escravidão no Brasil e ao processo de transição para o trabalho assalariado capitalista se estruturaram “caminhos que seriam determinantes na exclusão histórica de brasileiros na terra, no direito ao trabalho e nos demais direitos sociais” (ITIKAWA, 2015, p. 37).

Nesse contexto, a informalidade foi uma tática popular para a auto resolução desses problemas. Uma imagem expressiva do

quadro de exclusão social e segregação das cidades brasileiras e latino-americanas, e situação comum a praticamente todos os relatos obtidos: antes de entrarem no movimento de luta por moradia, praticamente todas militantes foram moradoras de favelas e outras formas de habitação informal. Segundo Luciana Itikawa, essas mulheres “são obrigadas a viver em constante êxodo urbano, na moradia e no local do trabalho” e “confirmam uma vida inteira nas periferias: são sistemáticas e sucessivas mudanças no tipo de ocupações informais, bem como êxodos intraurbanos na moradia e no trabalho” (*Ibidem*, p. 95 e 96).

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS CIDADES

Para além das dificuldades de acesso à moradia adequada, as dificuldades de morar na rua, se “virar” ou “morar de favor” também são mais difíceis para o gênero feminino. Não é apenas o perigo da violência sexual, ameaça constante na vida de uma mulher, que oblitera de forma predadora suas condições de uso do espaço público e da sua vida urbana. Mas é também por serem designadas a posição daquelas que cuidam das crianças, idosos e outros, o espaço da casa se eleva a uma importância muito maior. Isto é, para elas, a moradia significa muito mais que um abrigo ou uma mercadoria, é um espaço essencial de proteção de si e de manutenção daqueles dependentes de seus cuidados. O valor de uso da moradia para o gênero feminino envolve particularidades que elevam sua importância para muito além de seu valor de troca.

Por esse mesmo motivo, mesmo quando se tem onde morar, a importância da localização se destaca. A questão de gênero aparece na relação entre moradia e o contexto urbano devido os espaços predominantemente voltados para habitação, e marcados pelas atividades domésticas, se constituírem como espaços nos quais as mulheres estão majoritariamente, cotidianamente e constantemente presentes. Baseado no que vimos anteriormente sobre a chegada do modelo de produção capitalista e sua relação com as desigualdades de gênero, podemos afirmar

que na formação das cidades capitalistas se espacializou a nova divisão sexual do trabalho. Isto é, que uma organização urbana generificada também nasceu durante a transição entre feudalismo e capitalismo. O êxodo rural e a separação entre trabalho e moradia trazidos pela industrialização são indissociáveis das dicotomias de gênero, pelas quais foram estruturadas as hierarquias entre trabalho doméstico e trabalho produtivo.

A estruturação do espaço urbano capitalista é marcada pela gradativa especialização do trabalho, da qual, destacamos aqui, aquela advinda da divisão sexual. Dessa forma, é preciso lembrar que, nas sociedades pré-capitalistas e no início do processo de industrialização o que caracterizava a vida das famílias era a integração entre as funções domésticas e o trabalho produtivo, realizados em um único ambiente (fato que ainda permanece em algumas regiões do Brasil; ALVES, 2013). A industrialização estrutura no espaço urbano uma gradativa separação entre moradia e trabalho, surgindo, para isso, arquiteturas específicas para cada função. O artesão, por exemplo, não mais realiza seu trabalho em uma oficina no primeiro piso ou aos fundos da casa. Ele também não mais produz alimentos e outros insumos para sua subsistência no entorno de sua residência (agricultura e criação de animais). Ao se tornar operário, ele passa a consumir produtos produzidos fora de seu espaço de morada (prontos ou industrializados); e a circular por ambientes separados: a fábrica (local de trabalho); mercados/lojas/vendas (local de consumo); e um outro local onde estabelece sua residência, alojamento, casa (local de moradia); separados funcionalmente e espacialmente no contexto urbano. Isto é, acontece um duplo movimento de separação e especialização dos espaços, no qual os locais de trabalho/produção já não são mais os da vida doméstica.

Nesse momento de separação entre espaços de produção, consumo e moradia, também se estrutura espacialmente o que é considerado público e o que é privado, ao mesmo tempo que se organiza esses espaços de acordo com a divisão sexual do trabalho: o público/produtivo como um espaço masculino

e o privado/doméstico como feminino. Segundo Perrot, “a novidade de sua posição [da dona-de-casa] no século XIX reside na acentuação da divisão do trabalho e na separação dos locais de produção e consumo”. O homem na fábrica, a mulher em casa, ocupando-se do doméstico” (PERROT, 1988, p. 190). Isto é, a produção se distancia quase inteiramente da esfera doméstica para a pública nos últimos 300 anos, e a intimidade passa a ser vista como caracteristicamente doméstica. Segundo Susan Okin “‘o privado’ sendo usado para referir-se a uma esfera ou esferas da vida social nas quais a intrusão ou interferência em relação à liberdade requer justificativa especial, e ‘o público’ para referir-se a uma esfera ou esferas vistas como geralmente ou justificadamente mais acessíveis” (OKIN, 2008, p. 306).

No entanto, é importante sublinhar que, apesar do espaço doméstico ser relacionado às atividades realizadas femininas, isso não quer dizer que este é um espaço de poder das mulheres. No capitalismo a noção de espaço privado é constituída como um pré-requisito da intimidade da família. E dentro da unidade familiar, se estrutura mais uma relação generificada de poder. Ademais, família como uma entidade singular tem direitos de não sofrer interferência do Estado no que se refere à regulação e ao controle dos membros de sua esfera privada, o que reforça a autoridade dos maridos sobre as esposas e dos pais sobre os filhos, como sua propriedade. A privacidade no espaço privado acaba sendo um direito dos indivíduos adultos e chefes de família masculino de poder sobre aqueles que, seja pela idade, gênero ou condição de servidão são vistos como legitimamente controlados por eles, tendo sua existência limitada à esfera de privacidade do patriarca. Isto é, não há uma noção de que esses membros subordinados tenham seus próprios direitos à privacidade, para os quais o lar “pode ser o mais perigoso dos lugares (*Ibidem*, p. 306, 322 e 323)”.

Tais condições podem explicar o fato do espaço doméstico se constituir como um dos espaços onde se prevalece os maiores números de violência contra a mulher, na maior parte das vezes

realizada por parentes, pessoas próximas da família, parceiros sexuais e companheiros. Segundo o “Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil” (WASELFISZ, 2015), 50,3% das mortes violentas de mulheres são cometidas por familiares e 33,2% por parceiros ou ex-parceiros das vítimas. No caso de agressões físicas e sexuais também predomina a violência doméstica. Parentes imediatos ou parceiros/ex-parceiros são responsáveis por 67,2% dos atendimentos⁴⁶. Outro dado importante é o local onde ocorrem as agressões. No caso da violência não letal, a residência é o local privilegiado para ambos os sexos. No entanto, é significativamente superior para o sexo feminino (71,9%) em relação ao masculino (50,4%). Em segundo lugar, a rua é local de ocorrência de 15,9% das violências no caso feminino, contra 30,6% dos atendimentos masculinos. Da mesma forma, no caso dos homicídios, metade dos homicídios masculinos acontece na rua (48,2%), enquanto nos femininos essa proporção é bem menor (31,2%), sendo, no caso das mulheres, o domicílio da vítima também relevante (27,1%) enquanto para os homens configura apenas 10,1% dos casos. Esses dados indicam uma domesticidade relacionada à violência contra a mulher (WASELFISZ, 2015, p. 29-51).

Essa questão é fundamental para qualificar a divisão de gênero entre público e privado para além da ideia do espaço privado como feminino e o público como masculino. Se o espaço privado fosse um local de refúgio seguro para as mulheres, que são constantemente excluídas do espaço público, esse não seria o local de maior violência e morte feminina. Ou seja, entender que tanto o espaço público como o privado são marcados por

⁴⁶ Existem peculiaridades para cada faixa de idade que reiteram essa ideia de dominação na estruturação do poder dentro da unidade familiar: 82% das agressões a crianças do sexo feminino (0 a 11 anos de idade) partiram dos pais – principalmente da mãe, que concentra 42,4% das agressões. Para as adolescentes de 12 a 17 anos de idade, as agressões se dividem entre os pais (26,5%) e os parceiros ou ex-parceiros (23,2%). Para as jovens e as adultas de 18 a 59 anos de idade, o agressor principal é o parceiro ou ex-parceiro, concentrando a metade dos casos. O número mais alarmante para entender essa estrutura de poder dentro da família e sua relação com o gênero é o caso das idosas (acima de 60 anos), onde o principal agressor são seus próprios filhos (34,9%) In: WASELFISZ, 2015, p. 48.

hierarquias de gênero que dão poder àqueles reconhecidos como homens. Podemos afirmar ainda que o grau de sujeição (poder legitimado culturalmente) das mulheres aos homens é correlato ao grau em que a dicotomias público/doméstico, masculino/feminino, cultura/natureza, e público/privado são destacadas. Estas dicotomias recebem tanto conotações como são usadas para organizar a vida social de maneiras distintas em diferentes períodos/territórios (Ibidem, p. 318). Isto é, a criação das noções capitalistas de público e privado em consonância com a divisão sexual do trabalho incidiu diretamente na constituição de uma organização urbana generificada, que instituiu os espaços públicos e privados a partir da separação entre espaços produtivos e espaços reprodutivos.

Dessa forma, no contexto urbano, em função da dupla jornada de trabalho realizada pelas mulheres e das características relacionadas às tarefas da esfera reprodutiva, as desigualdades urbanas, os problemas relacionados à infraestrutura e aos equipamentos públicos às afetam muito mais do que os homens (GONZAGA, 2011; ITIKAWA, 2015; LATENDRESSE, 2005; TAVARES, 2015; SANTORO, 2008; SILVA, 2003). Por exemplo, se tomarmos como ponto de observação a mobilidade, a dinâmica masculina costuma ser mais pendular e linear entre moradia e trabalho. A principal atividade dele diária é o trabalho produtivo, formal ou informal. Já a mulher, em geral, faz não só o trabalho produtivo como também é majoritariamente responsável pelo trabalho reprodutivo. Por essa razão, o número de deslocamentos realizados pelas mulheres é mais intenso que o dos homens. Elas estão encarregadas do trajeto dos filhos à escola, na compra de insumos alimentícios, na limpeza e no cuidado do entorno da moradia, entre outras tarefas. Por isso, tendem a fazer viagens mais curtas e diversas, espalhadas durante o dia em horários diferentes. Quantos maiores as dificuldades e as distâncias entre esses diferentes destinos, piores condições que estas enfrentam:

Em muitas comunidades onde falta água, por exemplo, são as mulheres que caminham vários quilômetros diariamente carregando baldes ou latas. São elas também que dedicam várias horas de seus dias para levar filhos à escola ou idosos a postos de saúde. A ausência destes e de outros itens, portanto, reduz o tempo disponível das mulheres para se dedicarem a outras atividades que garantam sua independência, além de impor maior desgaste físico, afetando sua saúde (ROLNIK et al, 2011, p. 15).

Por essa razão, tanto a mulher trabalhadora domiciliar quanto a do espaço público sentem o peso da mobilidade urbana na medida em que recaem sobre elas a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo e, dessa forma, precisam interromper seu trabalho para se “dividir” com a tarefa de cuidar dos familiares e da casa, bem como de prover insumos para viabilizar sua atividade. A soma de todos os deslocamentos urbanos subtrai o tempo e, conseqüentemente, os rendimentos das trabalhadoras informais, subordinando-as a um regime desfavorável em comparação aos empregados formais e homens (ITIKAWA, 2015, p.14).

Ademais, o urbanismo capitalista, ao contrário de propor soluções para realização dessas atividades de forma mais adequada, usualmente não considera a problemática que as envolvem. A mobilidade não é pensada para trajetos pequenos e polarizados no entorno dos bairros habitacionais, mas sobretudo para os trajetos longos/pendulares entre residência e trabalho. Podemos observar tal fato de forma clara na estrutura viária típica de nossas cidades, radial, que liga centro e periferia, mas que não conecta entre si os bairros não-centrais, sendo necessário muitas vezes um transporte até a área central para se locomover a um bairro vizinho, onde se localizaria a escola das crianças, o mercado ou o posto de saúde mais próximo. O próprio bilhete de transporte poderia ser pensado de outra forma, para que reduzisse o custo da realização de diversas viagens no mesmo dia.

Isto é, a urbanização desenvolvida pela sociedade capitalista privilegia consideravelmente as tarefas relacionadas à produção no lugar das necessidades, espaços e atividades relacionadas às

a realização das tarefas reprodutivas. As intervenções urbanas, o urbanismo e o planejamento urbano e territorial são constituídos de modo a auxiliar a produção capitalista (o fluxo de mercadorias, a circulação de trabalhadores e o lucro); e não o bem-estar cotidiano de seus habitantes.

Outro motivo se deve ao fato dos urbanistas, em geral homens, desconhecerem as necessidades cotidianas ligadas às atividades reprodutivas, em função da separação radical do trabalho entre homens e mulheres, e o conseqüente alijamento masculino destas. O planejamento urbano modernista funcionalista vai acentuar ainda mais o rebatimento da divisão sexual do trabalho no espaço da cidade, aprisionando as mulheres em determinados lugares, principalmente ao separar e hierarquizar substancialmente as áreas comerciais, industriais e residenciais (SILVA, 2003).

Ademais, no caso do Brasil, a separação de funções entre casa e trabalho nas cidades vai ser somada ao espraiamento, à dispersão e à extrema precariedade urbana dos espaços residenciais das classes mais pobres. Nestas condições, o que Henri Lefebvre chamou de “ideologia do Habitat” (a propriedade da casa proletária no subúrbio/periferia como forma de suburbanização dos operários), exerce opressão adicional quando se é mulher. Segundo o autor, tal ideologia implicou na prática do habitar dos mais pobres como meramente residencial, separando-o da vida e do habitar urbano, criando uma hierarquia espacial entre as classes, as propriedades e os proprietários, a partir do processo de descentralização/espraiamento. Em resultado, aconteceu o afastamento do proletariado da cidade e a sua conseqüente perda do sentido de vida urbana, fazendo a sua “consciência urbana” se dissipar (LEFEBVRE, 1991, p. 17). Tal situação vai ser ainda mais extrema no caso das mulheres, que tampouco usufruem minimamente das áreas de centralidade por estarem alijadas das atividades produtivas e do espaço público, ainda sofrem cotidianamente com a precariedade destes locais distantes, monofuncionais, com infraestrutura urbana e equipamentos públicos ausentes ou insuficientes.

Nesse sentido, a problemática que envolve a questão urbana relacionada à habitação tem um impacto generificado. A qualidade dessa moradia, sua localização e distância de serviços públicos de transporte, escolas, postos de saúde e parques, bem como suas condições em relação ao saneamento básico, água encanada/potável vão afetar a vida cotidiana das mulheres e a realização das tarefas relacionadas ao seu gênero (ALFONSIN, 2006)⁴⁷. Nesse sentido, podemos dizer que, no Brasil, os subúrbios, cidades-dormitório, periferias e cidades-satélites são, ao mesmo tempo, territórios negligenciados pelas políticas públicas urbanas e espaços de habitação das classes mais pobres, demarcadamente caracterizados por gênero e raça.

AUTONOMIA E EMPODERAMENTO A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO NOS MOVIMENTOS DE MORADIA

Em 2011, a relatora especial da ONU, Raquel Rolnik, lançou a cartilha “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?” (ROLNIK et al, 2011). O documento, fruto de uma pesquisa sobre políticas públicas relacionadas a habitação e gênero em diferentes países do globo destaca sete pontos fundamentais para garantia do direito à moradia para as mulheres: habitabilidade (condições de habitação adequadas); disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; localização adequada; adequação cultural (“a forma de construir a moradia e os materiais utilizados na construção devem expressar tanto a identidade quanto a diversidade cultural dos moradores e moradoras” in: Ibidem, p. 18); não discriminação e priorização de grupos vulneráveis (“idosos/as, crianças, pessoas com deficiência, pessoas com HIV, vítimas de desastres naturais, etc.” (Ibidem, p. 20); custo acessível; e, por fim, segurança da posse. Este último item se articula com o direito a viver sem ameaças de remoção, de forma estável e segura. Mas também há uma reparação

⁴⁷ Na sessão 2, discutimos sobre justiça ambiental e racismo ambiental.

histórica em assegurar o acesso das mulheres à habitação, como, por exemplo, preferenciar a titularidade feminina. Isso porque, em todo o mundo, a propriedade da terra e da moradia está, majoritariamente, nas mãos dos homens (Ibidem, p. 8 e 9)⁴⁸.

A segurança de posse como um direito a ser garantido para as mulheres é também importante porque a feminização da pobreza e a dependência econômica – aliadas a necessidade de proteção daqueles responsáveis por seus cuidados⁴⁹ – costumam ser os principais fatores de manutenção de situações de violência doméstica. Isto é, a “casa” não é apenas o cenário, mas, muitas vezes o protagonista de um “enredo trágico: muitas mulheres não conseguem pôr um fim na relação com o agressor simplesmente por não ter pra onde ir com seus filhos” (ROLNIK et al, 2011, p. 11). Segundo Raquel Rolnik, “para as mulheres, a não realização desse direito ou a sua violação têm consequências específicas, que não se verificam da mesma forma para os homens” (Ibidem, p. 5). O relato abaixo, realizado por uma integrante do movimento social União Nacional por Moradia Popular (UNMP) demonstra essa importância:

“Tinha uma mulher. Ela não era coordenadora, nada disso, só participava e trabalhava. Era uma pessoa assertiva, forte; não era quieta ou amuada. Só que alguns momentos, percebíamos que ela tinha sofrido violência em casa. Nessa época não tinha nem trabalho social, então a gente tentou ver com alguém que fosse mais próximo dela pra tentar conversar e tal, só que ela não aceitava. Não conversava sobre isso com ninguém, mas era nítido que de vez em quando algo acontecia. Às vezes ela ficava sem aparecer, então sabíamos que havia uma situação ali, mas não tinha nada que a gente pudesse fazer. Durante a obra inteira ela não falou nada, não abriu a boca. Aí acabou o mutirão e foram fazer as entregas lá. Na hora de pegar a chave e ela perguntou pra coordenação: “Escuta, a festa vai ser sábado. Domingo eu posso mudar?”. A maioria das pessoas ainda ia dar uma arrumada no piso, colocar cortina e tal. Mas pode né? A casa era dela. Aí ela chegou com a

⁴⁸ A exemplo de caso, segundo o Censo Comunitário Rural de 2000 (Confederação Nacional Agrária realizada em Brasília), 89% dos proprietários de terra são homens.

⁴⁹ Um grande impedimento para as mulheres não romperem ou denunciarem um agressor, é o fato de terem filhos – o que ocorreu em 78,72% dos atendimentos do Ligue 180 (dados de 2016).

*mudança e os filhos, passou uns dois dias e chega o marido lá, emputecido. Acho que foi umas 6h da manhã e começou a bater na porta e a xingar no meio da rua. Ainda morava pouca gente no mutirão, aí o pessoal foi ver o que tava acontecendo. Juntou todo mundo na rua. E ela não abria a porta, não saiu pra rua. Aí uma das vizinhas foi lá falar com ela e ela falou: “Pode mandar embora, você viu ele carregando um tijolo por aqui?”. Aí os homens foram lá e colocaram ele pra fora. Aí foi aquela choradeira né? A mulherada toda foi acudir ela. Ela disse **“Enquanto eu não tinha um teto pra colocar meus filhos embaixo, eu nunca levantei a voz pra ele. Eu entrei no movimento esperando esse dia. O dia que eu pudesse não depender mais dele e ter um lugar pra colocar meus filhos. Agora ele não encosta mais a mão em mim”** (Relato de Evaniza Rodriguez - UNMP, 2017).⁵⁰*

Este relato demonstra a importância da luta por moradia e a garantia da segurança de posse para o empoderamento e autonomia econômica das mulheres, bem como possibilitar às mulheres maior autonomia na manutenção de sua integridade física perante as violências de gênero.

Em paralelo a essa questão, acontece também o empoderamento como sujeito político a partir da participação nos movimentos sociais de moradia, fato comum entre homens e mulheres que iniciam um processo de militância. A ocupação torna-se um espaço privilegiado de organização política da classe trabalhadora, um local de experimentação de laços de solidariedade e autogestão, mas sobretudo de formação intelectual e política. Por isso a importância que os ocupantes dão a formação contínua dos moradores, que acontece de maneira teórica e prática, na autogestão coletiva do espaço. Podemos afirmar que a carência de moradia funciona em primeira instância como um núcleo aglutinador para, nas outras atividades cotidianas, resultar numa indagação sobre sua condição dentro do sistema capitalista (HELENE, 2009, p. 82 – 84). No caso das mulheres, esse empoderamento político abarca condições específicas. A

⁵⁰ A entrevista foi parte do trabalho final de graduação de Maria Pia Fahham: “O mutirão de autogestão pela perspectiva da mulher.” Apresentado à Escola da Cidade/SP em São Paulo, 2017 (FAHHAM, 2017).

conquista do espaço público/político a partir de sua participação em um movimento reivindicatório de direitos transforma substancialmente a autonomia dessas mulheres, já que este foi um espaço historicamente expropriado ao gênero feminino.

Nas narrativas dessas mulheres aparece como sua relação com o Estado, com as instituições e mesmo com seus maridos/companheiros/filhos/parentes mudou completamente após a participação nos movimentos. Muda a forma de ver a si mesmo e a sociedade em que estão inseridas, suas condições de subalternidade como mulher e suas possibilidades de reivindicação perante o Estado e o espaço público, mas também perante suas relações pessoais, lutando contra as desigualdades sexuadas na esfera privada. O relato abaixo, da coordenadora geral de um movimento de moradia que atua ocupando edifícios na área central de São Paulo demonstra de forma incisiva esse fato:

“Às vezes meu marido está na cama e fala “Vida, pega um pouco de comida pra mim?” e eu “Não, vai lá. Aproveita e traz pra mim também. Estou com fome”. [...] Ah e lembrando, antes de eu vir para o movimento eu tomava o maior chicote do meu marido. Apanhava muito. Muito. Eu me sentava e dizia “Bate, porque você é meu marido e você tem direito” [...]. “[marido falando] Hoje fulano foi brincar comigo na firma e eu disse: ‘não brinque comigo, eu bati na mulher essa noite’” [...] Quando eu passei a entender o movimento, participei de algumas formações e tal... quando ele veio para me dar [bater], ele deu a primeira, mas o restante ele levou tudinho. Eu me lembro que ele falou assim, com a cara toda arranhada (eu cortei toda a cara dele na unha, e soquei bastante). [...] Aí ele falou: “Ai... como é que eu vou trabalhar com essa cara?”. Eu falei “Você vai chegar na firma e você vai dizer: ‘não brinca comigo hoje não porque eu estou azedo, estou nervoso, porque eu apanhei da mulher esta noite’. Você entendeu? Porque chega, eu não vou mais baixar a cabeça para você”. E é assim, eu não abaixo a cabeça para homem nenhum” (Ivanete de Araújo, 2011, op. Cit.).

Podemos observar no seu relato como a sua maneira de se ver dentro do casal/família mudou, e como passou a exigir

tanto uma mais igualitária divisão das tarefas domésticas como o fim do poder violento do marido sobre seu corpo. Isto é, a independência econômica aliada a sua formação política foi fundamental para compreender que marido não tem “direito” a ser violento, e que ela não precisa “baixar a cabeça” para nenhum homem. A consciência política é apoiada pela reestruturação da hierarquia de poder em não mais depender economicamente do marido para manter sua casa. Segue outro exemplo, de outra moradora de um prédio ocupado no centro de São Paulo:

“A partir do momento que eu vim para o movimento, eu aprendi muita coisa. Nossa, porque quando eu morava lá na periferia né eu trabalhava em casa de família, chegava o final de semana, aí eu vou lavar roupa, fazer isso, cuidar de casa né, a partir do momento que eu entrei e vim pra dentro do MTSC, eu aprendi muita coisa, coisas que eu nem sabia que existia. Por exemplo, hoje em dia eu vou numa mesa de negociação, vou no gabinete de vereador, deputado, qualquer coisa né, vou sem medo né. Antigamente, meu Deus, pra chegar perto de um vereador, ou de um deputado era ‘a meu deus, é coisa de outro mundo!’ hoje não, hoje eu já vou sem medo, as vezes acontece de ter alguma briga aqui e chama a polícia, que é a coordenadora? Você vai na polícia? Vou, sem medo. No tempo que eu morava na periferia, eu via uma viatura eu já me apavorava, já me apavorava, é que aqui eu aprendi muita coisa, agradeço muito ao movimento, eu aprendi muito, eu acho que eu aprendo hoje, que eu tenho, que eu falo, tudo eu dou graças a deus de ter conhecido o movimento de ter vindo fazer parte desse movimento. E não só eu, toda a minha família. Eu agradeço muito” (Jomarina Pires da Fonseca, 2009, op. Cit.).

Podemos observar aqui como a participação de Jomarina no movimento e o cotidiano do espaço coletivo da ocupação transformaram sua relação com Estado e com o espaço público da política (“mesa de negociação”, “gabinete do vereador”, deputado, polícia, “qualquer coisa”), acarretando em seu apoderamento enquanto sujeito ativo no processo social. É interessante também as dicotomias de oposição que ela utiliza para demarcar como era sua situação antes de entrar no movimento: “quando eu morava

lá na periferia”, “trabalhava em casa de família”, “vou lavar roupa, fazer isso, cuidar de casa né”, “no tempo que eu morava na periferia, eu via uma viatura, eu já me apavorava” demarcando que a mudança em relação a sua participação na vida pública tem a ver com o fim de uma certa “alienação” ou isolamento ao qual estava submetida na periferia e nas tarefas domésticas. Isto é, reafirma uma ideia acerca das especificidades de empoderamento feminino no caso dos movimentos de moradia que atuam nas áreas centrais: demonstra como ela estrutura na sua história de vida e o momento da transformação na sua relação com o Estado e suas forças de repressão do (a imagem da “viatura” associada à violência policial) a partir da participação no movimento, mas também no momento em que ela muda da periferia para área central da cidade. O mesmo tipo de relato em oposição a um passado no qual as mulheres se sentiam isoladas no âmbito privado da casa e a um certo espaço da cidade podemos ver no relato abaixo, de uma moradora da Ocupação Mauá, no centro de São Paulo:

“Com o apoio aqui que eu tenho [na ocupação], eu estou conquistando as coisas que eu quero. Que eu sonhei [ela conta de sua experiência em ter um negócio próprio, uma venda na ocupação]. [...] ... agora EU SONHO. Antes, lá [na periferia] eu nem sonhava, vivia aquela vidinha ali, de dona de casa, de cuidar de filho...” (Raquel Guimarães Dutra, Ocupação Mauá - MTSC coordenadora ASTC-SP, entrevista de 2011⁵¹)

É importante dizer que isso não significa que estas mulheres deixaram de realizar as atividades domésticas, mas que não estão mais realizando-as sozinhas e/ou que estão realizando outras atividades para além das tarefas que realizava até então, sobretudo aquelas fora do solitário âmbito privado. Além disso, é comum o relato de como, o espaço coletivo da ocupação auxilia nas tarefas domésticas, como por exemplo o revezamento dos moradores nas tarefas de limpeza e de cuidado de crianças,

⁵¹ Transcrição de entrevista realizada no filme “LEVA”, Dir: Juliana Vicente e Luiza Marques, 55’00”, HD, Canal Futura, 2011.

sobretudo facilitando a situação de vida de mães monoparentais e idosos sem família. Como por exemplo no relato a seguir:

*“E as próprias crianças, tem uma história assim, que eu sempre arrumo um grupo e levo na pinacoteca com as crianças. Mas quando a gente passa assim, uns dois três meses sem ir, eles já ficam me perguntando ‘o tia, quando a gente vai na pinacoteca?’, ‘o tia quando a gente faz isso?’. É incrível, ‘o tia quando que tem uma festa assim?’ Então eu imagino essas crianças saindo né, e ir pra outro local, mesmo se cada um conseguir ir pra um prédio, uma casa individual, as próprias crianças vão sentir falta, que a tarde quando vindo da escola, eu fico ali na portaria eu vejo assim, por exemplo, um, uma pessoa aqui, um pai ou uma mãe, eles vão na escola eles trazem assim, umas cinco crianças né, do andar, eles trazem do andar. Ou então, de manhã leva e as próprias crianças já estão acostumadas a isso, ir junto pra escola vim junto, ir pra pinacoteca... [...] **Então isso eu sei que é todo mundo que vai sentir falta de disso, de viver na comunidade**” (Jomarina Pires da Fonseca, 2009, op. Cit.).*

Podemos adicionar a esse relato como o espaço do centro possibilitou uma outra opção de espaços de lazer/culturais para levar crianças, ou mesmo para os outros moradores poderem usufruir. É importante ressaltar a ausência deste tipo de equipamento público nas periferias, espaços importantes tanto para a formação cultural como para usufruto de diversão/lazer. Um relato comum das moradoras é a dificuldade de espaços para levar as crianças na periferia, fato este diferente nas áreas centrais, onde se encontram muitas opções.

LUTA PELO DIREITO À CIDADE E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL GENERIFICADAS

Quando se fala em direito à cidade é preciso dizer que a sua potência enquanto conceito para a luta coletiva urbana vem se expandindo para muito além da forma como foi pensado quando foi criado, em 1968, pelo filósofo francês Henri Lefebvre. Lefebvre

parte da segregação socioeconômica para explicar as diferenças de acesso aos direitos dentro da cidade. Segundo ele, o morador pobre periférico não apenas enfrenta longas horas de transporte público ao sair para trabalhar e voltar para casa, como é propositalmente alienado dos espaços urbanos de centralidade. O direito à cidade surgiria, portanto, como contrário à alienação provocada pela urbanização segregadora. Ademais, a ideia por trás do termo “direito à cidade” coloca em destaque não apenas quem sofre pela forma segregadora das nossas cidades, mas também o direito a fazer parte das decisões sobre como acontece a urbanização. Isto é, o direito à cidade se realizaria por meio do controle direto das pessoas sobre a forma de habitar a cidade. Nesse caso, a classe trabalhadora seria o “componente chave” no processo de transformação do espaço urbano, pois segundo Lefebvre, ela é a única capaz de pôr fim a segregação urbana das nossas cidades, que é dirigida especialmente contra ela. Isto é, estamos nos referindo a um conceito entre a tensão das decisões do planejamento urbano oficial e as reivindicações pelo direito de existir na cidade e usufruir dela de forma igualitária (LEFEBVRE, 1991).

Nesse sentido, os movimentos de moradia deram um passo fundamental quando passaram a reivindicar programas habitacionais nas áreas centrais das cidades, ocupando os prédios vazios. A luta por moradia se expandiu para a luta pela reforma urbana e pelo direito à cidade, levantando a necessidade de viver em locais dotados de infra-estrutura, equipamentos sociais e empregos. Enquanto muitos movimentos por moradia atuam ocupando glebas vazias nas margens urbanas, afirmando que a ocupação organizada pode reivindicar a correta distribuição de infra-estrutura urbana, os movimentos das áreas centrais disputam uma área consolidada, com grande potencial de lucros para a especulação imobiliária e de grande poder simbólico. Essas ocupações também se destacam por trabalhar em uma incongruência do urbanismo, pois se apoderam de construções abandonadas e subutilizadas, localizadas em áreas extremamente privilegiadas se comparadas às periferias urbanas. Nesse caso,

explicitam os problemas de atuação do capitalismo, ressaltando ao mesmo tempo o desperdício de infraestrutura e a precarização da vida das classes pobres (HELENE, 2009), sobretudo da vida das mulheres. As conquistas em relação a mobilidade e o acesso a cidade infraestruturada são as mais evidentes. É comum o relato de como os moradores gastavam de três a quatro horas para chegar de seu local de moradia na periferia aos locais de trabalho no centro, e como agora fazem “tudo a pé” ou de bicicleta:

“Eu cheguei aqui eu me lembro [...] comecei a trabalhar no shopping birapuera, depois saí, trabalhei no grupo pão de açúcar, daí construí família e depois ficou difícil eu trabalhar em firma que tinha horário para sair, horário para entrar, aí eu comecei a sair e comecei a trabalhar em casa de família né, porque antigamente não existia creche nas periferias, como hoje mesmo é muito complicado você encontrar uma creche na periferia. Aí quando surgiu a oportunidade de vim morar aqui, aqui no centro, nossa eu achei incrível né, vir morar aqui no centro, e aqui no centro é tudo mais fácil né, até o emprego, escola, médico, tudo aqui é fácil aqui no centro. Por exemplo, a maior parte das pessoas que moram aqui, no prédio eles trabalham na economia informal. Por exemplo eles saem de manhã vão aventurar na [Rua] 25 [de março], na [Rua] José Paulino, ali no Viaduto Santa Ifigênia... mesmo correndo do Rapa, da GCM [Guarda Civil Municipal], da polícia militar, mas eles tão aventurando. Agora você morando lá na periferia, não tem como você pegar uma sacola, vir aqui pra cá pro centro, porque aí você vai depender de uma condução, vai depender do almoço né, pois quem mora aqui no prédio, vai trabalhar na [Rua] 25 [de março] e vem almoçar aqui. Então tudo que consegue, qualquer dinheirinho dá para sobreviver. Toda a minha família que mora aqui eles trabalham aqui no entorno né. E quando depende da condução eles vão de bicicleta. Então é muito prático mesmo, é muito bom morar aqui no centro por causa dessas facilidades que tem” (Jomarina Pires da Fonseca, 2009, op. cit.).

Ademais, neste relato, observa-se as dificuldades de inserção no mercado quando se é mulher e mãe (“daí construí família e depois ficou difícil eu trabalhar em firma”) e pior ainda quando as condições urbanas no entorno habitação são

precárias (“antigamente não existia creche nas periferias, como hoje mesmo é muito complicado você encontrar uma creche na periferia”). E como morar em uma área multifuncional e não apenas residencial e destinada às atividades reprodutivas pode trazer uma outra maneira dela, como mulher, se apropriar da cidade.

Por meio dos relatos apresentados e da observação do cotidiano dessas ocupações, percebe-se como a qualidade de vida das mulheres mudou substancialmente ao não estarem mais isoladas nas tarefas domésticas nos subúrbios e na periferia. Isso envolve, sobretudo, as facilidades de manutenção das atividades reprodutivas por meio da proximidade de serviços públicos e dos postos de trabalho, face ao que descrevemos antes sobre a constituição das cidades. Ter a oportunidade de morar no centro da cidade, este local onde foram privilegiadas as infraestruturas e a instalação de equipamentos urbanos, ao contrário do que é realizado pelo poder público nas periferias. As conquistas vão da reestruturação das hierarquias de poder dentro do espaço privado e a segurança contra a violência doméstica; a reapropriação do espaço público/político e a conquista de um espaço urbano mais adequado às tarefas de reprodução da vida cotidiana.

Podemos dizer que as mulheres participantes desses movimentos sociais engendram uma luta por direito à cidade contra uma segregação socioespacial generificada. Disputam não apenas o direito de viver em espaços apropriados para as tarefas relacionadas à reprodução da vida, mas também uma luta pelo valor de uso da moradia e os espaços relacionados a ela. As mulheres, nesse sentido, ao lutar pelo direito de usufruir de condições inerentes à vida desvelam dimensões fundamentais da luta pelo direito à cidade. As histórias de vida na luta por moradia dessas mulheres explicitam que as diferenças de gênero se articulam de forma indissociável às outras formas de opressão capitalista que estruturam as desigualdades urbanas, engendrando uma luta por direito à cidade marcada por segregações de classe, raça e gênero.

A LUTA DAS MULHERES NA FAVELA DA PROVIDÊNCIA E OS ESPAÇOS GENERIFICADOS EM RESISTÊNCIA

ROSSANA BRANDÃO TAVARES

* Este texto faz parte da tese de doutorado, defendida em 2015 no PROURB/UFRJ: *Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero*. Também é uma versão de artigo publicado em 2022, no livro *Zona portuária do Rio de Janeiro: múltiplos olhares sobre um espaço em mutação*, organizado por Letícia Giannella e João Carlos Monteiro.

Cf. TAVARES, Rossana Brandão. *Indiferença à Diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero*. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Urbanismo, UFRJ, 2015;

TAVARES, Rossana Brandão. Espaço generificado em resistência pelo direito ao espetáculo, apesar do Porto Maravilha. In: GIANNELLA, Letícia; MONTEIRO, João Carlos (org). *Zona portuária do Rio de Janeiro: múltiplos olhares sobre um espaço em mutação*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022.

O período em que se inicia a movimentação político-institucional para fazer acontecer o projeto Porto Maravilha revelou para moradores vulneráveis às práticas de poder, desdobramentos cotidianos de violação de direitos por parte da prefeitura e empreiteiras através de agentes públicos, trabalhadores e aliados. Naquele momento, os movimentos de luta pela moradia, grupos e organizações, assim como coletivos, se reorganizaram ou ainda surgiram não mais em torno de uma agenda tradicional

da Reforma Urbana, ligada às frentes temáticas da moradia, saneamento e transporte. Muitos se mobilizaram no Comitê da Copa e Olimpíadas e em frentes específicas, como o Fórum Popular da Vila Autódromo e o Fórum Comunitário do Porto, quando projetos urbanos eram justificativas para ações violentas de despejos e remoções forçadas, exigindo de militantes e atingidos pelos projetos que se compreendessem novos sentidos de ação, mas também a sua própria existência naquele contexto, na relação corpo-espço. Novamente no Rio de Janeiro, de forma intensificada desde o governo Carlos Lacerda (1960-1965), as remoções forçadas referem-se ao risco material corporificado da violência institucional materializada pela atuação de escavadeiras, obras, policiais. Corpos não só disputando o lugar da sua moradia, mas corpos lutando pela própria existência.

Evidenciou-se a cumplicidade sofisticada para espetacularizar e alisar um território praticado (RIBEIRO, 2013). Eliminar o praticado é dar centralidade apenas ao formal desprovido de sentido social, somente cenográfico. Neste contexto, o diferencial e o diverso somem. Como se gritassem num deserto. Cumprem-se meramente as “formalidades participativas”, ou seja, realização de reuniões e audiências de fachada. Pronto. Um território lido como negro e também feminino, porque objetificado, encarado como frágil e passível de ser violado ao partir do entendimento que ali se sintetiza: corpos negados que podem ser removidos, violentados para a criação de uma espetacularização inerente ao acontecimento do projeto Porto Maravilha. Uma leitura de um sentido não só de localização, mas de território, que nele expressa e direciona o exercício do poder, que abarca racismo e patriarcado, embora ali não haja apenas pessoas feminizadas e negras. Maravilha pra quem?

O FCP evidentemente através das mulheres construiu o seu processo participativo pela eminência cotidiana à condenação de despejo literalmente forçado, que estava ocorrendo em bairros do subúrbio e da zona Oeste, mas também na zona portuária. Ou seja, não eram apenas ameaças, as remoções estavam acontecendo no

cotidiano delas, na cidade, na região. Reuniões e audiências com a prefeitura, Ministério Público, Defensoria Pública e outros órgãos, como de atividades de pressão e resistência, eram oportunidades para impedir o que parecia inevitável. Destaco algumas questões importantes enfrentadas neste caminho. Primeiramente, o processo de participação formal é fictício. As audiências realizadas apresentavam o projeto de urbanização já definido. Não houve nenhuma dinâmica de envolvimento de moradores na concepção e avaliação do projeto. Mesmo as reuniões informativas não apresentavam dados precisos sobre cronograma e reassentamento de famílias. As sugestões de mudança não foram incorporadas, apenas o que se adequava às demandas da prefeitura. Tal situação gerou um clima de incerteza sobretudo entre as mulheres, preocupadas com o seu destino, já que havia notícias de que, em outras favelas, as famílias estavam sendo reassentadas a 40 km de distância, longe de seus vínculos sociais de solidariedade e de identidade urbana; ou, ainda, estavam sendo indenizadas em dinheiro com valores inferiores ao do mercado imobiliário da zona portuária. Neste caminho, elas se davam conta de como a presença e a performance delas desorientava esses espaços, numa dicotomia explícita entre a pré concepção sexista sobre a capacidade de mobilização daquelas mulheres e seus aliados, e a potência de deslocamento e geração de possibilidades de resistências.

Na favela da Providência, 49,6% dos domicílios eram chefiados por mulheres e, na localidade da Pedra Lisa, considerada a mais pobre da favela, cerca de 83% dos domicílios constavam as mulheres como responsáveis, segundo o Censo Demográfico 2010. Só esses dados demonstram a importância simbólica, política e material desta mobilização para as mulheres. Ao mesmo tempo, o quantitativo maior de mulheres, e percentuais significativos de mulheres responsáveis por domicílios particulares, não se traduziu em maior relevância de seus interesses frente ao projeto. Pelo contrário, vimos no decorrer da nossa participação como elas são mais vulneráveis ao assédio de técnicos da prefeitura, com o objetivo de realizar despejos infundados e forçados.

No geral, é relevante destacar que as mulheres se tornam mais vulneráveis por residirem em locais comparativamente mais precários. Podemos citar dois casos para ilustrar: a Pedra Lisa, grande alvo do projeto de urbanização; e as casas que estavam no caminho da intervenção de um teleférico, o qual não correspondia às demandas de melhoria na mobilidade e acessibilidade da favela. No prédio chamado “Apê”, na Ladeira do Faria, número 125, próximo da estação do teleférico, foram removidas dezenas de famílias. Vinte e uma mulheres eram responsáveis pelos 34 apartamentos mapeados. Todas passaram a receber o aluguel social, benefício de R\$400,00 mensais que correspondia a 55,2% do salário-mínimo em 2013. Na Pedra Lisa, chegou-se a cogitar a remoção completa da favela, fundamentada pelo discurso do risco ambiental. Porém, segundo dados produzidos pelo Ministério das Cidades em 2005, em parceria com a Fundação Instituto Geotécnica do Município do Rio de Janeiro (GEO-Rio),⁵² a Favela da Providência não apresentava riscos ambientais que justificassem remoções. Desse modo, concluímos que a decisão da remoção foi direcionada aos locais onde se avaliava haver menos resistência, justamente pelo nível de precariedade e vulnerabilidade social, e assim garantir os objetivos de “embelezamento” da favela ao invés de melhorias sócio-urbanas reais para suas/seus moradoras/es.

Sabemos que as remoções se fundamentaram pela própria concepção do projeto. Como denunciado no relatório chamado “contra laudo”, elaborado por técnicos que se engajaram no FCP, é possível perceber as inconsistências das justificativas presentes no material produzido pela prefeitura. O relatório intitulado “Relatório técnico sobre áreas de risco na Providência e Pedra Lisa” (SANTOS E ASEVEDO, 2011) evidencia a fragilidade técnica dos documentos apresentados à população nos poucos encontros promovidos na favela pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH), além de qualificar a fragilidade os dados

⁵² Documento disponível em: <http://www.sarj.org.br/uploads/documentos/42.pdf>. Quando dos preparativos para os Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro.

do edital do projeto. Uma das questões mais intrigantes diz respeito à produção dos mapas das áreas de risco, que foram classificadas como áreas de alto e de baixo risco. Não há áreas de transição, isto é, de médio risco. Ainda, segundo os técnicos do contra laudo, as áreas consideradas de alto risco eram inconsistentes do ponto de vista técnico, pelo fato das casas resguardarem distância de segurança em relação a alambrados e limites já construídos em intervenções anteriores (como no período do programa municipal Favela Bairro), somada à presença de contenções e obras de engenharia consideradas suficientes. Outro aspecto problematizado pelo contra laudo são as remoções em função das obras de urbanização, que fizeram aumentar sensivelmente o quantitativo previsto de famílias a serem removidas da favela. Estimava-se que 351 domicílios na Pedra Lisa seriam removidos por conta de um suposto risco, ou seja, toda a área. Já na Providência, estimava-se o número de 164 domicílios. Em função da urbanização, seriam 317, totalizando 832 casas, em um universo de 1.720. Não é difícil concluir que o foco da prefeitura era o de mudar radicalmente as características socioespaciais, interferindo na dinâmica sociocultural e na preservação da memória coletiva de uma região de reconhecido valor histórico para a cidade. A estimativa de 2013 é que 140 famílias foram removidas, e em 2015, moradores da Pedra Lisa se viram novamente ameaçados.

O discurso do risco surge aos moradores e moradoras da Providência através: (i) do boca a boca na vizinhança promovido por pessoas ligadas às obras, seja como empregados da empreiteira responsável pela sua execução, seja por relações de interesse político; (ii) das marcações nas casas a serem removidas com as iniciais da Secretaria: SMH; (iii) das abordagens de funcionários da prefeitura, caracterizadas pela pouca precisão das informações fornecidas, pela falta de oficialidade, por ameaças verbais, por notificações da Defesa Civil ou da própria prefeitura para negociar no gabinete do prefeito o processo de remoção,

desconsiderando os direitos das famílias; e (iv) pela presença do próprio secretário de Habitação, à época, quando nos casos de maior resistência, principalmente os das famílias ligadas ao FCP, que haviam acionado a Defensoria Pública, o Ministério Público e publicizado, através da imprensa nacional e internacional, os diversos casos de violação de direitos humanos em função das ameaças e remoções.

Em entrevistas com moradoras da Providência, é evidente em suas falas o estranhamento quanto a tal discurso, uma vez que no período onde havia a presença de traficantes e conflitos armados na favela, o governo não promoveu ações de retirada de famílias por conta do risco que sofriam pela violência urbana iminente. Elas afirmaram que há décadas atrás, muitas famílias, residentes em prédios próximos às escadarias da Ladeira do Barroso, construídas entre os anos 1930 e 1950, pagavam aluguel formalmente às imobiliárias ou aos seus proprietários. Entretanto, com o tráfico de drogas na Providência, muitos proprietários abandonaram seus imóveis. Aqui, vemos as contradições entre a própria percepção do risco e do sentimento de vulnerabilidade da população local, e da postura do governo frente aos problemas sociais da região, desconsiderando o impacto dessas remoções para além dos aspectos materiais, mas também psicológicos e comunitários na vida das mulheres cujos vínculos sociais de vizinhança e proximidade são parte da estratégia de resistência em condições de precariedade, sobretudo, para garantir as práticas espaciais associadas direta e indiretamente à reprodução social.

Nas favelas, o processo de construção das moradias e os espaços destinados ao uso público se confundem. Trata-se de um processo em que a relação tempo e espaço se torna fundamental. Também se trata de um paradoxo que se estabelece na relação entre os espaços público e privado. Mesmo assim, o espaço privado materializado pela moradia serve como uma espécie de concretização da resistência das mulheres no sentido de buscar algumas garantias, como a estabilidade social.

Ana,⁵³ uma das moradoras entrevistadas, ao relatar a sua história em sua casa à época, ameaçada durante cinco anos de despejo em razão do projeto de urbanização na Providência, nos revelou sobre como veio a morar em um apartamento na Ladeira do Barroso.

“Foi através de imobiliária. Aluguei, aí fiquei pagando aluguel por um bom tempo. Fiquei pagando, pagando, até que tem nove anos que parei de pagar aluguel. Porque parei de pagar aluguel? Porque descobri que a gente tava pagando aluguel e eles não nos davam atenção, a gente precisava de atenção na parte externa do prédio. No outro lado do prédio, tava horrível. O que adiantava? Eu fazia melhora dentro da minha casa e eles não davam nenhuma assistência pra gente. Aí fomos ficando sem pagar o aluguel. Quando a bomba queimava, eu que corria atrás pra arrumar pra consertar e colocar no lugar. Uns moradores colaboraram, outros não. Daí você cansa, eu cansei. Inclusive hoje as pessoas falam: ‘Esta mulher que é a dona do prédio’. Não sou a dona do prédio. Eu só não me encostei” (informação verbal fornecida por Ana, moradora da favela da Providência em 2012).

Ana é moradora da Favela da Providência há décadas. Mas sua última casa, de modo diferente do que ocorre comumente nas favelas cariocas, detinha de formalidades imobiliárias. Segundo ela e outras vizinhas, como Cláudia (também moradora do prédio) e Neuza, diante da presença cada vez mais ostensiva do tráfico de drogas, nos anos 1990 e 2000, muitos agentes imobiliários que gerenciavam casas e prédios próximos às áreas mais informais da favela, começaram a abandonar os imóveis. Todos imóveis antigos que provavelmente foram construídos em meados do século XX, já que possuem vigamentos, janelas de madeira e características arquitetônicas que remetem ao período. Desde 2011, Ana vinha recebendo ameaças formais da prefeitura e sendo sistematicamente assediada por pessoas ligadas à gestão municipal, empreiteiras e moradores “simpatizantes” das ações

⁵³ Os verdadeiros nomes das(os) entrevistadas(os) foram substituídas a fim de resguardar as respectivas identidades.

na favela, em função do Programa Morar Carioca. Ela, Cláudia, Neuza e outras moradoras sofreram o mesmo tipo de ameaças e assédios ao longo dos anos, mesmo detendo legitimamente o direito à posse de suas casas, como garantido pelo Estatuto da Cidade. Não basta o direito formal. A luta pela preservação da paisagem social da favela e a garantia da reivindicação de permanecer depois de tantos anos, nos termos de quem reside na região, respeitando sua história e sua cultura, representa a desconstrução, na prática, de um urbanismo de Estado que é a favor da imposição da ordem urbana onde simplesmente seus corpos e territórios praticados devem ser domesticados ou suprimidos, segundo uma moral, uma normativa produtora de desigualdades e violências. Uma ideia de modernidade colonizada que deslegitima seus desejos e interesses de gênero⁵⁴, marcados profundamente por uma experiência urbana generificada, onde muitas são responsáveis economicamente por seus domicílios, em condição de vulnerabilidade social radicalizada pelo projeto Porto Maravilha.⁵⁵

“A minha mãe nasceu no morro da Providência, lá no Alto Cruzeiro, ela se criou neste morro. Há 86 anos, ela mora na Providência, só que houve uma época que ela morou em Vaz Lobo, dois anos, três anos, não aguentava pagar aluguel e voltava porque aqui na Providência ela tinha residência. Todas vezes que ela encontrava dificuldade na vida, separava do meu pai, voltava morar aqui. Agora aqui, que é Ladeira do Faria, 125 da casa 4. O Apê tinha três prédios e aqui tem dois endereços. Ladeira do Faria 179 e 125. E este lado onde moramos hoje há mais de 30 anos,

⁵⁴ Maxime Molyneux (2010) apresenta a partir da pesquisa sobre as mulheres na Revolução Sandinista a questão acerca dos “interesses estratégicos” e “interesses práticos”. Os “interesses de gênero” são aqueles em que mulheres (e homens) desenvolvem a partir do modo como são posicionadas socialmente, por meio de atributos de gênero, podendo ser estratégicos ou práticos, cada um direcionado de diferentes formas e envolvendo diferentes implicações para as respectivas subjetividades. Os estratégicos formulados a partir do que seria uma consciência de luta por emancipação feminina. Os interesses práticos se relacionam às condições concretas do posicionamento das mulheres na divisão sexual do trabalho.

⁵⁵ Não é possível neste caso separar o programa Morar Carioca na Providência e o projeto Porto Maravilha. Todo o contorno do projeto de urbanização e suas dinâmicas institucionais são forjadas neste contexto.

aqui, é uma vila de casa. Tem a casa 1, 2, 3, até casa 9. Então, neste lugar minha mãe mora mais de 35 anos, só aqui. Porque neste lugar aqui a minha outra irmã, o marido dela foi zelador aqui, quando era um condomínio fechado, era tudo organizado. Em 1980, alguma coisa assim começou virar bagunça porque o homem que veio receber os aluguéis que dizia ser o advogado do dono não veio mais receber. Tem aqui o nome no carnê do IPTU” (informação verbal fornecida por Neuza, moradora da favela da Providência, em 2012).

Neuza e sua família estabeleceram um processo dinâmico de práticas espaciais de resistência que extrapolaram a Favela da Providência. A relação de sua mãe com a favela é de proteção e de resistência às dinâmicas urbanas na cidade que minimizaram, ao longo dos anos, a sua vulnerabilidade, mas também das contradições nas relações de gênero no âmbito de seu casamento, por exemplo. A casa ganhou significado material de existência, para além da moradia.

Analizando a história de Neuza e das favelas do Rio de Janeiro, é possível afirmar que a favela é *locus*, processo e resultado de uma resistência que, ao mesmo tempo, é individual e coletiva. Desde a forma arquitetônica das casas até o modo como o tecido urbano se debruça geograficamente, releva os interesses de diversas dimensões. A casa é essa expressão significativa das práticas espaciais de resistência que nos fazem entender as razões pelas quais as mulheres tornam-se protagonistas na resistência contra os despejos. São seus territórios praticados ameaçados. Um paradoxo que se relaciona com a dimensão urbana e territorial do habitat e não apenas restrita aos muros da casa.

Outro aspecto que revela a conformação dos interesses das mulheres mobilizadas no FCP, foi a resistência em torno da proposição de um plano inclinado nas escadarias da Ladeira do Barroso com a justificativa de melhoria da acessibilidade. As/os moradoras/es mobilizadas/os foram, desde o momento da apresentação da proposta, contra a intervenção. A importância da escadaria se relaciona aos acessos às casas marginais e ao valor

histórico, uma vez que teriam sido construídas pelos primeiros moradores da favela, ex-escravos em fins do século XIX.

Por mais que a questão da acessibilidade seja algo fundamental para favelas em morros, como é o caso da Providência, ainda se preferiu uma alternativa que preservasse a escadaria. Como esse é o acesso principal para a parte mais alta, o projeto não levou em consideração a dimensão e a nuance desses interesses, direcionando-se apenas aos aspectos práticos e tidos como funcionais. Ademais, no caso do programa Morar Carioca na Providência, não é possível afirmar que se trata apenas de uma dimensão estritamente metodológica de projeto de urbanismo. O projeto surgiu como instrumento de materialização dos interesses econômicos e especulativos em voga na cidade, especialmente turísticos, como revelado inúmeras vezes no discurso do prefeito sobre a Providência.

*“Tenho certeza que este lugar se tornará um novo ponto turístico da cidade, além de beneficiar a população, que já vive numa comunidade pacificada. A vista daqui é sensacional. De um lado temos a ponte Rio-Niterói e as montanhas do interior do estado e de outro o Pão de Açúcar e o Cristo Redentor.”*⁵⁶

Por outro lado, a experiência de analisar os impactos do Morar Carioca também em outras favelas do Rio de Janeiro permitiu compreender que a questão da acessibilidade atravessa diversas dimensões dos interesses das mulheres. Podemos enumerar desde a questão da segurança, devido ao perigo da violência urbana e de assédios, até a funcionalidade e conforto ao longo do percurso. Se trabalhamos somente a partir do processo de participação (que na prática se tornou apenas “depósito de demandas”), por exemplo, para levantar esses fatores, é possível que se perca a dimensão real desses interesses e podemos incorrer na reprodução de uma cartilha de boas práticas em urbanismo, repetindo a mesma dinâmica de desterritorialização

⁵⁶ “Eduardo Paes faz primeiro teste no teleférico da Providência no RJ”, Terra, 21 dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3pHfYks>. Acesso em: 22 dez. 2012.

desses corpos-território, sem os despejos. Assim, o processo participativo tradicional não bastaria para a perspectiva aqui defendida. Esse é um paradoxo importante porque o FCP resistiu à espetacularização buscando brechas junto com aliadas/os para a “virada de mesa”, buscando abrir possibilidades do seu direito ao espetáculo, de aparecer em seus termos, e não das formalidades participativas. Diariamente era momento de “dar espetáculo”, pois o processo de espetacularização poderia literalmente bater à porta, com uma performance e práticas sociais e espaciais de violência, com escavadeiras, policiais, agentes da prefeitura e do judiciário.

Apostura das instituições envolvidas e dos homens, moradores que também participam das atividades de mobilização, ou nas reuniões institucionais, interferiram e determinaram as práticas. Não foram raras as situações de conflito com agentes do governo ou mesmo com algum morador na disputa do protagonismo no processo, ou pela falta de apoio prático às mulheres que estavam em situação mais vulnerável. Era perceptível, a partir dos relatos que surgiram nas reuniões do FCP, que representantes da SMH e empreiteiras eram mais incisivos e insolentes com as mulheres do que com os homens. Desse modo, é possível perceber caminhos já constituídos que não são evidentes nos mecanismos da política urbana, que se refere ao modo como, na prática, o planejamento se impõe, não só pelas leis, decretos e determinações da gestão pública mas pela presença violenta, heteronormativa e misógina com vistas a garantia dos objetivos do projeto

Para evitar generalizações, sabemos que a resistência às ameaças ao direito à moradia não está dada. Quando vimos os casos de moradoras que resolveram ceder às pressões para sair de suas casas (que não se justificavam de fato pelo risco ambiental, apesar do discurso da prefeitura), a maioria não estava mobilizada em torno da luta pela moradia. Mostravam-se passivas e abertas às negociações, diferentemente das que permaneceram. As “resistentes” se caracterizaram por um discurso mais contundente e por ausência de intimidação diante das ameaças, mesmo por

parte do poder público, sendo este um dos fatores importantes nesse processo.

Segue o depoimento de Ana sobre as abordagens de uma agente da SMH e o relato de sua reação.

“Na segunda convocação, apareceu aquela moça que se dizia da prefeitura. Não tinha nada que dissesse que era da prefeitura. “Olha, você tem que ir lá, você tem que ir lá na prefeitura, você tem que conversar”. Falei: “Filha, não perdi nada na prefeitura”. Porque quando a Marli veio fazer as marcações das casas com aquela sigla, que meu número é 1568 aquela sigla SMH. Eu falei pra ela que eu não faço parte daquela época de Hitler, porque o Hitler fazia aquilo. Marcava aquelas casas daqueles que estavam prestes a morrer. Ela falou: “Não é nada disso não, a senhora tá muito nervosa”. Falei: “Não vou!”. E acabei não indo. Até hoje. Ai depois disso tudo começou os tipos de ameaça. Passava e apontava” (informação verbal fornecida por Ana, moradora da favela da Providência em 2012).

Sônia, moradora da Pedra Lisa, afirmava que o FCP contribuiu para que ela continuasse resistindo e também mobilizasse e orientasse as pessoas dessa parte da Providência. Ela sempre relatava que prevenia as/os moradoras/es a não deixar ninguém entrar nas residências se não fosse por ordem judicial, que ninguém era obrigado a assinar papéis que não fossem oficiais, e que nas reuniões organizadas pela prefeitura era importante a mobilização de todos para pressionar por informações e discutir o projeto. Nas abordagens “oficiais” realizadas na casa das famílias marcadas para serem removidas, as/os agentes se apresentavam sem identificação, com documentação sem nenhum valor legal, sem nenhuma possibilidade de questionamento ou negociação. Por conta disso, se instaurou um clima de insegurança entre moradores. Ninguém sabia quando e o que poderia acontecer de fato.

Como já mencionado, a Pedra Lisa seria uma das áreas mais impactadas pelo projeto. Sempre que o FCP conseguia articular uma reunião, inúmeras mulheres apareciam, muitas com seus filhos, aflitas com as ameaças da SMH. Todas muito

assustadas com a situação, mas não se mobilizavam para além das convocatórias do Fórum. Sônia tinha sido uma dessas participantes nas primeiras reuniões do FCP. Aos poucos era visível a sua firmeza e a clareza de seus interesses, apesar do medo de perder a casa. Sua participação foi importante na tentativa de articulação da população no debate em torno do programa Morar Carioca e de seus impactos.

As relações de solidariedade também foram fundamentais para a resistência. Na série de reportagens publicadas pelo jornal *O Povo* em janeiro de 2012 (Figura 5), grande parte dos casos relatados eram de famílias chefiadas por mulheres que haviam cedido às pressões da prefeitura, seja pela situação precária que as obras impuseram, seja por problemas de saúde, ou mesmo por medo. A fonte do jornalista Felipe Martins, responsável pela matéria, foram as mulheres do FCP que mapearam os casos para que a reportagem pudesse ser feita, na expectativa de que a publicidade das sugestões gerasse algum tipo de constrangimento público à prefeitura e, assim, reverter a situação dessas moradoras. Todavia, os casos de violação ao direito à moradia de moradoras que foram “reassentadas” via aluguel social, ou de compra-assistida⁵⁷, não se reverteram. O problema dessas modalidades oferecidas em 2011 (antes da paralisação das obras, graças à liminar da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro em 2013⁵⁸) foi que os valores destinados às indenizadas comprometeram a permanência das famílias na região, em função do processo especulativo já evidente na área portuária. Na compra assistida, inclusive, não se levou em consideração o valor do solo, apenas o que foi construído. Resultado: a possibilidade da compra de outro imóvel em condições piores a anterior, seja em termos de dimensões e adequação habitacional, seja em termos de localização.

⁵⁷ Segundo o decreto nº 34.522 de 3 de outubro de 2011 que trata da demolição de edificações e relocação de moradores em assentamentos populares, define compra-assistida como “a compra de uma nova moradia, preferencialmente na própria comunidade”.

⁵⁸ Quando a Prefeitura do Rio de Janeiro só tinha autorização a continuar com as obras do teleférico decisão judicial em processo.

POVO
 NO 3

Quem ã 'Mora Bem' agora é quem tem que se virar com o Aluguel Social

O drama de desalojados da Providência que não conseguem moradia digna com os R\$400 pagos pela Prefeitura

Elaine Martins

"Mora bem, mas não tem nada de bom aqui". Assim, estas frases, o morador Pereira, de 50 anos, impôs a dor de uma família desalojada de casa na Favela da Providência pela Prefeitura e que passou a depender do aluguel social de R\$400. A casa onde passaram a viver apresenta graves problemas de infraestrutura: falta de água, falta de luz, falta de saneamento básico, falta de ventilação de ar e falta de segurança. A mãe de Pereira, Damião, tem 31 anos, vive com forte ilusão de que a casa é sua, mas sabe que não é. Ela conta de um ano para cá a luta para conseguir a casa e a luta para conseguir o aluguel social de R\$400. Ela conta de um ano para cá a luta para conseguir a casa e a luta para conseguir o aluguel social de R\$400. Ela conta de um ano para cá a luta para conseguir a casa e a luta para conseguir o aluguel social de R\$400.



Medição observou o aluguel social de R\$400 enquanto os novos perfis do programa Morar Carioca não foram concluídos.



“Eu tenho que trabalhar para não ficar sem pagar o aluguel social. Tudo o que eu ganho é para a família e para pagar o aluguel social.”
 Damião, mãe de Pereira
 Desempregada

R\$ 3 mil investidos em obra viraram ruínas

A Prefeitura de Damião investiu R\$ 3 mil em uma obra de construção de casas populares. Mas, ao invés de casas novas, o que se viu foram ruínas. A obra foi abandonada e as estruturas estão em estado de degradação. A Prefeitura não conseguiu pagar os fornecedores e os materiais ficaram sem ser usados. A obra foi abandonada e as estruturas estão em estado de degradação. A Prefeitura não conseguiu pagar os fornecedores e os materiais ficaram sem ser usados. A obra foi abandonada e as estruturas estão em estado de degradação. A Prefeitura não conseguiu pagar os fornecedores e os materiais ficaram sem ser usados.



Uma das casas com infraestrutura e acabamento que a Prefeitura conseguiu alugar para a família de Damião.

Figura 5 - Matéria do jornal POVO sobre as remoções na Providência.
 Fonte: POVO DO RIO, 25 de janeiro de 2012.

É importante ressaltar que, dentre os homens mobilizados no FCP, nenhum cedeu à pressão da SMH para sair de suas residências. Inclusive, poucos eram aqueles que traziam em seu discurso, durante as reuniões, situações de assédio como os praticados contra as mulheres por parte de algum funcionário do governo, ou das empresas responsáveis pelas obras. Esse dado reforça a hipótese de que as mulheres são mais vulneráveis a esse tipo de prática de coação.

Outro exemplo que contribui para a problematização da prática e das respectivas práticas sociais (espaciais) e interesses das mulheres, refere-se à manifestação contra a construção da estação do teleférico na praça Américo Brum, em julho de 2011, onde havia uma quadra esportiva, tendo sido até então um importante ponto de encontro e referência da favela. Apesar da presença dos policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), ficou evidente o protagonismo das moradoras na resistência contra o Morar Carioca, materializado, naquele momento, pelo cercamento da praça para a construção da estação. Do discurso à clareza dos argumentos. Além de estar em maior número (cerca de 40 pessoas participaram), foram elas que buscaram dar visibilidade às suas reivindicações com a mídia presente, e dialogaram com as autoridades a fim de construir uma alternativa. Nessa ocasião, vimos prática espacial e performance, nos termos de Gillian Rose (1993), uma inerente à outra, pois seus corpos se revelavam nesse “espaço paradoxal” como dominados e ao mesmo tempo autônomos para mudanças, isto é, reais instrumentos de possibilidade. É importante ressaltar que, nessa manifestação, não houve grande cobertura da imprensa (Figura 6). Por essa razão, tratava-se de uma manifestação “invisível”, sem palco, apenas práticas de resistência de moradoras/es de um lado, e de policiais e trabalhadores das empreiteiras que mantiveram as obras iniciadas na praça naquele dia 19 de julho, protegidos por funcionários da SMH e da Polícia Militar.



Figura 6 - Moradora discutindo com policiais da UPP em função de um protesto contra o teleférico (jul. 2011).

Fonte: a autora.

A violência simbólica, psicológica, institucional, cujas consequências se refletem no corpo dessas mulheres, torna-se instrumento de remoções não só desses corpos e suas casas, mas de suas práticas espaciais e, conseqüentemente, de suas resistências, construídas no espaço da favela ao longo de sua história. Hoje, mesmo aquelas que permaneceram na Providência, diante de tanta violência, amornaram desde 2015 suas práticas de resistência política e de exposição de suas vidas através de inúmeros documentários, reuniões, audiências e manifestações que se mobilizavam em torno do FCP. Essas são descontinuidades com consequências importantes. Outras estratégias de resistência que se mantiveram pela permanência na favela e, provavelmente, por suas práticas espaciais cotidianas, mas que se limitaram devido à presença mais ostensiva do tráfico de drogas. Emoldurada por um elefante branco chamado teleférico, inoperante, que marca a memória de todo o processo associado ao Morar Carioca e Porto Maravilha, pelo projeto inacabado do conjunto habitacional do Minha Casa Minha Vida na rua Nabuco de Freitas, e atualmente

com os desafios inúmeros de sobrevivência à pandemia.

Um fator importante na compreensão da pertinência da luta pela permanência na favela se relaciona com o surgimento do FCP, e na percepção de que elas, as mulheres, foram sujeitos importantes, inclusive de transformação de suas realidades. Esse coletivo, que se forma a partir de lideranças locais, pesquisadoras, professoras, profissionais liberais, ONGs, com apoio de outros coletivos urbanos e culturais, de movimentos sociais e parlamentares, desperta a possibilidade de organização e resistência política de um grupo de moradoras cuja participação feminina tinha grande destaque. Uma espécie de materialização de suas resistências cotidianas segundo suas práticas espaciais.

A despeito do grande esforço realizado ao longo dos anos de existência do FCP de ambas as partes, é possível perceber um desgaste por parte das moradoras. Embora houvesse a presença de homens no coletivo, foram elas que mais se expuseram e vivenciaram as dificuldades de lutar por seus interesses, construídos ao longo do processo, justamente por essa relação com apoiadores. A lista de reivindicações elaborada no âmbito do FCP, encaminhada ao Ministério Público Federal, à SMH e à imprensa revelam que esse caminho foi traçado. Houve momentos em que buscaram fortalecer a sua luta se solidarizando com outras, como foi o caso da comunidade Vila Autódromo, na zona Oeste do Rio de Janeiro. Ali, percebi que havia se iniciado uma possibilidade mais ampla e estratégica de mobilização delas em torno do direito à moradia na cidade. Contudo, frente às situações de violência da SMH para a viabilização das remoções na Vila Autódromo, e em outras comunidades da zona Oeste, além da violência na qual estavam já vivenciando na Providência, paulatinamente essas mulheres se voltaram aos seus interesses do cotidiano. Ou seja, os limites impostos às práticas sociais de resistência voltadas à mobilização política contra as violações que estavam sofrendo, em função dos interesses da prefeitura, estabeleceram um paradoxo importante. Algumas descobriram que suas práticas sociais, realizadas conscientemente a partir de

seus interesses, transformaram objetivamente a sua realidade, permitindo ir dos interesses práticos aos mais estratégicos, mas este último mais difícil de ser alcançado. Por isso, houve o recuo.

Quando relatam suas histórias do passado e do presente, esse aspecto se revelava. “Como vou abandonar minha casa, depois de ter passado por tudo que passamos?”, questionaram Neuza, Ana, Carla, Elza e tantas outras, fazendo referência às suas histórias pessoais na favela. Histórias que também se desvendam no presente diante das históricas contradições urbanas no Rio de Janeiro. São pessoas que aproveitaram as brechas, o local onde a repressão falhou, em que a luta pelo direito à moradia expõe práticas, símbolos, tempos, subjetividades e identidades inerentes ao modo como se apropriam do espaço urbano e o produzem. Incorporando ou rompendo com o poder, resistindo através das práticas. Resistências que transformaram a própria história e o destino da Providência e de suas moradoras, assim como o dessas mulheres, que apesar de cansadas, também se transformaram, não só porque conseguiram impedir as inúmeras remoções e transformações anunciadas, mas porque também atingiu suas respectivas subjetividades cotidianas e as possibilidades do espetáculo. Portanto, as práticas sociais enquanto práticas espaciais de resistência no espaço urbano (TAVARES, 2015) se mostraram como uma ferramenta significativa quando os interesses práticos não podem ser mais pautados pela luta política na esfera pública.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Vivenciar e observar a luta pelo direito à cidade das mulheres na Providência, foi mais que experimentar uma luta política. As reflexões e os relatos apresentados buscam deixar um registro de uma experiência urbana interseccional e de como as relações de poder influenciam a vida cotidiana (COLLINS E BIGLE, 2020) das mulheres em seus territórios, à margem e ao centro, paradoxalmente, a partir de seus corpos e práticas

espaciais. Sendo os corpos feminizados a primeira dimensão territorial praticada, em disputa pelo sistema de dominação patriarcal. De corpos-territórios que só fazem sentido lidos e entendidos por suas práticas espaciais territorializadas. A desterritorialização é o *modus operandi* dos projetos urbanos considerados mais relevantes em curso na cidade ao longo da história, seja pelo despejo, seja pela ideologia que direciona os projetos, suspendendo corpos não aderentes à paisagem social hegemônica e heteropatriarcal, racista e colonizada.

Por isso, reviso através do capítulo deste livro o conceito de minha tese de espaço generificado de resistência para uma perspectiva de compreensão de um espaço generificado em resistência. Isto porque mesmo as cidades serem produzidas por dinâmicas violentas de generificação dos espaços e dos nossos corpos, as mulheres não estão em movimento contínuo de resistência. Há também a acomodação não alienada, que pode ser uma acomodação estratégica, hoje sem as ameaças eminentes de despejos. Porém, ao mesmo tempo pode ser uma acomodação lida pelo Outro, corporificado pela ordem urbana heteronormativa, como uma desistência, e não por nós (corpos-territórios feminizados), lendo-a como estratégica para viabilizar as existências, só evidentes quando paradoxalmente perturbam a ordem urbana.

Após mais de uma década do projeto Porto Maravilha, vimos que mesmo com uma série de evidências de fracasso, corrupção e violações de direitos humanos, ainda se insiste num projeto de cidade na qual a noção de revitalização (ARANTES, 2000) passa por tipologias territoriais e corpos homogêneos, enquadradas numa moral estética, social e cultural sem aderência às dinâmicas urbanas da região às mulheres, pobres, negras, faveladas, nesta conta, é reservada a marginalidade mesmo numa centralidade metropolitana, um paradoxo da segregação: o seu corpo-território em si é segregado, segundo o regime patriarcal de “ordem urbana”, independentemente de onde se localiza, circula, trabalha. Mas também um corpo que se marginaliza de

forma contra-hegemônica (HOOKS, 2019b). Um corpo que se recusa a destinar-se à reprodução social no espaço urbano como justificativa da sua existência, mas que paradoxalmente precisa proteger o núcleo das práticas sociais de cuidado.

Qualquer tentativa de escape ou de viração desse modelo heteronormativo, é reservada a violência, numa teia complexa. Só resta a aliança para vidas vivíveis, visíveis e humanizadas, num conflito pelo próprio entendimento do urbano pela perspectiva das mulheres.

A MARCHA DAS VADIAS: O CORPO DA MULHER E A CIDADE

DIANA HELENE RAMOS

* Este texto foi originalmente publicado na Revista REDOBRA, em 2013.
Cf. HELENE, Diana. “A Marcha das Vadias: o corpo da mulher e a cidade”
In: REDOBRA 11 [ano 4, número 1], CORPOCIDADE 3, 2013, p. 68-79.
Disponível em: <http://www.redobra.ufba.br/>

*“eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente com a roupa que escolhi
e poder me assegurar, que de burca ou de shortinho
todos vão me respeitar!”⁵⁹*

As Slut Walks começaram no ano de 2011 em Toronto, Canadá, e se espalharam rapidamente. Em função da internet a notícia da realização da primeira marcha correu o mundo, fazendo mais de 200 cidades a reproduzirem poucas semanas depois⁶⁰. No Brasil, ganharam o nome de “Marcha das Vadias”⁶¹ e aconteceram em cerca de muitas cidades diferentes⁶². Segundo

⁵⁹ Canto entoado pelas mulheres na “Marcha das Vadias” de 2011 no Rio de Janeiro – Brasil. In: HELENE, Diana. “Se cuida seu machista, a América latina vai ser toda feminista”. Disponível em: <http://mstrio.casadomato.org/se-cuida-seu-machista-a-america-latina-vai-ser-toda-feminista/> (último acesso 27/06/2012)

⁶⁰ Estados Unidos, Inglaterra, África do Sul, Alemanha, França, Holanda, Suécia, Escócia, Portugal, Israel, Dinamarca, Espanha, Índia, Singapura, Nova Zelândia, Honduras, Austrália, Coreia do Sul, Nepal, Romênia, Argentina, México, Nicarágua, Equador, Colômbia e o Brasil (mapeamento na internet, 2013).

⁶¹ A tradução do termo original *Slut Walk* se manifestou de diferentes formas, devido às diferentes palavras usadas para designar uma *slut*. No estado do Ceará, por exemplo, foi utilizado o nome “Marcha das vagabundas”. Em Portugal “Marcha das Ordinárias” e “Marcha das Galdérias”. Na maioria dos países de língua espanhola o nome escolhido foi “Marcha de las Putas” (mapeamento na internet, 2013).

⁶² Cidades brasileiras (por estado) - Paraíba: João Pessoa; Ceará: Fortaleza, Barbalha; Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Esteio, Pelotas, Santa Maria; Mato Grosso: Cuiabá;

Jessica Valenti os protestos se espalharam de forma viral e tornaram-se, em poucos meses, “the most successful feminist action of the past 20 years”⁶³.

Uma das características mais interessantes das Slut Walks é que tanto sua organização, quanto sua reprodução acontece de forma descentralizada, com a internet como meio de propagação, organização e repercussão. Muitos protestos contemporâneos têm base na popularização das recentes tecnologias de informação e comunicação: a internet aliada a aparelhos celulares multifunções, máquinas fotográficas e filmadoras, tem construído uma gama de conteúdos digitais que estão em constante troca, contraposição e retroalimentação em redes sociais, blogs, etc. Por essa razão, este capítulo se utiliza dos discursos construídos pelos participantes e ativistas das marchas por meio da internet, bem como sua reverberação neste meio, na reivindicação de uma nova relação entre o corpo da mulher e a cidade.

As lutas de libertação das mulheres têm historicamente o caráter da escala do corpo: do controle de fertilidade às políticas de aborto, punições às violências sexuais e outras invasões ao corpo da mulher sem consentimento, maneiras de se vestir, mutilação/alterações corporais marcadas pelo gênero, chegando aos lugares que o corpo da mulher pode acessar na escala urbana, saindo do âmbito “doméstico”, para as ruas.

De acordo com Paola Jacques e Fabiana Brito, os corpos e as cidades se estabelecem por meio de relações mutuamente definidoras: além dos corpos ficarem inscritos e contribuírem na formulação do traçado das ruas e nas configurações urbanas, as

Mato Grosso do Sul: Campo Grande, Dourados; São Paulo: Araraquara, Campinas, São Paulo, São Carlos, São José dos Campos; Paraná: Curitiba, Criciúma, Londrina; Pernambuco: Recife; Maceió: Alagoas; Amapá: Macapá; Pará: Belém; Distrito Federal: Brasília; Minas Gerais: Belo Horizonte, Juiz de Fora; Bahia: Salvador, Itabuna Espírito Santo: Vitória; Rio Grande do Norte: Natal; Santa Catarina: Florianópolis; Rio de Janeiro: Rio de Janeiro; Sergipe: Aracaju; e Goiânia: Goiás (mapeamento na internet, 2013).

⁶³ *A mais bem sucedida ação feminista nos últimos 20 anos* (tradução livre). In: VALENTI, Jessica. “SlutWalks and the future of feminism”. The Cap Times. Junho de 2011. Disponível em: http://host.madison.com/news/opinion/article_bcd1828b-7c59-5115-bee4-a7fddb9482b1.html#ixzz1yLf8tCGc/ (último acesso 26/06/2012).

memórias corporais resultantes da experiência de espacialidade também ficam inscritas e contribuem na configuração de nossos corpos. A experiência urbana se inscreve nos corpos ao mesmo tempo que os corpos ficam inscritos nas cidades (as cidades são “memórias espacializadas dos corpos”). Essa cartografia corporal foi denominada pelas autoras de “corpografia urbana” (BRITTO, 2010, p. 14-15 e JACQUES, 2010, p. 114).

Essa cartografia dos corpos pode ser observada na maneira como eles se estruturam como mapas de poder e identidade. Segundo Donna Haraway (2009, p. 96), as novas relações entre tecnologia e natureza estão configurando outras possibilidades de atuação política corporais para as mulheres, visto que o desenvolvimento tecnológico, como a internet por exemplo, possibilita mais espaços possíveis de recodificação para subverter o comando e o controle.

#SLUTWALK

As *Slut Walks* não surgiram do movimento feminista. As criadoras da primeira marcha, Sonya Barnett e Heather Jarvis, não se consideram ativistas feministas institucionalizadas⁶⁴. O motivo da realização do primeiro protesto foi a indignação que elas e outras mulheres sentiram, durante uma palestra sobre segurança no campus universitário da York University de Toronto no dia 24 de janeiro de 2012, ao ouvir um representante da polícia da cidade afirmar que: “women should avoid dressing like sluts in order not to be victimized”, ou seja, que as mulheres deveriam se preocupar em não sair nas ruas se vestindo como uma slut (vadia, puta, etc) para não serem estupradas⁶⁵. Muitas

⁶⁴ LORI. “The Feministing Five: Sonya Barnett and Heather Jarvis” (entrevista). Feministing. Abril de 2011. Disponível em: <http://feministing.com/2011/04/16/the-feministing-five-sonya-barnett-and-heather-jarvis/> (último acesso 26/06/2012)

⁶⁵ “My Body Is Not An Insult” (Release para imprensa da Slut Walk de Toronto 2012). Sitio da Slut Walk de Toronto (SWTO). Maio de 2012. Disponível em: <http://www.slutwalktoronto.com/admin/wp-content/uploads/2012/04/SWTO2012.pdf/> (último acesso 26/06/2012)

peessoas repudiaram essa declaração, e a organização policial da cidade recebeu vários pedidos de retratação, pautando debates na opinião pública sobre o tema, principalmente pela internet⁶⁶.

Dessa forma, essas duas mulheres tiveram a ideia de realizar uma Slut Walk, parodiando o termo usado pelo policial com o intuito de mostrar - performaticamente, por meio de seus próprios corpos marchando na cidade - que as peças de roupas, certo modo de se comportar ou certos lugares que as mulheres circulam nas ruas não deveriam ser considerados os culpados nos casos de estupro, violações, abusos e violência – a culpa deve ser sempre do agressor. Para isso, criaram o evento na rede social Facebook, que rapidamente agregou diversas pessoas, entre elas, organizações feministas e/ou contra violência de gênero, que também queriam fazer algo para contrapor a colocação do policial. Assim, apenas 6 semanas após a declaração do policial, no dia 3 de abril de 2011 acontece a primeira Slut Walk, que sob o lema “whatever we wear, wherever we go, yes means yes, and no means no”⁶⁷ agregou 4 mil pessoas⁶⁸. Uma das coisas mais interessantes do evento, segundo as próprias organizadoras, é como o protesto conseguiu reunir uma quantidade tão diversificada de pessoas, inclusive muitas que nunca tinham se engajado num movimento reivindicatório antes, pessoas que conheceram a ideia pela internet e apoiaram⁶⁹. A notícia da marcha em Toronto se espalhou rapidamente por meio das redes digitais e dessa forma começou a ser replicada pelo mundo, se utilizando para organização e divulgação das plataformas de comunicação digitais da internet. Segundo o sítio do Slut Walk de Toronto: “What began as a reaction to one comment, a reaction that we had originally imagined only to include a handful of our

⁶⁶ MARONESE, Nicholas. “Cop’s ‘slut’ comment draws backlash from guerilla activists”. Excalibur: York University’s Community Newspaper. Março de 2011. Disponível em: <http://www.excal.on.ca/news/cop's-'slut'-comment-draws-backlash-from-guerilla-activists/> (último acesso 26/06/2012)

⁶⁷ *O que quer que eu vista, onde quer que eu vá, sim significa sim, e não significa não* (tradução livre).

⁶⁸ Dado disponível em: <http://www.slutwalktoronto.com/> (último acesso 26/06/2012)

⁶⁹ LORI. *op. cit.*

closest friends, exploded into a kind of movement that we never could have expected”⁷⁰.

No Brasil, a primeira marcha aconteceu na cidade de São Paulo, no dia 4 de junho de 2011, organizada pela iniciativa de uma mulher que descobriu o evento de Toronto lendo as notícias de um sítio na internet⁷¹. Com a ajuda de alguns amigos, ela criou o evento no Facebook, da mesma maneira que as organizadoras originais do Canadá, e rapidamente mais de 6000 pessoas confirmaram sua presença (entrevista via e-mail com Madô Lopez - Marcha das Vadias de São Paulo, dia 15/06/2011). A marcha agregou cerca de 300 pessoas que desfilaram nas principais vias da cidade⁷². O destino final foi uma casa de comédia, na qual um dos seus integrantes havia feito uma piada com apologia ao estupro⁷³. As manifestantes fizeram um ato de encerramento em frente ao teatro, colando os cartazes que carregavam na fachada do local. Esta ação se repetiu em outras marchas que aconteceram no Brasil, escolhendo locais ícones para o ato final dos protestos, espaços que se relacionam com a manutenção da violência/domínio sobre o corpo feminino, como delegacias de polícia e igrejas.

⁷⁰ *O que começou como uma reação a um comentário, que tínhamos imaginado inicialmente que participariam apenas um punhado de amigos mais próximos, explodiu em uma espécie de movimento que nunca poderíamos esperar* (tradução livre). Disponível em: <http://www.slutwalktoronto.com/> (último acesso 26/06/2012)

⁷¹ BBC BRASIL. “Comentário de policial em palestra gera protesto global da ‘marcha das vagabundas’”. G1 Mundo. Maio de 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/05/comentario-de-policial-em-palestra-gera-protesto-global-da-marcha-das-vagabundas.html> (último acesso 26/06/2012)

⁷² SASSAKI, Raphael. “Marcha das Vadias leva 300 pessoas para a av. Paulista”. Folha de São Paulo. Junho de 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/925522-marcha-das-vadias-leva-300-pessoas-para-a-av-paulista.shtml> (último acesso 12/07/2012)

⁷³ O comediante brasileiro Rafinha Bastos fez uma piada em seu show de *stand up* que pautou diversos debates na opinião pública, além de um abaixo assinado e sua intimação na delegacia de polícia: “*Toda mulher que eu vejo na rua reclamando que foi estuprada é feia pra caralho. Tá reclamando do quê? Deveria dar graças a Deus. Isso pra você não foi um crime, e sim uma oportunidade. Homem que fez isso não merece cadeia, merece um abraço*”. In: “Nota de repúdio às piadas de mau gosto do ‘humorista’ Rafinha Bastos”. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Maio de 2011. Disponível em: http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2011/05/nota-de-repudio-as-piadas-de-mau-gosto-do-201chumorista201d-rafinha-bastos (último acesso 12/07/2012)

Esses atos finais performáticos, exemplificam o diálogo que as marchas pretendem fazer entre seus corpos e os espaços urbanos, como veremos mais adiante.

Em algumas cidades as marchas tomaram dimensões muito maiores. A Marcha das Vadias de Campinas (terceira maior cidade do estado de São Paulo), por exemplo, alcançou um significado expressivo devido aos numerosos casos de estupro no distrito de Barão Geraldo, onde fica a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)⁷⁴. Nesse caso, além da divulgação via internet a marcha estabeleceu um “comitê” de organização do protesto, que agregou diversos coletivos: de feministas, de assistência jurídica popular, de anarquistas, de rádios livres, de cyberfeminismo, grupos de capoeira, de assistência técnica a movimentos sociais, de mulheres ligadas a partidos políticos, entidades estudantis e sindicatos⁷⁵.

Nesse sentido, vale ressaltar como a realização das marchas alavancou a criação de coletivos feministas, que se estabeleceram para além dos protestos, passaram a se encontrar e realizar outros eventos. Muitas integrantes desses coletivos não estavam engajadas em nenhum tipo de luta feminista anteriormente, ou mesmo em nenhuma atividade de contestação social. Outra característica desses coletivos, grupos e organizações das marchas é serem compostos por mulheres jovens. Quanto à organização interna desses coletivos, em geral caracterizam-se por serem horizontais e descentralizados: não existem funções específicas definidas e a internet é uma ferramenta essencial

⁷⁴ LOPES, Barbara. “O corpo é meu - A cidade é nossa”. Blogueiras feministas. Setembro de 2011. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2011/09/o-corpo-e-meu-a-cidade-e-nossa/> (último acesso 09/07/2012).

⁷⁵ Alguns exemplos de outras ações, além da marcha, organizadas pelo coletivo de Campinas (dividido em GRUVAs - grupos de vadiagem, uma ironia com “GT: grupo de trabalho”): GRUVA Apitos - distribuição de apitos anti-estupro de casa em casa; GRUVA Educação: ações em escolas - debate sobre violência e feminismo com adolescentes e jovens; Ação e articulação com a Associação Mulheres Guerreiras (Ass. de profissionais do sexo de Campinas); Realização de seminários sobre violência contra a mulher e parcerias com outras instituições (entrevista via e-mail com Aline Tavares - Marcha das Vadias de Campinas, dia 26/06/2012).

para o debate e organização interna. Em geral, a divulgação das marchas se inicia pelo Facebook, seguida da criação de materiais específicos para divulgação: blogs, cartazes digitais, banners, vídeos, entre outros exemplos. A Marcha das Vadias de Brasília, por exemplo, elaborou cartazes digitais para divulgação do ato, chamada “Campanha Fotográfica – Feminista Por quê?”⁷⁶. Os cartazes carregam lemas feministas e outros temas relacionados à realização da marcha e tem o formato para visualização e distribuição pelas redes sociais digitais. Foram feitos 52 cartazes, divulgados na internet um a um, ao longo dos dias que antecederam a marcha.

O CORPO DA MULHER E A CIDADE

*Wife in the kitchen. Whore in the street*⁷⁷ (AGREST, 1988, p. 37).

Segundo o sítio da Slut Walk de Toronto, o termo Slut foi escolhido por ser uma denominação historicamente depreciativa em relação às mulheres. Por isso se deu a proposta de uma “reapropriação” da palavra, de modo a colocar nela outros valores, visto que o termo e suas traduções são carregados de uma simbologia fruto de “uma cultura patriarcal que aciona diversos dispositivos para reprimir a sexualidade da mulher, nos dividindo em ‘santas’ e ‘putas’”⁷⁸. Ou seja, as marchas contestam as simbologias que carregam os corpos das mulheres dependendo de sua maneira de vestir, agir e locais que frequentam na cidade. Isso porque, a organização generificada do espaço da cidade ainda é marcada pela existência de dois papéis exclusivos destinados às mulheres: ou você é “vadia”,

⁷⁶ “Campanha Fotográfica – Feminista Por quê?”. Blog Marcha das Vadias - Brasília, DF. Junho de 2012. Disponível em <http://marchadasvadiasdf.wordpress.com/campanha-fotografica-feminista-por-que/#> e <http://feministaporque.tumblr.com/> (último acesso 09/07/2012)

⁷⁷ *Esposa na cozinha. Prostituta na rua* (tradução livre).

⁷⁸ “Carta Manifesto da Marcha das Vadias de Brasília – Por que marchamos?”. Blog Marcha das Vadias - Brasília, DF. Junho de 2011. Disponível em <http://marchadasvadiasdf.wordpress.com/manifesto-porque-marchamos/> (último acesso 09/07/2012).

“vagabunda” e “puta” (slut) / ou você é “esposa” e “moça de família”. Cada um destes papéis tem seu lugar simbólico na cidade: a esposa deve permanecer confinada às funções e ao espaço do “lar”; e as prostitutas restritas às funções e ao espaço destinado à prostituição (certas ruas da cidade, bordéis e as “zonas” de prostituição). A mistura entre as partes desse sistema de ordenação e classificação da sociedade refletido no espaço urbano “ofende a ordem” (DOUGLAS, 1966, p.12) e essa ameaça de contaminação é contida por ações - muitas vezes violentas - de manutenção do status quo. Os modos de gerir essa força sociológica e cultural regida pela sexualidade “se realizam pela instituição de mecanismos repressivos, muitas vezes perversos” (SIMÕES, 2010, p. 35). A esposa apanha do marido se não seguir as regras domésticas (obediência, servidão e fidelidade); e as vadias, que arriscam sair nas ruas vestindo de certo modo, em certos horários, em certos lugares, agindo de certa maneira, exercendo livremente sua sexualidade e/ou trabalhando como prostituta serão estigmatizadas, maltratadas e/ou violentadas por qualquer um que se achar no direito de fazer isso.

Assim, desde muito novas as mulheres aprendem a temer, se proteger e a ficar o tempo todo atentas aos locais que circulam nas cidades. Elas são impedidas de acessar e/ou tem de evitar certos locais de “perigo” como praças vazias, ruas desertas, vielas e becos mal iluminados, etc. com muito mais frequência que os homens⁷⁹. Além do “temor” internalizado ao espaço público que se impõe aos seus corpos, estes ainda precisam ser cuidadosamente organizados por meio de certas roupas, posturas e movimentos que não “atraiam” os possíveis violentadores. São restrições que atravessam o corpo da mulher na sua relação de vivência cotidiana na cidade.

⁷⁹ NEDER, Renata. “Cidades mais seguras para as mulheres”. Mulher 7x7 – Época. Agosto de 2011. Disponível em: <http://colunas.revistaepoca.globo.com/mulher7por7/2011/08/20/cidades-mais-seguras-para-as-mulheres/> (último acesso: 09/07/2012)

Segundo Nadja Monnet, o corpo feminino nas cidades ainda é um “corpo estrangeiro”, que paradoxalmente “dans la rue, sur une place publique, la même femme qui est «invisibilisée» en tant que sujet social souffre d’une «hypervisibilisation» en tant qu’objet d’attention (MONNET, 2009, p. 15)⁸⁰”. Nesse sentido, as marchas buscam ressaltar a questão de que lugares e de que forma o corpo da mulher percorre a cidade. Um dos temas abordados pela Marcha das Vadias é a “cultura de estupro”, um conceito feminista que contesta as representações e crenças que naturalizam a violência contra a mulher. Vale lembrar, que o Brasil é o 7º país em homicídio de mulheres (feminicídio); aproximadamente 15 mil mulheres são estupradas por ano e a cada 20 segundos uma mulher é vítima de violência no país (WASELFISZ, 2011, p. 16)⁸¹.

Por essas razões, as Marchas das Vadias atuam performaticamente na cidade, e se utilizam de símbolos de contaminação à ordem, “bagunçando” as classificações acerca da mulher. No ato-ritual as manifestantes se utilizam de simbologias “vadias”, numa proposta de desmistificação dessas representações: “invadem” as ruas da cidade com roupas excessivamente curtas, meias arrastão, sutiãs à mostra, peitos nus, placas coloridas e/ou os corpos pintados com diversas frases e dizeres: “O corpo é meu!”, “Acredite ou não, minha saia não tem nada a ver com você”, “Nada justifica o estupro”, “Meu corpo minhas regras”, “Sou minha, só minha, e não de quem quiser”, entre outros. Além disso, muitas manifestantes realizam performances, pequenas cenas e outros atos teatrais de protesto. Existem ainda, as músicas entoadas pelas mulheres, compostas especialmente para as marchas.

⁸⁰ Na rua, sobre um espaço público, a mesma mulher que é “invisibilizada” como sujeito social, sofre de uma “hiper-visibilização” como objeto de atenção (tradução livre).

⁸¹ Sem esquecer esses são os números que chegaram às estatísticas, pois o mesmo sistema que naturaliza a “cultura de estupro” também faz as mulheres esconderem, não delatarem, se sentirem culpadas e/ou não terem coragem de declarar que foram violentadas.



Figuras 7 e 8 - Marcha das Vadias Campinas (Cristina Beskow, 2011)

Segundo Ana Clara Torres Ribeiro, as ruas são o palco ideal para performances de ruptura da reprodução sistêmica do cotidiano: “essas ações corporificam, na encenação da experiência urbana, o descarte, por alguns instantes, de controles que tolhem a invenção (e inversão) de posições sociais nos fluxos

urbanos” (RIBEIRO, 2010, p. 31). Isso porque, esse sujeito corporificado, atua sua performance do modo a se opor aos modelos de cidade e de urbanidade que o excluem, constituindo um embate simbólico de dimensões subjetivas e cognitivas de poder (idem, p.32). Segundo Jacques são ocupações, profanações e apropriações do espaço público com o intuito de construir/propor novas experiências urbanas, para perturbar a aparente ordem estabelecida no espaço público – “um escape da hegemonia das imagens consensuais” - na qual o uso do corpo é prioritário (JACQUES, 2010, p. 117). Para Diana I. Agrest, a cidade é o cenário social para a mulher expressar publicamente sua luta, ao deslocar-se para fora da instituição onde ela e seu corpo tem um lugar atribuído (a casa): “the street is the scene of her writing⁸²” (AGREST, 1988, p. 40).

“MEU CORPO, MEU CAMPO DE BATALHA”⁸³

Em 1850, aconteceu uma revolução a partir de uma modificação no modo de vestir feminino (conhecida como a “Reforma dos Trajes”): a invenção de uma calça-saia chamada “bloomers”, que instituiu o fim do uso exclusivo de calças para homens. Do mesmo modo que a repercussão em torno da Marcha das Vadias, as mulheres que ousavam usar essas calças eram chamadas de vulgares, indecentes e ridículas (WILCOX, 1958, p. 300-301 e 323). No começo do século XX, se iniciou uma “guerra contra o espartilho”, e no final dos anos 1960 as manifestações de “queimar sutiãs”, que se tornaram um símbolo feminista. Esses são fatos que demonstram como opera a disputa simbólica acerca das marcações corporais, na qual as roupas são artifícios que, além de demarcarem as fronteiras da divisão entre os gêneros masculino e feminino, registram marcações hierárquicas de poder.

⁸² *A rua é a cena de sua escrita* (tradução livre).

⁸³ Frase comum nos cartazes, cantos e pinturas nos corpos das marchas.

Como vimos anteriormente, além das vestimentas, existem as posturas “corretas”, modo de se locomover, caminhar, sentar, se expressar, etc. Todas essas regras corporais refletem o rebatimento nos corpos das estruturas sociais, ou seja, os processos classificatórios que operam na sociedade os configuram, moldam sua forma e sua expressão. Além do gênero, as distinções de classe, de raça e de uma multiplicidade de outros aspectos “se acham inscritas no corpo humano em virtude dos diferentes processos sociológicos que exercem ação sobre esse corpo” (HARVEY, 2004, p. 137). Ao mesmo tempo, estes corpos carregam e transmitem signos e significados simbólicos quem tem a função da manutenção das mesmas classificações e estruturas sociais de poder que os demarcam. Por essas razões o feminismo e o movimento queer atuam na disputa político/ideológica/empírica acerca das configurações corporais, utilizando o próprio corpo como plataforma, constituindo um “corpo político”, um corpo agente na esfera pública e política. Nesse sentido, as Marchas das Vadias têm como característica primordial a configuração e o uso do corpo como plataforma de suas reivindicações: um corpo performático, que se utiliza da marcha como ritual de performance coletiva.

Uma ferramenta performativa-corporal ritualizada nas marchas é o Peitão⁸⁴, na qual as mulheres marcham coletivamente com os seios à mostra, e os dorsos nus pintados com diversos dizeres. No Rio de Janeiro aconteceu o único conflito de todas as marchas, quando uma série de mulheres com os seios de fora se prostraram em frente a uma igreja - que estava em missa -

⁸⁴ O *peitão* é uma referência a outra manifestação performática muito comum no movimento gay, o *beijaço*. Nesta performance, um grupo de pessoas invade um local acusado de discriminação de afeto homossexual e realiza um grande beijo coletivo. Vale ressaltar que os *beijaços* se utilizam da internet para divulgação das manifestações, funcionando similarmente aos *flashmobs* (o primeiro protesto reuniu duas mil pessoas apenas com a divulgação digital. Outra referência é o *mamaço*, que aconteceu em maio de 2011, no qual diversas mães amamentaram em público num centro cultural no qual uma mulher tinha sido impedida de amamentar. Depois, o *mamaço* se repetiu no *Facebook*, quando a rede social censurou uma foto de uma mãe amamentando, diversas mulheres colocaram fotos de amamentação nos seus perfis digitais da rede social.

a polícia militar entrou em confronto com as manifestantes chegando a usar spray de pimenta para expulsar as mulheres do local. Na internet, fotos da marcha com cenas de peitaços foram censuradas nas redes sociais, fazendo as ativistas replicarem de forma ainda mais intensa as mesmas.

VADIA?

Do mesmo modo, que as marchas se espalharam pela internet, a reverberação negativa em relação aos protestos foi proporcionalmente massiva. Dentre os comentários em blogs, vídeos, álbuns de fotos, reportagens e outras divulgações acerca das marchas, os mais comuns são: que as manifestantes não tem o que fazer e que deviam “ir pro fogão” ou “lavar a louça”; que as marchas fazem as mulheres “de verdade” passarem vergonha; e/ou que existem coisas muito mais importantes para protestar (saúde, educação, etc). Além das ofensivas grosseiras existe as réplicas de religiosos e outras entidades patriarcais tradicionais.

Manifestações insidiosas estas que vêm acontecendo ultimamente. A culpa do crime de estupro não deve ser imputada à mulher – e não é isto que defendemos. Mas, sim, roupas indecentes desfiguram qualquer criatura. Boa parte de nossas mães e esposas não concorda com esta Marcha das Vadias, e o motivo é simples: para ser livre, uma jovem não precisa ser vadia; para ser livre, uma jovem precisa ser modesta⁸⁵

Em São Paulo, houve ainda a tentativa de organizar uma “anti-marcha” das vadias, intitulada “Marcha das Divas”, sob o lema: “até para pedir respeito, temos que ter respeito”. A “contramarcha” afirmava lutar também pelo fim da violência contra mulher, porém sem ter que “tirar a roupa” para isso. Foi criado um evento no Facebook, que recebeu tantas represálias

⁸⁵ OLIVEIRA, Everth Q. “A Marcha das Vadias e a intolerância do movimento feminista”. Ecclesia Una. Maio de 2012. Disponível em: <http://beinbetter.wordpress.com/2012/05/27/a-marcha-das-vadias-e-a-intolerancia-do-movimento-feminista/> (último acesso 09/07/2012)

de simpatizantes e participantes das Marchas das Vadias, que os organizadores desistiram de fazer o ato⁸⁶.

Por fim, se destacam as críticas realizadas por feministas, que giram em torno do questionamento do uso do termo *slut*, sugerindo que a tentativa de recuperar a palavra é contraditória. Ou seja, ao protestar pelo direito de serem chamadas de vadias, as mulheres estariam jogando o jogo patriarcal de poder: “o viés é mesmo nos apropriarmos dos termos e caricaturas, como se a partir disso toda a história de opressão desaparecesse sob um novo rótulo libertário?”⁸⁷. Outra crítica é que a apropriação do termo teria impactos desproporcionais para mulheres negras e/ou pobres. Segundo Harsha Walia, a história do genocídio contra as mulheres indígenas, a escravização de mulheres negras, e a esterilização forçada de mulheres pobres vai além de seus trajets: é um meio de controle de gênero incorporado nos processos de intersecção entre racismo e colonialismo. Para Harsha, a experiência de mulheres pobres, marginalizadas e/ou de cor com a violência e a culpabilidade da vítima não é apenas quantitativamente diferente, mas também é qualitativamente diferente⁸⁸.

“MEXEU COM UMA, MEXEU COM TODAS”⁸⁹

A culpabilização das vítimas de estupro em função de seu modo de agir (ou do seu trabalho, como é o caso das prostitutas), de seu modo de vestir ou que lugares circulam na cidade são

⁸⁶ MORAIS, Samantha. “A Marcha das Divas é para vc que não se sentiu a vontade em participar da Marcha das Vadias mas tem vontade de lutar a favor das Mulheres contra Violência Sexual”. Blog Samantha Moraes. Junho de 2012. Disponível em: http://samanthamoraes.blogspot.com.br/2012/06/marcha-das-divas-e-para-vc-que-nao-se_10.html (último acesso 09/07/2012)

⁸⁷ MEXY & JO “Slutwalk, Prostitutas e Nossas Apropriações”. Krasis. Maio de 2011. Disponível em: <http://krasis.wordpress.com/2011/05/11/slutwalk-prostitutas-e-nossas-apropriacoes/> (último acesso 09/07/2012)

⁸⁸ WALIA, Harsha. “Slutwalk: To march or not to march” Rabble. Maio de 2011. Disponível em: <http://rabble.ca/news/2011/05/slutwalk-march-or-not-march> (último acesso 09/07/2012).

⁸⁹ Frase comum nos cartazes, cantos e pinturas nos corpos das marchas.

mitos que as feministas tentam desmascarar há muito tempo. Mesmo considerando a contradição acerca das marchas e do uso do termo *slut*, os protestos alcançaram uma escala mundial de debate na opinião pública de uma maneira que nunca aconteceu antes nas lutas feministas⁹⁰. Nesse sentido, as Marchas das Vadias atualizam um discurso reivindicatório do corpo da mulher sobre a cidade, demonstrando que as bipolaridades que dividem e estigmatizam as mulheres entre santas e putas, marcadas ainda pela divisão espaço público e privado, são interdições que ainda precisam ser superadas. Isso transparece quando os atos são reafirmados, reconstruídos e disseminados simbolicamente nas plataformas virtuais (vídeos, textos e imagens) ao longo do mundo - configurando uma relação de intermediação entre corpo, cidade e tecnologia - estabelecendo uma reverberação mundial de dissensos, contaminações e agrupamentos diversos. Esta relação corpo-cidade-internet anuncia uma nova maneira de atuar para as organizações feministas (e para atuação de outros movimentos sociais), que atualizam as lutas contra as interdições sobre os corpos femininos, que estigmatizam tanto a mulher trabalhadora prostituta, como o uso igualitário da cidade pelas mulheres como um todo.

⁹⁰ In: VALENTI, op. cit.

INSTÁVEIS TERRITORIALIDADES E A POTÊNCIA DE UM CORPO EM ALIANÇA: POLÍTICAS URBANAS EXCLUDENTES E DISPUTAS A PARTIR DA MANDATA MARIELLE FRANCO

ROSSANA BRANDÃO TAVARES

* Esse texto é fruto da apresentação oral realizada em Sessão Livre na XVII ENANPUR em Natal (29 de maio de 2019), intitulada “Urbanidades Liminares: conflito, alteridade e tessitura nas margens das cidades”, proposta e coordenada pelas professoras Thaís Troncon Rosa (PPGAU - FAUFBA) e Cibele Saliba Rizek (PPGAU IAU - USP). Na ocasião, a apresentação foi conduzida de forma performática com apoio do texto aqui apresentado.

A maior potência de Marielle Franco e da mandata⁹¹ era o fato de sermos um corpo diverso e plural em transgressão. Isto porque revelamos cotidianamente pela nossa prática e ação política, que estávamos falando a partir de margens não inertes, e que esperávamos numa racionalidade totalmente estranha àquela casa legislativa.

Nossos comportamentos, falas, gestos revelavam nossas resistências, às expectativas, pressões, opressões, tentativas de controle e normatização de nossas práticas por múltiplas

⁹¹ Forma que a equipe de Marielle Franco se referia ao seu mandato como forma de demarcar o feminino-feminista no seu exercício político. Início do exercício 2017.

formas de violência, em diversas dimensões, não só no plenário, mas na própria cidade.

Mesmo ciente de nossos limites, éramos através do corpo da Marielle não mais uma esquerda com pensamento crítico desesperançoso e angustiante diante da experiência urbana, como afirma Ana Clara Ribeiro (2009) em “Dança dos Sentidos: na busca de alguns gestos⁹²”, buscando fugir do que ela chama do “morde e assopra” que alimenta as práticas de dominação.

Recorremos às brechas, fraturas e passagens para não sermos mais um instrumento de perpetuação destas zonas de indiferenciação (RIZEK, 2012). Diante de um coletivo tão plural, conseguimos achar pontos de contato da práxis, da teoria, de visões de mundo, do eu-nós (ELIAS, 1994), do “eu sou porque nós somos”. Ribeiro nos ajuda a compreender esse movimento de

Conquistas e superação vivenciadas no cotidiano e em espaços adversos que criam instáveis territorialidades onde deveriam imperar unicamente, os resultados de políticas urbanas excludentes e a materialidade que destila evidentes intuítos de apartação social. As ações envolvidas nesses processos dispensam retórica e grandes narrativas, por dependerem de rápidas inversões de sentido e de interações sociais, do desarranjo de regras e de desvios inesperados das rotinas urbanas (RIBEIRO, 2009, p.28).

Nesse sentido, até a linguagem corporal, dos códigos que compartilhamos - como reflexões sobre interseccionalidade, identidade, violência, agir político - enlaçava energias sociais de resistências pelos caminhos que percorremos de forma paradoxal: à margem e ao centro, a partir da experiência de cada uma.

⁹² Cf. RIBEIRO, Ana Clara. “Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos”. In: JACQUES, P.B.; BRITTO, F.D. (org.). Corpocidade: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 24-41.

Sabíamos dos nossos desafios e que não poderíamos “dormir no ponto”. É interessante a percepção atual de que conseguimos formular muitas propostas de Projetos de Lei, algo que não é comum para grande parte de vereadoras da Câmara de Vereadores, mas nossas experiências urbanas e políticas são da urgência. Sabíamos que precisaríamos ser a expressão de corpos em aliança (BUTLER, 2018), diante da precariedade⁹³. O feminismo negro tem nos alertado sobre isso e como a questão do corpo é essencial neste enlaçamento de energias, porque ele é carregado de experiências sociais legítimas e potentes para desconstruir o lugar marginal, mas também limiar dos corpos femininos, sobretudo, negros e indígenas.

Por isso, sim foi importante propor um Projeto de Lei da Campanha contra o assédio de mulheres no transporte público⁹⁴, porque sabemos que o vagão rosa não dá conta das violências contra as mulheres no metrô e trem, mas ele ainda cumpre um papel de, ao dar a opção às mulheres de viajar em um vagão sem homens, de não se sentirem ameaçadas em algum momento da viagem. Esse debate é bastante polêmico e remete ao meu ver a proposta de Maxine Molyneux (2010) sobre interesses de gênero. Para ela, interesses estratégicos são aqueles que consideram uma perspectiva de luta de longo prazo, que demanda mudanças estruturais. Já os interesses práticos, interpretamos como aqueles que são urgentes, questões que demandam ação em curto prazo para garantir direitos e a preservação da própria vida. Inclusive, Marielle cada vez mais tinha interesse em se dedicar à temática da mobilidade. Ela foi ao Chile a convite do ITDP⁹⁵, em seu Encontro Internacional em 2017, trazendo em sua fala a perspectiva das mulheres

⁹³ Debate sobre precariedade e de corpos em aliança discutido por Judith Butler em seu livro BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas - notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

⁹⁴ PL nº 417/2017 O projeto cria “campanha permanente de conscientização e enfrentamento ao assédio e à violência sexual” no Rio de Janeiro.

⁹⁵ Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento.

faveladas sobre a mobilidade⁹⁶ e desafios para América Latina, diante de soluções simplistas e imagéticas como o teleférico.

Outro desafio era fazer o debate da problemática urbana e trazer proposições diante da realidade da violência, de toda ordem - na cidade e dentro da própria Câmara dos Vereadores - que estávamos sujeitas. Por isso, além de sermos contra as votações que propunham projetos de lei violadores de princípios constitucionais do direito à cidade⁹⁷ e do Estatuto da Cidade, também disputamos as narrativas. Foi assim que surgiu a ideia de realizar uma atividade na Maré com o nome DIREITO À FAVELA, transgredindo (ou até ampliando e ressignificando) o conceito lefebvriano de DIREITO À CIDADE. Um direito amplo e coletivo do reconhecimento que favela não só é cidade, mas também é um sentido pertinente de urbanidade de abertura desconcertante para as práticas de dominação expressas no modo segregado e violento, racista e patriarcal de produção do espaço urbano.

Dar foco a economia solidária e propor uma Frente Parlamentar, foi uma das experiências mais interessantes como assessora, pois não era uma questão e nem prioridade de atuação no primeiro ano de mandato. Mas o fato de termos uma assessora, Monica Francisco⁹⁸, com uma história de militância e atuação a partir da Favela do Borel (e de ter tido proximidade como o tema na ONG FASE⁹⁹), criou situações em que as mulheres da zona oeste carioca, da Baixada Fluminense e ONG's, nos procurassem para criar um espaço institucional na Câmara de Vereadores - Frente Parlamentar em Defesa à Economia Solidária. Mobilizou-

⁹⁶ Vale ler um artigo de sua autoria publicado na Revista Blooks, com o título "Sobre as mulheres negras faveladas e a mobilidade urbana", disponível em: <https://medium.com/blooks/sobre-as-mulheres-negras-faveladas-e-a-mobilidade-urbana-b656816ff7f1>. Cf. FRANCO, Marielle. Sobre as mulheres negras e faveladas e a mobilidade urbana. Rio de Janeiro: Revista da Blooks Livraria, Março/Abril/Maio 2017.

⁹⁷ Notadamente, propostas como de Zeis - Zonas Especiais de Interesse Social na zona oeste para regularização fundiária de loteamentos de classe média construídos de forma irregular.

⁹⁸ Foi deputada estadual do Rio de Janeiro entre 2019-2022.

⁹⁹ Trabalhei como assistente da Secretaria do Fórum Nacional da Reforma Urbana sediada na ONG FASE e posteriormente como educadora popular na FASE-Rio, entre 2004-2012.

se o engajamento de técnicos do IPEA para que a Frente pudesse ser um mecanismo de retomada desta agenda no Rio, pois estava enfraquecida num contexto de gestão Crivella, aproveitando o levantamento realizado pelo instituto há época, e conectar esses dados com as demandas das principais lideranças.

A Marielle teve êxito em pensar na sua equipe e como esse coletivo contribuiria para disputar um projeto de cidade e sociedade. Não é por acaso também que propomos o Projeto de Lei da Assistência técnica gratuita para construção e reforma de habitações de famílias de baixa renda, aprovados após o seu assassinato em 2018 com apoio do então vereador Tarcísio Motta. A trajetória de diálogo e militância de assessoras e a minha formação como Arquiteta e Urbanista permitiu que, no final de 2017, nós apresentássemos o PL. Esse movimento permitiu diálogos com movimentos sociais de moradia e o CAU-RJ¹⁰⁰. Vários outros vereadores do campo da esquerda que inclusive tinham acúmulos reconhecidos da agenda da reforma urbana e dos conflitos urbanos, poderiam propor o projeto de lei, mas sabíamos dos aspectos simbólicos, mas também da importância política desse tema ser abordado por uma vereadora mulher negra e favelada, e como a redução do déficit habitacional para a vida das mulheres é essencial para a sua sobrevivência e autonomia.

Ela conseguiu enlaçar a partir da sua fala, gestos, acomodações, insubordinações e busca de passagens entre os diferentes espaços, as lutas simbólicas e plurais, fazendo exigências mais abrangentes, apesar do seu corpo ter sido percebido naquela casa legislativa a priori pelo viés machista e racista. Isso sempre foi evidente. Reivindicando uma vida que possa ser vivida.

Lembrando bell hooks (2018), em o “Feminismo é para todos: políticas arrebatadoras¹⁰¹”, quando ela discute

¹⁰⁰ Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - Rio de Janeiro.

¹⁰¹ Cf. HOOKS, bell. *Feminismo é para todos: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2018.

a ampliação da perspectiva de aliança num contexto em que “categorias” que devem nos unir como mulheres, se relaciona aos sistemas de opressão. O machismo, racismo vistos apenas como preconceito ou discriminação, não ajuda numa perspectiva de superação das opressões, do patriarcado e sexismo. E esse processo é positivo para todos. Marielle tinha essa clareza da importância de debater num contexto de diversidade e de buscar pontos de contato nas agendas políticas. Isso fica claro na composição de sua equipe e nos movimentos realizados por ela na luta pelos direitos humanos.

Ela e nós, corporificadas, desafiamos os controles da experiência urbana e a burocratização da existência, muito mais do que imaginávamos. Disputando o sentido e o direito de aparecer (BUTLER, 2018; RIBEIRO, 2009), opondo-se como Ana Clara Ribeiro afirmava: “a desmaterialização em papéis repetitivos em imagens reiterativas e em modelos de cidade (e de urbanidade) que [nos] excluem” (2009, p. 32).

Diante do assassinato revoltante de Marielle, fica claro para mim as reflexões de Ana Clara Ribeiro quando aponta que o espetáculo precisa ser libertado da espetacularização, porque “ela pode ser refletida como o impedimento do exercício do direito ao espetáculo”, ao direito de ser vista, lida e conhecida em seus próprios termos. Esse inclusive é um desafio ao falar de Marielle atualmente. Não desvirtuar sua história e a essência de sua luta e existência.

É como nosso esforço de construção de territorialidades lúdicas que sustentavam identificação e vínculos políticos, explodindo brechas que buscamos penetrar no espaço institucional, e ser tomada como referência positiva, para ação de muitos, resistindo à indiferença social e a invisibilidade que se baseiam no extermínio cultural e físico - onde as formas de apropriação. Nos definir pode ser um exercício de errar o alvo.



Figuras 9, 10 e 11 - Imagens de duas ações e relatório produzido durante a Mandata Marielle Franco 2017-2018.

PROJETOS DE LEI PROPOSTOS E APROVADOS ANTES DA EXECUÇÃO DE MARIELLE FRANCO EM 14 DE MARÇO DE 2018.

Projeto de Lei 0265/2017 Lei das casas de parto

Projetos de lei propostos e ainda não aprovados

Projeto de Lei 0016/2017 Pra fazer valer o aborto legal no Rio

PROJETOS DE LEI PROPOSTOS E APROVADOS APÓS O SEU ASSASSINATO POLÍTICO

PL nº 17/2017 Programa de Espaço Infantil Noturno que prevê o uso de creches e outras estruturas infantis da rede municipal para “atender à demanda de famílias que tenham suas atividades profissionais ou acadêmicas concentradas no horário noturno”.

PL nº 103/2017 Institui no calendário oficial da cidade o dia 25 de julho como o “Dia de Tereza de Benguela e da mulher negra”. Reconhecimento à história e cultura do africano do negro escravizado na cidade.

PL nº 417/2017 O projeto cria “campanha permanente de conscientização e enfrentamento ao assédio e à violência sexual” no Rio de Janeiro.

PL nº 515/2017 O projeto cria um “programa de efetivação de medidas socioeducativas em meio aberto”.

PL nº 555/2017 A vereadora propõe a criação do “Dossiê Mulher Carioca”, o qual conterá estatísticas periódicas sobre as mulheres atendidas por políticas públicas no município.

PL nº 642/2017 da Assistência técnica gratuita para construção e reforma de habitações de famílias de baixa renda



Figura 12 - Arte divulgada nas redes sociais do Psol Carioca sobre a aprovação do PL que garante assistência técnica gratuita às famílias com baixa renda.

PROJETOS DE LEI PROPOSTOS E REPROVADOS APÓS O SEU ASSASSINATO POLÍTICO

PL 0082/2017 - INCLUI O DIA DA VISIBILIDADE LÉSBICA NO CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – 17 de maio, dia em que a OMS (Organização Mundial de Saúde) excluiu a homossexualidade da CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde), em 1990.

Reprovado pelos vereadores por 19x17

ARTIGOS SOBRE A PROBLEMÁTICA URBANA:

FRANCO, Marielle; FRANCISCO, Monica; TAVARES, Rossana Brandão. “Nossos corpos, nossa cor, nossa cidade: os impactos causados pelas intervenções decorrentes dos grandes projetos de urbanização no Rio de Janeiro”. In: IBDU. *Direito à Cidade: uma outra visão de gênero*. São Paulo: IBDU, 2017.

FRANCO, Marielle. Sobre as mulheres negras e faveladas e a mobilidade urbana. Rio de Janeiro: *Revista da Blooks Livraria*, março/abril/maio 2017.

ARTIGO SOBRE A CONJUNTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA:

FRANCO, Marielle. O novo sempre vem. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, janeiro 2018.



Figura 13 - Arte amplamente difundida e reproduzida em homenagem a vereadora Marielle Franco.

IMAGINANDO INVERSÕES, PELO DIREITO À CIDADE

ROSSANA BRANDÃO TAVARES

* Este texto foi selecionado para apresentação em Sessão Temática e publicação nos ANAIS do XX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (XX ENANPUR) - Belém PA, 2023 - revisado para o livro.

APROXIMAÇÕES

Quais pistas teóricas e práticas de pesquisa, os tensionamentos e as lutas cotidianas nos territórios, expressam os desafios epistêmicos de ir além das identificações das desigualdades de gênero nos estudos urbanos? Partindo dessa pergunta, que temos nos questionado o quanto estamos reproduzindo a ideia de que as pautas feministas também são uma especificidade no planejamento, e ao mesmo tempo aderindo a um pensamento abstrato e desenraizado, nos conduzindo a repetição de uma abordagem desesperançada (RIBEIRO, 2010), que não nos conduz a perspectivas de transformação social a partir do agir político acadêmico.

Embora, ao longo de anos de experiência militante e acadêmica, mesmo amparada por reflexões críticas de autoras como Ana Clara Ribeiro (2010), tem sobressaído um olhar que ressalta apenas as consequências de políticas urbanas excludentes, heteronormativas e racistas, deixando de lado aquilo que Ribeiro chama a atenção sobre a necessidade de enxergar as potências em instáveis territorialidade. Entendendo que são

potências as formas de autodeterminação nos territórios, sejam eles urbanos, de luta, sejam eles institucionais, de pesquisa, para a construção vigilante e indisciplinada (TAVARES e RAMOS, 2021) de exercícios de visibilização e disputa de táticas significativas de existência, resistência e existências como mulheres. Indisciplinada por que procura não só advertir sobre a ordem e as normas patriarcais que estruturam o modo de produção capitalista do espaço urbano, como a própria produção do conhecimento. Ou seja, a realização do processo de investigação não está apartada de um projeto político emancipatório amplo, que se caracteriza pela interseccionalidade no próprio reconhecimento que o capitalismo, racismo e o patriarcado não estão dissociados. Isso significa que nossa formação social capitalista se relaciona à concentração do poder, em especial, o poder econômico nas mãos dos homens. Sendo assim, “o domínio cultural do poder enfatiza a crescente importância das ideias e da cultura na organização das relações de poder” (COLLINS e BILGE, 2020), e por essa razão, é preciso romper com esse fluxo.

Assim, o objetivo deste texto é apresentar compreensões sobre como a experiência de pesquisa e extensão com mulheres de ocupações na área portuária do Rio de Janeiro, concebida a partir das pautas feministas, têm permitido argumentar sobre a necessidade de reposicionar o debate da reprodução social na agenda urbana. Por isso, a ideia de inversões com intuito de pensar a problemática urbana a partir do cotidiano das mulheres, reposicionando a centralidade da vida produtiva como estratégia teórico conceitual para o campo do planejamento urbano. Diante da precariedade e de trajetórias particulares de gestão da moradia por mulheres, temos analisado como a própria ideia de despejo tem sido resignificada no processo de investigação em curso.

A abordagem interseccional da pesquisa opera como um mapa teórico-metodológico para entender a prática de pesquisa e extensão como ferramenta potente de resignificação da própria produção do conhecimento, fugindo de objetivos entre os quais buscam meramente explicar as coisas, sem interferências na

ordem social (COLLINS, 2019). Como premissa, são consideradas as vivências no terreno da investigação como um modo de levar a sério o conhecimento produzido por grupos marginalizados, nos termos de Patrícia Hill Collins. Neste caso, mulheres que têm vivenciado uma série de despejos circunstanciais que desenham trajetórias de vida e sabedorias em suas lutas individuais pela sobrevivência de si e dos seus. Relacionar essas histórias com o modo pela qual temos perpetuado o próprio conceito de direito à cidade, se revela também pela necessidade de radicalizar a perspectiva de pensamento categorial de María Lugónes (2020), fundamentado pelas experiências nos lugares sociais das sujeitas¹⁰² de pesquisa (KILOMBA, 2019).

É neste lugar que a narrativa do texto busca apresentar argumentos sobre o lugar do debate da reprodução social como ponto de partida de desconstrução de formulações, que partem do pressuposto que seria apenas necessário ampliar e expandir conceitos progressistas que estão por aí. Ao inverter conceitual e metodologicamente a abordagem de pesquisa, invertemos os significados epistemológicos e a centralidade do que é relevante ao realizar uma investigação.

ARGUMENTOS

É sabido que as mulheres estão mais vulneráveis à precariedade urbana, sobretudo, em razão das atividades vinculadas à reprodução social e às contradições impostas pela divisão sexual do trabalho para mulheres mais pobres, negras e indígenas. Esse estado de desigualdade social dos corpos feminizados se relaciona historicamente com fundamentos culturais e morais misóginos, que constroem uma complexa dimensão patriarcal e racista da experiência da desigualdade

¹⁰² Grada Kilomba em seu livro, *Memórias da Plantação*, nos convoca a retirar nossas interlocutoras de pesquisa do lugar de objetos de pesquisa, e reconhecê-las como sujeitas da investigação, pois elas também colaboram e participam da produção do conhecimento nesta interlocução. Cf. KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação*. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2019.

urbana, enquadrando as mulheres em papéis socioeconômicos que sustentam violentamente um sistema de perpetuação de vulnerabilidades e demarcações profundas de processos de segregação socioespacial, notoriamente paradoxal.

Para compreender o lugar contraditório do debate da reprodução social é preciso ter em mente que “a transição para capitalismo é uma questão primordial para a teoria feminista, já que a redefinição das tarefas produtivas e reprodutivas e as relações homem-mulher nesse período, ambas realizadas com máxima violência e intervenção estatal” (FEDERICI, 2017), demonstram a relevância desse movimento de inversão, isto é, colocar no centro a reprodução social para novas abordagens e estratégias de luta e produção do conhecimento frente à problemática urbana.

Uma perspectiva incorporada¹⁰³ e situada se mostram relevantes para dar luz aos questionamentos: como a invisibilidade do trabalho reprodutivo das mulheres no espaço doméstico e público das cidades, deixa de lado não só a sobrecarga de trabalho, mas quais são esses outros impactos na sua vida urbana e no seu corpo diante da precariedade? Isso estabelece um compromisso ético, político e ontológico inclusive de crítica aos planos e projetos urbanos/urbanização em nossos territórios brasileiros, considerando o enraizamento significativo do pensamento eurocêntrico e colonizado no modo como historicamente é pautado o debate do planejamento no século XX, apesar de esforços atuais de decolonizar epistemologicamente os estudos urbanos (LUGONES, 2019; WIJSMANA e FEAGAN, 2019). Com isso, as teorias feministas que considerem a dimensão da interconectividade sociocultural das contradições e desigualdades de gênero no espaço urbano, se mostram relevantes e centrais. Como caminho possível, partimos das práticas espaciais

¹⁰³ A ideia aqui é de um corpo incorporado e situado, diante da tendência à desterritorialização e descorporificação frente às opressões e desigualdades sociais. Cf. TAVARES, Rossana B.; BONADIO, Mariana G. Ao encontro do corpo: teorias da performatividade para um debate diferencial sobre espaço urbano. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.* 23, 2021.

genericadas¹⁰⁴ (TAVARES, 2015) diante de corpos feminizados em situação de precariedade urbana, com vistas a buscar trajetórias de moradia de mulheres para nos auxiliarem na construção de subsídios teóricos e metodológicos de rompimento ao dualismo positivista (homem-mulher, natureza-cultura), quanto de decompor o debate binário das análises urbanas, apontando para o reconhecimento do aspecto paradoxal do espaço (ROSE, 1993). Pistas teóricas presentes na interseccionalidade (COLLINS e BILGE, 2020), que buscam o enfrentamento das desigualdades e desconstruir a heteronormatividade em nossas práticas e formulações de pesquisa, é uma perspectiva de dimensão de luta e como possibilidade de uma teoria crítica (COLLINS, 2022) que dê suporte ao processo de inversão, de mudança de paradigma.

Esse esforço de pesquisa visa sair do lugar comum que os estudos urbanos (no chamado estudos de gênero) mais frequentes têm se concentrado: o medo do assédio e da violência no espaço público. A ideia não é menosprezar esse aspecto importante da experiência cotidiana das mulheres, mas contextualizá-lo às práticas espaciais a partir da vida cotidiana atravessada pelas contradições da reprodução social, como um caminho para construção de um pensamento teórico-metodológico e propositivo. Nesse sentido, foi escolhido o Rio de Janeiro como território emblemático para o levantamento de informações e construção de análises, sobretudo, com a naturalização e banalização das resistências das mulheres na cidade, como por exemplo, mães faveladas que lutam por justiça diante da morte de seus filhos em situações de conflitos. Ou mesmo, das lutas empreendidas nos últimos anos contra os despejos forçados na região metropolitana do Rio de Janeiro, em ocasião dos Megaeventos Esportivos. Somos críticas à romantização de sua luta e alianças (BUTLER, 2018), pois perpassa pela desumanização dos seus corpos em contextos

¹⁰⁴ O conceito de práticas genericadas relaciona-se tanto ao movimento de reprodução dos papéis de gênero como no movimento de subversão e estranhamento a estes papéis. Cf. TAVARES, R. B.. *Indiferença à Diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero*. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em Urbanismo, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

urbanos de violência extrema. Ao mesmo tempo, é fundamental compreender que a precariedade urbana é um obstáculo estrutural, por gerar condições favoráveis à perpetuação de opressões e consequentemente das desigualdades de gênero. Como a análise parte de mulheres que atualmente residem na área portuária, vale considerar algumas questões, justamente por ter sido uma região emblemática da luta pelo direito à cidade nos últimos anos.

O discurso de erradicação da precariedade na cidade foi um discurso propagado pela gestão pública para criar condições institucionais e políticas para a implementação de projetos e operações urbanas que visavam atender, em uma camada mais superficial, às exigências da FIFA e do COI para os Megaeventos Esportivos, que a cidade do Rio de Janeiro sediou em 2014 e 2016. Calçadas num sentido de cidade global de ordem urbana, vemos que corresponderam às estratégias renovadas de uma política higienista onde os interesses e os direitos de mulheres pobres, negras, indígenas, ambulantes, prostitutas, trabalhadoras de baixa remuneração, idosas, jovens, crianças, pessoas trans, todas aquelas fora do padrão heteronormativo patriarcal, foram dramaticamente violados em diversos territórios da cidade.

As áreas mais precárias das favelas e de bairros periféricos da zona norte e oeste do Rio de Janeiro, foram as mais impactadas pelos despejos forçados (CCOP, 2014) e coincidem com os dados estatísticos (IBGE, 2010) onde se identificam os setores censitários com péssimos indicadores sociais. Nestes locais, há predominância de domicílios chefiados por mulheres - variação de 40% a 80% (TAVARES, 2012), como é o caso da área portuária. Não é por acaso o destaque e o protagonismo das mulheres na luta pelo direito à moradia. Na atual conjuntura de pandemia, os dados são alarmantes. A Fiocruz confirma que as áreas mais pobres da cidade são as mais impactadas (Radar Covid-19 Favelas e Fiocruz). Questões relacionadas ao saneamento são fatores determinantes na exposição aos riscos, somada à vulnerabilidade socioeconômica.

É relevante considerar as reflexões sobre o planejamento urbano e urbanismo das cidades brasileiras que concluem que as cidades têm sido, sim, bem planejadas mas para os interesses de uma minoria privilegiada, responsável por dinâmicas políticas, sociais e econômicas, geradoras historicamente de problemas urbanos e desigualdades (tais como déficit habitacional qualitativo e quantitativo, especulação imobiliária, atividades industriais e de serviços poluentes, ausência de saneamento adequado, impactos socioambientais, déficit de mobilidade/transporte público, aumento do custo de vida, violência urbana - consequentemente, violação de direitos).

A pressão para a manutenção desta lógica, sobretudo, numa conjuntura de pandemia da Covid19 (MARICATO, 2020) revela como as mulheres são afetadas justamente pela tensão familiar e social frente às recomendações de isolamento e necessidade de coletivizar os cuidados/atividades relacionados à reprodução no espaço doméstico (HELENE, 2020). Portanto, a análise e consideração de práticas espaciais num contexto de crise sanitária, social e política, contribui para que reconheçamos os processos de resistência como possibilidades das “viradas de mesa”, em que os corpos feminizados (LORDE, 2019) não deveriam ser espetacularizados, mas abertos para se transformarem em espetáculo como direito (RIBEIRO, 2010) ou do direito a aparecer - “uma demanda corporal de um conjunto de vida mais vivíveis” (BUTLER, 2018).

INVERTENDO

Na virada do século XX para o XXI, fica cada vez mais evidente como o processo de fragmentação das pautas políticas dos movimentos de reforma urbana tem reverberado também em análises fracionadas da complexidade urbana, mesmo que numa perspectiva do direito à cidade como horizonte. Ainda que na teoria, as políticas setoriais - habitação, saneamento, mobilidade e transporte, política fundiária - sejam percebidas como atrela-

das, na prática elas se separaram, fazendo inclusive que as pautas feministas se tornassem específicas e não-estruturais nas formulações de políticas públicas, que influenciaram todo um campo de atuação nos últimos anos. A proposta de titularidade preferencial às mulheres acabou por reduzir a relevância de disputar outros sentidos de luta que não só abarque as reivindicações feministas, mas que a estrutura de formulação das estratégias políticas poderia ser produzida a partir das teorias feministas.

É possível afirmar que caímos na armadilha da lógica neoliberal de gestão das cidades? Podemos responder essa pergunta à luz das reflexões de Maxine Molyneux (2010) ao tratar da necessária conjugação entre interesses práticos e estratégico, aos quais os práticos se relacionam às urgências do dia-a-dia, na luta uma vida mais vivível (BUTLER, 2018), e os estratégicos se relacionam às estratégias de luta como meta. Considerando experiências não só de pesquisa, mas também no âmbito da militância, a meu ver, houve momentos de rupturas com a perspectiva estratégica de transformação estrutural do modo de produção do espaço urbano. Uma condição política que nos priva da possibilidade de mudança, perpetuando os ideais de classe média branca como régua das definições de exclusão e desigualdades, em especial da centralidade ideológica da família nuclear heterossexual, com seus valores culturais e econômicos burgueses (HAIDER, 2019). A proposta de moradia historicamente se estrutura nesta formatação tradicional e conservadora de família, das propostas de financiamento a projetos arquitetônicos de habitação.

Durante mais de uma década de estudos e convivência com mulheres na área portuária¹⁰⁵, notadamente, moradoras extremamente precarizadas, residentes em ocupações organizadas pelo tráfico local, venho observando como o debate acerca da moradia não só precisa ultrapassar a noção do teto, da produção

¹⁰⁵ Desde o Fórum Comunitário do Porto formado em 2010 até o presente momento com trabalho em parceria com o Projeto Dialogicidades, coordenado pela profa. Isabel Cardoso FSS/UERJ.

habitacional, como o cotidiano das atividades da reprodução social. Isto porque nos conduzem à reflexão da multidimensionalidade do trabalho da vida urbana, e da necessidade de condução de uma teoria integrada e não dicotômica entre vida produtiva e reprodutiva, para a ampliação da perspectiva do direito à cidade, que parece ter se esvaziado seu sentido.

Nos termos de Tithi Bhattacharya (2019), intelectual feminista que propõe a relevância da reprodução social nos estudos marxistas, define que a reprodução social se relaciona pelas seguintes atividades: (i) atividades regenerativas às mulheres trabalhadoras fora do processo de produção – alimentação, descanso e cuidados – para que possa retornar ao trabalho no dia seguinte; (ii) atividades regenerativas e mantenedoras de pessoas não-trabalhadoras que não exercem funções produtivas – crianças, idosos/as, adultos/as desempregados/as e/ou com deficiência; e (iii) “reprodução de trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz” (2019, p. 103). Assim, nos questionamos como as mulheres pobres em bairros precários estão dando conta dessas atividades? Entendendo que a própria lógica econômica responsável pelo modo de produção do espaço urbano, geralmente induz e reproduz a precarização, impondo às populações à insegurança e à desesperança (BUTLER, 2018), é relevante destacar as análises sobre a vida das mulheres diante da precariedade urbana atentando para a reprodução social. É importante enfatizar que o trabalho doméstico é parte paradoxal do espaço urbano, ou seja, não se reduz a casa ao espaço privado. As mulheres precisam ir ao mercado, ao posto de saúde, acompanhar seus idosos(as), levar os filhos e filhas para a escola. Elas também precisam exercer o trabalho produtivo e ele pode ser realizado em qualquer área de uma metrópole. Ou mesmo, exercendo trabalho reprodutivo remunerado em outro núcleo familiar que não o seu. Isso se dificulta pelas adversidades e precariedades urbanas, mas também pelo isolamento, sobretudo, porque a mobilidade das cidades é pensada para que trabalhadores e trabalhadoras

cheguem às principais centralidades, onde se concentram as ofertas de trabalho produtivo remunerado.

Contudo, falar sobre essas atividades de forma fria e pragmática não nos leva aos argumentos suficientes para reivindicar uma inversão de abordagem. Foi possível compreender a relevância dessa dimensão quando nos deparamos com aquilo que chamamos de *trajetórias de moradia*¹⁰⁶. Ao longo do trabalho de formação política e sistematização através de projeto de extensão, e da observação participante realizada, foi possível compreender que as situações de despejos e deslocamentos do local de moradia fazem parte da biografia dessas mulheres. E a intensidade dos fluxos dessas trajetórias não se restringe a área portuária. Para todas elas, é o lugar onde elas estabilizam esses fluxos na última década, mesmo diante do Projeto Porto Maravilha que tem sido usado pela gestão municipal para justificar os despejos forçados há mais de uma década.

Algumas já haviam sido reassentadas em conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida na zona norte e zona oeste, mas retornam a área portuária em condições extremas de vulnerabilidade social, precisando buscar meios de minimamente conseguir um teto, mesmo que isso signifique ser “escudo do tráfico”, como é caso de algumas das mulheres que conhecemos. Em outros casos, a chegada na região se dá por conta de situações familiares de violência, limites econômicos (já que muitas são as chefes/responsáveis de suas famílias), e por essa razão, precisam se reconduzir de forma circunstancial para outros locais de moradia, mesmo que isso implique em estar sujeita a piores condições de vida, expondo-se às doenças e outras formas de violência nas ocupações que a maioria atualmente reside. Há aquelas que já moraram em ocupações organizadas por movimentos sociais, ou ainda, em imóveis cedidos por pessoas próximas, por patrões ou por políticos. Contudo, o grupo de mulheres que participou

¹⁰⁶ Por questões éticas de pesquisa, e a necessidade no momento do anonimato das mulheres sujeitas desta pesquisa, não revelaremos seus nomes e qualquer dado que possa conduzir a identificação das mesmas.

do trabalho estão hoje em situações de extrema vulnerabilidade, contando com apoio de ações sociais¹⁰⁷ no território.

O fluxo dessas mulheres se impôs pelas distâncias e custos nos deslocamentos para o trabalho produtivo, pelo isolamento social imposto, pela presença das milícias ou da violência urbana numa preocupação com a vulnerabilidade de seus filhos, ou ainda por eventos naturais associados às mudanças climáticas e precariedade urbana: enchentes e desmoronamentos. A grande maioria não é natural do Rio de Janeiro, e quando interpeladas em uma dinâmica de leitura do livro de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de Despejo*, sobre qual seria o ideal de moradia para elas, todas responderam que voltariam para sua terra natal.

Construímos diálogos com elas a partir do lugar da universidade, lidando com nossos muros e incompreensões das dimensões corporificadas das experiências dessas trajetórias de moradia. Como algo que acontece pelas beiradas da vida urbana, mas que na verdade diz muito sobre a vida de muitas mulheres e como a vida urbana, estruturada pela precariedade, desenham redes de apoio em que o Estado estabelece uma necropolítica (MBEMBE, 2018) pela negligência e ausência. Por essa razão, que entendemos que a relação com essa intensidade de fluxos de moradia, colaboram para ampliar o sentido de despejo forçado, pois elas relatam que não havia outra alternativa que desenhar essa trajetória, essa experiência urbana, uma corpografia (JACQUES, 2008) marginal, pelas margens, pelas tangentes que num certo sentido disputam a superfície da experiência urbana (RIBEIRO, 2010). São desejos atravessados pela sobrevivência, mas que também circunscrevem potências que impulsionam forças do percebido coletivamente como em cada corpo como possível – capacidade desejante de transformar a realidade, nos termos de Verónica Gago (2020). Tornando-se protagonistas de

¹⁰⁷ A Associação Cultural Lanchonete-Lanchonete vem realizando há alguns anos projetos com crianças e suas mães na área portuária, com trabalhos educativos, serviço social, saúde mental e alimentação. O trabalho de extensão e pesquisa em parceria com Dialogicidade fez parte de atividades da associação, em especial na Roda de Mulheres Multiplicadoras.

suas histórias e trajetórias, exercendo ao seu modo o direito ao espetáculo.

Olhar para essas trajetórias tem permitido uma compreensão mais profunda da importância da reprodução social na garantia pelo direito à cidade, de como apenas buscar uma perspectiva reformista é continuar colocando na marginalidade a centralidade do cuidado, como trabalho, e da sobrevivência dos corpos feminizados, como trabalho fundamental para a manutenção da vida urbana.

Aqui não reivindicamos políticas que perpetuam a lógica do familismo. Pelo contrário, já que compreendo que o familismo atua de modo a transferir para a família e às mulheres a tarefa de atuarem como os “pilares da sociedade”, e encarnarem o papel de responsabilidade de combater a pobreza geracional. O discurso de urgência de recomposição familiar como solução, ao invés de assegurar políticas públicas efetivas, revela valores conservadores e convenientes às “ideologias neoliberais, para reafirmar o lugar de subalternidade das mulheres. [...] Aliada a isso, a falta de controle e de independência da mulher sobre o curso do tempo de sua vida, dificulta a construção de sua emancipação e da autonomia sobre si mesma, sobre sua história” (OLIVEIRA, MARQUES, 2019). Mediadas por essa crítica, entendo também que precisamos assumir que temos pensado pela lógica do familismo, mesmo sendo críticos no campo do Planejamento Urbano. Porém, se olharmos a história de nossas justificativas, como mencionado anteriormente, para a titularidade preferencial às mulheres em programas de habitação, caímos na mesma armadilha.

Fazer esse movimento de inversão que permita que as trajetórias de moradias das mulheres tenham mais a ver com seu exercício de autonomia, do que com sucessivos despejos circunstanciais, atravessados por imposições e decisões, marcadas pela busca de uma vida mais vivível em nossas cidades, impacta toda a lógica de pensarmos o planejamento para os 99% (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019), um lema

do feminismo na luta anticapitalista, antirracista e contra o patriarcado. Construir uma narrativa de afirmação é confrontar as abordagens desesperançadas, como arguia Ana Clara Ribeiro, no sentido de sermos críticas a persistência das desigualdades sociais, mas analisando como as estratégias e potências que surgem no âmbito das instáveis territorialidades entre as quais podem revelar pontos de inflexão e de possíveis transformações sociais diante de processos de luta pela própria sobrevivência.

A perspectiva para inverter os olhares sobre os corpos das mulheres, é uma busca também teórica, nada fácil, de superar olhares destes como superfície da violência e do medo. Assim, construímos um caminho de nos considerarmos como agentes mobilizadoras e propositoras de lutas acadêmicas e territoriais (que transcendem o público e o privado) que nos sinalizam a urgência de outras abordagens na disciplina. Pensar e analisar “contexto urbano” precisa ir além de um viés dito “social” que encara superficialmente visões dicotômicas das cidades, do habitat. As experiências e movimentações das mulheres já se constituem como diretrizes teóricas e práticas de subversão e de inversões de olhares sobre o espaço.

Assim, a partir das reflexões apresentadas, consideramos que esse é um texto que se pretende aberto, sem conclusões e considerações finais. Contudo, demonstra no processo de investigação em curso, quais análises já podemos produzir a partir de resultados preliminares, refletindo como temos construído possibilidades do diálogo com o território através do trabalho de campo, e das reflexões que se pode suscitar levando em conta a reprodução social no planejamento urbano, pelo direito à cidade, no esperar feminista ainda no processo de Imaginar, segundo Debora Diniz e Ivone Gebara.

E mais uma vez pedimos à imaginação que assuma o poder e que nos inspire a criar novas relações e novas políticas sociais que favoreçam o respeito à vida das mulheres e de todas as vidas que existem neste momento único. [...] Sonho simples e difícil ao mesmo tempo - Ivone Gebara (DINIZ; GEBARA, 2022, p.60).

Posfácio

POR UMA INDISCIPLINA MOBILIZADORA: O PROJETO TEÓRICO, DISCURSIVO E POLÍTICO FEMINISMURBANA.

FERNANDA SANCHEZ

Bem-vinda a obra *Feminismurbana*, um projeto acadêmico-político, de Rossana Brandão Tavares e Diana Helene Ramos. As autoras partem de um movimento de celebração dos 10 anos do blog *Feminisurbana* e aproveitam a oportunidade para dar contornos à reimaginação de suas trajetórias enquanto acadêmicas feministas. A reunião, de forma revisada, de artigos e textos publicados ao longo de uma década permite identificar esta trajetória como um projeto, ao mesmo tempo, teórico, discursivo e político. Compartilhar a obra no campo dos estudos urbanos abre diversas possibilidades de diálogos e apropriações na arquitetura e urbanismo, no planejamento urbano, nas ciências sociais, bem como nos coletivos e movimentos feministas.

Os textos que compõem a primeira sessão da obra refletem os caminhos das duas pesquisadoras e professoras, os desafios teóricos e metodológicos que foram se propondo a enfrentar, os conceitos que têm disputado no campo da arquitetura e urbanismo à luz das abordagens das teorias feministas. As análises acerca da urbanização das cidades aparecem sob recorte e foco nas mulheres nos espaços públicos. Elas convidam a refletir e tratar as desigual-

dades de gênero bem como a construção dos feminismos a partir do espaço, dos territórios e territorialidades urbanas.

Como notas da leitura da segunda sessão da obra chamam a atenção as reflexões que envolvem as diversas dimensões dos nossos corpos nas cidades. As experiências de luta corporificadas e situadas revelam as diversas tensões e conflitos diante da injustiça, da violência de gênero e do racismo ambiental nos territórios urbanos.

A terceira sessão, que fecha a publicação, está voltada às lutas urbanas dos movimentos de mulheres. Os trabalhos desta seção mostram olhares sensíveis e comprometidos com as lutas urbanas para a vida das mulheres. Por outro lado, revelam o envolvimento direto das autoras, ao longo de suas caminhadas, com os movimentos sociais, com a educação popular, com os projetos participativos. Como questão mobilizadora de fundo está a intenção de incidência em políticas públicas de moradia e urbanas, desenhadas sob uma perspectiva generificada.

Reavaliar o campo sob o prisma da crítica feminista é tarefa que envolve enfrentar conceitos tradicionais da epistemologia dominante, reavaliá-los, redefini-los e reconstruí-los. O debate de gênero proposto não é apenas mais um tema, uma especificidade a ser acrescida aos ritos metodológicos dos estudos urbanos, mas sim uma perspectiva de conhecimento e reconhecimento, de encontro com os seus corpos sociais e políticos que disputam novas linguagens, por meio deles, no trabalho de ensino, de pesquisa e de extensão, assim como nas lutas antirracistas e anticapitalistas.

Trabalhar com o pressuposto da experimentação teórica e prática no campo da arquitetura e urbanismo tem sido uma tarefa das autoras enquanto sujeitas do conhecimento. As referências acionadas neste movimento buscam promover um giro para humanizar o campo, para compreender as diferenças e a diversidade nas situações territoriais do cotidiano, para identificar novas histórias coletivas e configurar espaços que defendam a vida.

Esta obra se mostra vital ao exercitar perspectivas contra hegemônicas, inverter e subverter análises espaciais, reivindicar uma indisciplina mobilizadora, contra a ordem e a norma na produção dominante do conhecimento. Desta forma, acena com possibilidades (e mostrar a necessidade!) de viradas epistemológicas à luz das teorias feministas, que são também interseccionais e decoloniais. A leitura interseccional do cotidiano nas cidades, assumida nos textos aqui apresentados, abarca as diversas condições de opressão estruturadas pela colonialidade capitalista e pela sociedade patriarcal. Promover a epistemologia feminista, neste contexto, é também discutir sua importância e potência como instrumento encarnado na realidade social, em favor das mulheres, para incidir no cotidiano e inspirar projetos emancipadores.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- AGREST, Diana I. "Architecture from without: Body, Logic, and Sex". In: **Assemblage**. No. 7. MIT Press: Cambridge (USA), Oct. 1988. p. 28-41.
- AGUINAGA, Margarita et al. Pensar a partir do feminismo. Críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA, Jorge (Org.). **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Elefante Editora, 2017.
- AHMED, Sara. **Queer phenomenology: orientations, objects, others**. Durham; Londres: Duke University Press, 2006.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- ALCOFF, Linda M. "Uma epistemologia para a próxima revolução". In: **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 129-143, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6082>. Acesso em: 28 maio. 2021.
- ALFONSIN, Betânia de Moraes. Operações urbanas consorciadas como instrumento de captação de mais valias urbanas: um imperativo da nova ordem jurídico-urbanística In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia. **Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. (Org.). **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 5. ed. Joinville, SC: UNIVILLE, 2005.
- ANDRADE, Luciana. **Reverso de um espetáculo urbano: desafios e perspectivas para uma arquitetura habitacional popular**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2013.
- ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre – de Artigos aos mutirões**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 11-74.
- ARRUZZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BARAVELLI, José Eduardo. **O Cooperativismo Uruguaio na Habitação Social de São Paulo: das Cooperativas Fucvam à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha**. Dissertação de mestrado, São Paulo, FAU-USP, 2006.
- BEGUIN, François. **As maquinarias inglesas do conforto**. São Paulo, Espaço e debates, n. 34, 1991.

- BERTARELLI, Ernesto. “A guerra contra o espartilho”. In: **Estado de São Paulo** - Quinta-feira, 21 de setembro de 1911 (Arquivo Estado).
- BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social?. Originalmente em *Socialist Worker*, 10 set.2013. Tradução de Maíra Mee Silva e revisão técnica de Mariana Luppi. **Outubro Revista**, Edição 32. set, 2019. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>
- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 6o ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011
- BONFANTE, G.; HELENE, D. A casa, a metafísica referencial e a descolonização ideológica da arquitetura e do urbanismo. **Revista Periódicus**, UFBA, 2022.
- BORGES, L. **“As meninas entraram na Casa pra ficar”. Corpos, marcas e narrativas: História(s) e disputas da Casa Nem**. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- BRANDÃO, Maria Beatriz. **O urbanismo e a complexidade moriniana: um exercício epistemológico**. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em Urbanismo, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.
- BRENNER, N. **Espaço de Urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**, Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2018.
- BRESCIANI, Stella. “Sanitarismo e configuração do espaço urbano” In: CORDEIRO, Simone (org.). **Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitário e urbanização**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010, p. 15-33.
- BRITTO, Fabiana D. *Co-implicações entre Corpo e Cidade: da sala de aula à plataforma de ações*. In: JACQUES, P.B. & BRITTO, F.D. (org.) **Corporidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 12-23.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- _____. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CABIRIA. **Mujeres y migraciones en Europa**. Lyon : le Dragon lune éd, 2004 .
- CALABI, Donatella. **História do Urbanismo Europeu**. São Paulo: Perspectiva, 2012
- CARDANO, Mario. **Manual de Pesquisa Qualitativa – A contribuição da teoria da argumentação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2017.
- CARDOSO, Mirian Limoeiro. **O mito do método**. Seminário de Metodologia Estatística, PUC - Rio de Janeiro, 1971.
- CHALHOUB, Sidney. **A cidade febril - cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Academia das Letras, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2012.
- COLLINS, Patricia H. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- _____. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

- _____. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- CPCO. Comitê Popular da Copa e Olimpíadas. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Dossiê, Rio de Janeiro, 2014.
- CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>.
- CURIEL, Ochy. “Construindo metodologias a partir do feminismo decolonial”. In: HOLLANDA, H.B. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-139.
- CUTHBERT, Alexander R. **Compreendendo as cidades: método em projeto urbano**. São Paulo: Perspectiva, 2021.
- DAVIS, A. **Mulheres, classe e raça**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DINIZ, Debora; GEBARA, Ivone. **Esperançar feminista**. Rio de Janeiro. Rosa dos Ventos, 2022.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1976.
- DUARTE, A. **Enviadescer: a Casa 1 e a ancoragem LGBTQ no Bixiga**, São Paulo. 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 2021.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. São Paulo: Jorge Zahar, 1994.
- FARIAS, Juliana Barreto de; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo. **Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Editora Alameda, 2006
- FAUSTINO, Cristiane. “‘Desenvolvimento’ e Desigualdades Sociais”. In: FASE. **Caderno de Debates: Juventude e Direitos na Cidade**. FASE - Solidariedade e Educação - Programa Nacional Direito à Cidade: Rio de Janeiro/RJ, 2013.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2017.
- _____. **Ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- _____. **Medo e ousadia cotidiano do professor**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca; NAME, Leo. “Epistemologia da laje”. In: **Tempo Social** [online], v. 31, n. 1, p. 153-172, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.151262>>.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988
- FURTADO, Fabrina. Nem “Nossos Corpos, Nem Nossos Territórios: Mulheres, Desenvolvimento e Conflitos Ambientais”. **42o Encontro Anual da Associação Nacional de Ciências Sociais (ANPOCS)**. Caxambu, 2018.
- GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. Editora Elefante, 2020.
- GARCIA, Carolina G. **Gênero da cidade em disputa: práticas artísticas como**

- manifestação do dissenso.** Dissertação de mestrado. PROPUR/UFRGS: Porto Alegre, 2018.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e luta pela moradia.** São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- GONZAGA, Terezinha. de O. **A cidade e a Arquitetura também mulher : planejamento Urbano, projetos arquitetônicos e gênero.** São Paulo: Editora Annablume, 2011.
- GONZALES, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**, p. 49-64. São Paulo, Zahar, 2020.
- _____. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: SILVA, L. A. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos.** Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, 1983. pp. 223-244.
- GRAHAM, S. **House and Street: the Domestic World of Servants and Masters in Nineteenth-Century Rio de Janeiro.** University of Texas Press, 1992.
- HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje.** Tradução: Leo Vinicius Liberato. São Paulo: Editora Veneta, 2019.
- HALL, Stuart. “O ocidente e o resto: discurso e poder (“The West and the Rest; Discourse and Power”). In: **Modernity: An Introduction to Modern Societies.** Cambridge: Blackwell Publishing, 1996. pp. 201-277). Tradução CARLA D’ELIA. In: Projeto História, São Paulo, n. 56, páginas 314-361, Mai.-Ago. 2016
- HARAWAY, Donna J. *Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX.* In: TADEU, Tomaz (Org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 33-118.
- HARDING, Sandra. **The science question in feminism.** Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARKOT, Marina Kohler. **A bicicleta e as mulheres: Mobilidade ativa, gênero e desigualdades socioterritoriais em São Paulo.** Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Planejamento Urbano e Regional: São Paulo, 2018.
- HELENE, Diana.; ALBINATI, M.; LAZARINI, K.; ANDREOTTI, M. B. Um ensaio sobre a urbanização capitalista como tecnologia: colonialidade, racialização e cis-hétero-patriarcado. In: KLEBA, J. et al (org.) **Engenharías e outras práticas técnicas engajadas: Diálogos interdisciplinares e decoloniais**, v. 3. João Pessoa: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2022.
- _____. LAZARINI, Kaya; ANDREOTTI, Maria Beatriz. “A gestão dos cuidados tem gênero, raça e classe: as zonas de sacrifício da Covid-19 nas cidades brasileiras”. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.** São Paulo, v. 21, n.1, p. 28-43, 2021.
- _____. Eu quero sair daqui!:do isolamento doméstico a coletivização do cuidado. In: BORGES, A.; MARQUES, L. (org). **Coronavírus e as cidades no Brasil: reflexões durante a pandemia.** Rio de Janeiro :Outras Letras, 2020.
- _____. “O movimento social das prostitutas e o direito à cidade para as mulheres”. In: **Anais Fazendo Gênero 11**, IEG/UFSC, Florianópolis, 2017.

- _____. “PRETA, POBRE E PUTA”: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. Tese (doutorado) – UFRJ, IPPUR, Rio de Janeiro, 2015.
- _____. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metr pole**, v. 21, p. 951-974, 2019.
- _____. Mulheres e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **V ENANPARQ**, Salvador: FAUUFBA, 2018.
- _____. LAZARINI, K. Autonomie et  mancipation: les femmes dans les mobilisations pour le droit au logement. In: **Colloque Perspectives F ministes sur le logement des femmes**, 2018. Anais [...]. Montréal: UQAM, 2018.
- _____. “Blema, o ‘causo’ da  gua Encanada no Cariri Velho”. **Revista TOPOS**, v. 1, n. 3 (2017), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente/SP, Set - Dez. p. 67-78, 2017.
- _____. **A guerra dos lugares nas ocupações de edifícios abandonados do centro de São Paulo**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2009.
- HIRATA, Helena. “Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”. **Tempo Social** [online]. 2014, v. 26, n. 1. p. 61-73. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>>
- HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Elefante, 2020.
- _____. Constituir o lar: um espaço de resistência. In: **Anseios: gênero e políticas culturais**. São Paulo: Elefante, 2019a, p. 102-117.
- _____. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019b.
- _____. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Rev. Bras. Ciênc. Pol t.**, Brasília, n. 16, Apr. 2015. pp. 193-210.
- _____. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU. **Direito   Cidade: uma visão por gênero** - São Paulo: IBDU, 2017. Disponível em: <http://www.ibdu.org.br/eficiente/repositorio/Projetos-de-Pesquisa/486.pdf>
- _____. **Direito   Cidade: novos olhares** - São Paulo: IBDU, 2017. Disponível em <http://www.ibdu.org.br/eficiente/repositorio/Projetos-de-Pesquisa/491.pdf>
- HUBBARD, Phil. **Cities and sexualities**. Nova York: Routledge, 2012
- IPEA/ONU. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**, 1995/2015.
- ITIKAWA, L. **Mulheres na periferia do urbanismo - Informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban**. Buenos Aires, CLACSO; IDEAs. CODESRIA, 2015.
- JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Zahar, 2000.
- JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas. **Arquitextos**, São Paulo, ano 08, n. 093.07, Vitruvius, fev. 2008 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>>.
- _____. *Zonas de Tensão: em busca de micro – resistências urbanas*. In: JACQUES, P.B.

- & BRITTO, F.D. (Orgs.) **Corpocidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010 (p. 106-119).
- KAPP, Slike; LINO, Sulamita Fonseca. “Na cozinha dos modernos”. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, vol 15, no 16, Belo Horizonte, 2008.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 55-63.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2019.
- _____. “The Mask”. In: **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag. 2. Auflage, 2010.
- _____. **Descolonizando o conhecimento**. Projeto Episódios do Sul. Goethe-Institut São Paulo, 2016. Disponível em <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1982.
- _____. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1982.
- LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Buenos Aires, 2005.
- LATENDRESSE, Anne. “La ville: un espace investi par les femmes et le groupes de femmes?” In: **Actes du 4 Congrès International des recherches féministes dans la francophonie plurielle**. Ottawa, Les éditions du remeu-ménage: 2005.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l’espace**. 4a Edição. Paris: Anthropos, 2000.
- _____. **Le manifeste différentialiste**. Paris: Ed. Gallimard, 1970.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEITE, Gabriela. (entrevista) “Daspu: uma grife surpreendente”. In: **Revista Caros Amigos** nº 106. São Paulo: Editora Casa Amarela, Janeiro de 2006.
- LESSA, Sérgio. **Serviço social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LIMA, Ana Gabriela Godinho “Ensino de Arquitetura e Urbanismo: Discurso, Prática Projetual e Gênero”. In: MOASSAB, Andréia; NAME, Leo. **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.
- LORDE, Audre. **Irmã Outsider - ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2019.
- LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H.B. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p.52-83.
- _____. Rumo a um feminismo descolonial. **Rev. Estud. Fem** v. 22, n. 3, 2014, p. 935-952.
- Madel T. Luz, “Impactos da tecnociência nos saberes, na cultura da vida e saúde”, **Forum Sociológico** [Online], 24 | 2014, posto online no dia 01 novembro 2014,

- consultado o 10 dezembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/sociologico/1007> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/sociologico.1007>.
- MARICATO, Ermínia. O coronavírus e um plano de emergência para as cidades. in: BORGES, A.; MARQUES, L. (org.). **Coronavírus e as cidades no Brasil: reflexões durante a pandemia**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2020.
- MASSEY, D. **Pelo espaço: por uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MENESES, Leonardo Figueiredo de. **O conhecimento da geodiversidade para o desenvolvimento regional do Cariri Paraibano**. Programa de Pós-Graduação em Geografia (tese de doutorado). Universidade Federal da Paraíba, 2020.
- MOLYNEUX, Maxime. Mobilization without emancipation? women's interests, the state, and revolution in nicaragua. In: KROOK, Mona Lena; CHILDS, Sarah (org.). **Women, gender, and politics: a reader**. Oxford: Oxford University Press, p. 21-28, 2010.
- MONNET, Nadja, “Qu'implique flâner au féminin en ce début de vingt et unième siècle? Réflexions d'une ethnographe à l'œuvre sur la place de Catalogne à Barcelone” . In: **Wagadu** [online] - Volume 7, Fall: 2009.
- MOASSAB Andréia; NAME Leo (Orgs.) **Por um Ensino Insurgente em Arquitetura e Urbanismo**. Editora Universitária da UNILA, Foz do Iguaçu; Primeira Edição, 2020.
- _____. HOSHINO, Thiago; BERTH, Joice. **As Marcas Urbanas da Violência Colonial**. Geledés: Instituto da Mulher Negra, São Paulo/online, p. 1 - 5, 14 maio 2016.
- MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005
- MUXÍ MARTÍNEZ, Zaida. **Más allá del umbral. Mujeres, casas y ciudades**. Primera. ed. Barcelona: DPR-Barcelona, 2018.
- NAME, Leo; FREITEZ CARRILLO, O . Cartografias alternativas decoloniais. Gênero, sexualidades e espaços em uma universidade em área transfronteiriça. **ARQUITEXTOS** (São Paulo), v. 20, p. 1-15-1, 2019.
- NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo: CosacNaify, 2008.
- OLIVEIRA, E. L.; MARQUES, A. C. S. Familismo, patriarcado e empobrecimento feminino na comunicação pública do governo sobre o Programa Bolsa-Família. **Anagrama**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 1-21, 2019. DOI: 10.11606/issn.1982-1689.anagrama.2019.157549. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/157549>.
- OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. In: **Rev. Estudos Feministas**, (v16, n. 2), 2008.
- PHETERSON, Gail. **The whore stigma**. Den Haag: Ministerie van Sociale Zaken en Werkgelegenheid, 1986.
- PEREIRA, Gabriela Leandro. **Corpo, discurso e território: a cidade em disputa**

nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus. Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2015.

PEREIRA, T. “Sustentabilidade e justiça ambiental na Baixada Fluminense: identificando problemas ambientais a partir das demandas ao Ministério Público”. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 339-358, jan/jun 2013

PERROT, Michelle. **Os excluídos das histórias.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988

PINA, Alice M. de; RIBEIRO, Cláudio R.; HALFEN, Vítor. “A Reprodução da Cidade Conservadora: Relações entre Ensino e Mercado nos Cursos de Arquitetura e Urbanismo”. In: MOASSAB, Andréia; NAME, Leo. **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo.** Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

PRECIADO, P.B.; **Manifesto Contrasexual – práticas subversivas de identidade sexual.** Rio de Janeiro: N. 1 edições, 2014.

POLLAK, Linda. “Constructed Ground: Questions of Scale”. In: **The Landscape Urbanism Reader** (pp. 125-139). New York: Princeton Architectural 2006

PRONI, Marcelo W. and GOMES, Darcilene C. “Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça”. In: **Estud. av.** [online]. 2015, vol.29, n.85, pp.137-151.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930).** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.

REDOUTEY, Emmanuel. “Trottoirs et territoires, les lieux de prostitution à Paris”. In: HANDMAN, Marie-Élisabeth; MOSSUZ-LAVAU, Janine (orgs). **La prostitution à Paris.** Éditions de la Martinère: Paris, 2005. (p. 39-89)

RIBEIRO, Ana Clara. Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos. In: JACQUES, P.B.; BRITTO, F.D. (org.). **Corpocidade: debates, ações e articulações.** Salvador: EDUFBA, 2010, p. 24-41.

RIBEIRO, Djamil. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIZEK, Cibebe S.. Trabalho, moradia e cidade: zonas de indiferenciação?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. Rev. bras. Ci. Soc., 2012 27(78), p. 41-49, fev. 2012.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** São Paulo: FAPESP / Livros Studio Nobel, 2007.

ROLNIK, Raquel et all. **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?.** Cartilha. 2011.

ROY, Ananya. “Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno” In: **E-metropolis**, n.31, 2011.

ROSE, Gillian. **Feminist & Geography: The limits of geographical knowledge.** Cambridge, Oxford: Polity Press, 1993.

RUBINO, Silvana. **Lugar de mulher. Arquitetura e design modernos, gênero e domesticidade.** Tese de Livre-docência, UNICAMP, Brasil, 2017.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classe.** 3a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

- _____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- _____. **Emprego Doméstico e Capitalismo**. Vozes: Petrópolis, 1978.
- SANDERCOCK, Leonie; FORSYTH, Ann. "Feminist theory and planning theory". In: CAMPBELL; FAINSTEIN. **Readings in planning theory**. Malden/Mass, Blackwell Publishers, 1996., p. 471-478.
- SANTORO, Paula F. . **Gênero e planejamento territorial: uma aproximação**. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu-MG: ABEP, 2008.
- SANTOS, M; ASEVEDO, M. **Relatório técnico sobre áreas de risco na Providência e Pedra Lisa**. Fórum Comunitário do Porto. Disponível em: <http://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia_final-1.pdf>.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2010.
- _____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da USP, 2006.
- _____. **Técnica, espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico internacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- _____. "Por uma Geografia Cidadã: Por uma Epistemologia da Existência". In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, 21: 7-14, ago., 1996.
- SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?** 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>.
- SARMIENTO, Maria Laura. **Bioética urbana: conflictos urbanos y resistencias creativas al cuidado de la vitalidad colectiva**. Coordinación general de Paula Peyloubet ; dirigido por Diego Fonti. – 1ª ed adaptada. - Córdoba: Editorial de la Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño de la Universidad Nacional de Córdoba, 2017.
- SILVA, Joseli Maria. "Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica". In: **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, 2003
- SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, no 2, jul./dez. 1995.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. "A epistemologia do armário". In: **Cadernos Pagu** [online], n. 28 , p. 19-54, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>>. Acesso em: 20 maio. 2020.
- SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida. Mujer, ecología y desarrollo**. **Cuadernos Inacabados**, n. 18, 1995.
- SILVA, Joseli Maria e SILVA, Augusto Cesar Pinheiro. **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. Ponta Grossa: Todapalavra: 2011.
- SILVESTRE, H. **Vozes invisíveis da periferia - mulheres na pandemia**. Evento

Educação e Infâncias na pandemia e depois: interlocuções e desafios do extremo da Zona Leste para cidade. Coletivos Infâncias Zona Leste e Faculdade de Educação da USP, 2020.

SIMÕES, Soraya. S. **Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca**. Niterói: EdUFF, 2010.

TABET, Paola., **La grande arnaque : sexualité des femmes et échange économique-sexuel**, Paris, L'Harmattan: 2004.

TAPIA, Maricarmen. “Reaprender a mirar nuestras ciudades”. **Crítica Urbana** (Revista de Estudios Urbanos y Territoriales), n. 11, 2020. Disponível em: <<https://criticaurbana.com/reaprender-a-mirar-nuestras-ciudades>>. Acesso em: 11 set. 2020.

TAVARES, Rossana Brandão; NOVAS, María.; SARMIENTO, Laura. Encarnando o vírus: intervenções epistêmicas e performativas à hegemonia disciplinar na arquitetura e urbanismo. **Cidades, Comunidades e Territórios**, Autumn Special Issue (Oct/2022), pp. 33 – 44.

_____.; RAMOS, D. H. . Indisciplina Epistemológica: Viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo. **Indisciplinar**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 232–277, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/3814>.

_____.; BONADIO, Mariana G. Ao encontro do corpo: teorias da performatividade para um debate diferencial sobre espaço urbano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 23, 2021.

_____. **Indiferença à Diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero**. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em Urbanismo, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

_____. Uma Análise das Desigualdades de Gênero em Favelas do Rio De Janeiro: Perspectiva do Reconhecimento para o Urbanismo. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, v. 12, n.2, 2012.

WASELFISZ, Julio J. “Caderno complementar 1 - Homicídio de mulheres no Brasil”. In: **Mapa da Violência 2012 - Os novos padrões da violência homicida no Brasil**. São Paulo, Instituto Sangari, 2011.

_____. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Brasília, 2015

WIJSMAN, K.; FEAGAN, M. Rethinking knowledge systems for urban resilience: Feminist and decolonial contributions to just transformations. **Environmental Science & Policy**, 98, 2019, p.70-76.

WILCOX, R. Turner. **The Mode in Costume**. Charles Scribner's Sons: New York, 1958.

WINGE, M. et al.(Ed.). 2013. Sítios geológicos e Paleontológicos do Brasil. Brasília: CPRM, 2013, 332p.; v.3. il. 30cm.

ZUCCONNI, G. **A cidade do século XIX**. Perspectiva: São Paulo, 2009.

Agradecimentos

Primeiramente, agradecemos a todas as pessoas que nos apoiaram nessa trajetória e que contribuíram direta e indiretamente com o trabalho, em especial ao Conselho Editorial formado pelas professoras e pesquisadoras Gabriela Leandro Pereira (UFBA), Paula Freire Santoro (USP), Rachel Barros de Oliveira (ONG FASE e UERJ), Tatiana Dahmer Pereira (UFF). Todas de alguma forma fizeram parte deste processo, nos apoiando e nos inspirando.

Em especial, também agradecemos imensamente às professoras Raquel Rolnik e Fernanda Sánchez por aceitarem nosso convite.

Também agradecemos as co-autoras de artigos feitos em parceria, publicados neste livro: Kaya Lazarini, Mariana Albinati e Maria Beatriz Andreotti.

Agradecemos à FAPERJ pelo recurso de pesquisa que foi concedido através do edital ARC/2019, tendo sido crucial para a realização desta publicação.

Em memória à Marielle Franco, vereadora e amiga brutalmente assassinada há meia década no bairro do Estácio, Rio de Janeiro, no dia 14 de março de 2018.

LETRCAPITAL

ISBN 978-85-7785-853-8

